

COLEÇÃO HUMANIDADES

Coleção Coordenada pelo Núcleo de Humanidades do Centro de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Maranhão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Dr. Francisco de Jesus Silva de Sousa
Diretor de Centro

NÚCLEO DE HUMANIDADES

Prof. Dr. Ricieri Carline Zorzal – Coordenador
Luciana Bernardi Nunes – Secretaria

COMISSÃO EDITORIAL

Prof. Dr. Ricieri Carlini Zorzal - DEART/UFMA
Profª. Dra. Helen Nebias Barreto - DEGEO/UFMA
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa - DEPSI/UFMA
Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho - DEHIS/UFMA
Prof. Dr. Sidnei Francisco do Nascimento - DEFIL/UFMA
Prof. Drª. Veraluce da Silva Lima - DELER/UFMA

Endereço para correspondência e pedidos:
Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas –
Núcleo de Humanidades – Av. dos Portugueses, s/n
Cep: 65.085-580 – São Luís – MA – Brasil
Fone: (98) 3272-8337
E-mail: nucleohumanidades@ufma.br
Home Page: www.nucleohumanidades.ufma.br

ISALENA SANTOS CARVALHO
RICARDO FRANKLIN FERREIRA
(ORGS.)

Processos de Exclusão na Sociedade Contemporânea

Coleção Humanidades

São Luís



2013

Copyright © 2013 by Autores

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Reitor

Prof. Dr. Antônio José Silva Oliveira
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

*Prof. Dr. André Luiz Gomes da Silva, Prof. Dr. Antônio Marcus de Andrade Paes,
Prof. Dr. Aristófanês Corrêa Silva, Prof. Dr. César Augusto Castro,
Bibliotecária Luhilda Ribeiro Silveira, Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro,
Prof^a Dr^a Márcia Manir Miguel Feitosa, Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos*

Capa

Ricardo Franklin Ferreira

Revisão

Ilza do Socorro Galvão Cutrim

Editoração Eletrônica

Roberto Sousa Carvalho

Normalização

Luhilda Ribeiro Silveira – Bibliotecária (CRB-13/579)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

Processos de exclusão na sociedade contemporânea / Organizado por
Isalena Santos Carvalho e Ricardo Franklin Ferreira. – São Luís:
EDUFMA, 2013.

258 p. (Coleção Humanidades, v. 11).

ISBN 978-85-7862-318-0

1. Psicologia social. 2.Exclusão social 3. Contemperaneidade. I.
Carvalho, Isalena Santos. II. Ferreira, Ricardo Franklin.

CDU 316.6

Autores

Isalena Santos Carvalho (Org.) – Psicóloga pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília.

Ricardo Franklin Ferreira (Org.) – Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo.

Adriana Amaral do Espírito Santo – Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Almir Ferreira da Silva Junior – Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

Amilton Carlos Camargo – Psicólogo pela Universidade de São Marcos. Especialista em Psicologia da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Marcos. Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

Carla Vaz dos Santos Ribeiro – Psicóloga pela Universidade Santa Úrsula. Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Cristianne Almeida de Carvalho – Psicóloga pelo Centro Universitário de Brasília. Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de

Janeiro. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Daniele Mariano Seda – Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Denise Bessa Léda – Psicóloga pelo Centro Universitário Celso Lisboa (Rio de Janeiro). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Helder Machado Passos – Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

Jena Hanay Araújo de Oliveira – Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Psicologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutora em Psicologia como Profissão e Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke – Graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Familiares e Sexológicas, pela Université Catholique de Louvain. Doutora em Ciências Familiares e Sexológicas pela Université Catholique de Louvain.

Maria de Nazaré Pereira da Costa – Psicóloga pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento, pela Universidade Federal do Pará. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará.

Ricardo Mendes Mattos – Psicólogo pela Universidade São Marcos. Mestre em Psicologia, pela Universidade São Marcos. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e de Universidade de São Paulo.

Apresentação

O livro “Processos de exclusão na sociedade contemporânea” é a primeira obra em conjunto de professores parceiros e do quadro do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, programa iniciado em abril de 2012. O livro reflete, assim, a diversidade de objetos de pesquisa e de referenciais teóricos do grupo.

Nessa perspectiva, pautados na proposta de se reunir tanta diversidade, foi escolhida, ironicamente, a exclusão como tema norteador dos textos pelo reconhecimento de ser uma questão com a qual todo pesquisador se defronta, de uma forma ou de outra, no seu campo de investigação. A exclusão, em suas diferentes formas de manifestação, sempre existiu em todos os contextos culturais e épocas de nossa sociedade. Naquilo que era incluído dentro de uma determinada ordem, tornando-se, por vezes, a própria norma a ser seguida, algum pensamento, etnia, característica, modo de interação etc. era excluído.

Na atualidade, como reflexo dos movimentos sociais, fala-se muito em inclusão, imprescindível reivindicação em uma sociedade democrática por seus ideais de cidadania. Contudo, o discurso da inclusão pode, por sua vez, acarretar novas formas de exclusão, em razão da prerrogativa da igualdade. Se somos todos iguais, qual lugar há para a diferença? Logo, inclusão e exclusão não constituem uma dicotomia. Há aí uma dialética a ser interro-

gada; interrogação que os autores dos capítulos abaixo tentam – se não responder – trazer novas luzes para o debate, a partir de seus temas de investigação acadêmica.

No Capítulo 1, “Da Ontologia como exclusão à ética como acolhimento da diferença: considerações sobre o pensamento levinasiano”, seu autor, Helder Machado Passos, apresenta as considerações levinasianas sobre as relações humanas para fundamentar a ideia de que a ética só adquire realidade pela defesa e manutenção da separação entre a subjetividade do Eu e a alteridade do Outro. Aborda como Levinas, em decorrência de suas experiências das guerras, faz uma inserção no pensamento filosófico na tentativa de encontrar um fundamento que explique o fenômeno da guerra. É na tradição filosófica como ontologia que Levinas percebe um movimento de pensamento que fundamenta a guerra. A ontologia como discurso do Ser reflete uma impossibilidade de compreender a alteridade em seu sentido mais radical e duradouro, pois, para ela, as coisas só adquirem um sentido a partir da referência ao Ser. Assim, a ontologia tem seu movimento voltado para dentro, para a unificação, para a totalidade, da mesma forma que a guerra. Contra a ontologia, Levinas apresenta a ética como filosofia primeira a partir da relação original do frente a frente em que Eu e Outro se encontram, mas sem acumulação. É pela separação que é possível a origem e manutenção da relação ética e do respeito pela diferença.

No Capítulo 2, “Razão e Exclusão: a reabilitação dos pre-conceitos como crítica hermenêutica à ciência moderna”, Almir Ferreira da Silva Junior questiona: Em uma sociedade complexa, orientada pelas conquistas de uma razão técnico-científica e burocrática, como pensar o paradigma de uma metodologia científica que, indiferente à tradição, apenas controla e manipula as experiências do mundo da vida? Para o desenvolvimento da questão,

ele toma como fundamento a hermenêutica filosófica de Gadamer em seu propósito de reestabelecer a possibilidade de conversação com o mundo em tempos em que a racionalidade científica, as realizações particulares e a “incapacidade para o diálogo” destacam-se como expressões significativas da condição humana social e ético-política e exercem um controle sobre a nossa compreensão de mundo. Assim, discute o caráter excludente da racionalidade científica moderna como referencial de compreensão das experiências que integram o mundo da vida. O autor aborda, ainda, o problema da reabilitação dos preconceitos como contraponto à cegueira de uma razão científica que controla, objetiva e manipula a compreensão da realidade.

O Capítulo 3, “Processos de exclusão do paciente psicótico no CAPS”, de Isalena Santos Carvalho e Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Malusckhe, discute processos de exclusão relacionados ao paciente psicótico no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Em razão de uma questão estrutural, o psicótico está fora do laço social. No entanto, para a Psicanálise, ele não cessa da tentativa de construção de um lugar para si no mundo, tentativa essa em que o delírio tem um papel fundamental. Seu esforço, por vezes, tende a se tornar muito mais difícil devido à própria dificuldade da sociedade em lhe conferir um lugar. No CAPS, há a premissa de que a exclusão do paciente psicótico nele não deve ocorrer, por ser função desse serviço, segundo o Ministério da Saúde, a existência de um trabalho que resulte na reinserção social. A partir do emprego de diário de campo e de entrevistas semiestruturadas, as autoras observaram um delicado discurso de igualdade e do paciente indicado para receber atendimento no CAPS. Desse modo, o texto apresenta reflexões acerca de como é possível incluir a diferença sem que se exclua justamente aquilo que torna o paciente psicótico diferente. Aborda o risco de que, subjacente ao paradigma da

inclusão peculiar a serviços de base comunitária como o CAPS, a exclusão se faça presente, contraditoriamente, pela imposição ao paciente de modelos de estar no mundo que desconhecem seu modo particular de existência.

No Capítulo 4, “Uma visão humanizada dos ‘transtornos’ psiquiátricos”, sua autora, Maria de Nazaré Pereira da Costa, a partir da premissa de que, para a Análise do Comportamento, todo e qualquer comportamento é funcional dentro do contexto no qual ocorre, discute que, se existe algo transtornado, tal adjetivo seria mais apropriado ao ambiente do que ao indivíduo ou ao comportamento. Frequentemente, não se consegue identificar de forma clara os porquês de determinados comportamentos, em especial, o de pessoas com certos diagnósticos de “transtornos” psiquiátricos. Como entender comportamentos tais como acreditar que um duende o persegue e fazer de tudo para esconder-se dele, passar todas as madrugadas limpando a casa ou ainda evitar o número dois? Embora não se neguem fatores biológicos, para um analista do comportamento, as respostas só poderão ser encontradas, principalmente, na história de vida de cada um em particular. Duas pessoas com o mesmo diagnóstico, na maioria das vezes, exigem intervenções diferentes, pois as funções dos comportamentos de cada uma são distintas. É com base nessa compreensão que o analista do comportamento evita os rótulos psiquiátricos. Eles tendem a esconder o indivíduo e sua história, dificultando que o mesmo se perceba como uma pessoa capaz de buscar, mesmo dentro de limites, qualidade de vida.

O Capítulo 5, “A obesidade grau III está necessariamente associada a um quadro psicopatológico?”, de Jena Hanay Araújo de Oliveira, mostra como a preocupação com a obesidade, especialmente de Grau III, tem sido alvo de muitos estudos na comunidade científica, por afetar a qualidade de vida devido às comor-

bidades a ela associadas. A evolução da obesidade no mundo gera a necessidade de estudos que permitam vislumbrar estratégias de ações preventivas que possam propiciar a diminuição da prevalência dessa doença resultando numa melhoria tanto na qualidade de vida e saúde como nos gastos com o tratamento. A partir de revisão da literatura, a autora enfoca como os estudos tendem a sinalizar uma especial relação entre obesidade e psicopatologia em adultos, questionando a existência de um perfil psicopatológico a todos os casos de obesidade.

No Capítulo 6, “Precarização e Exclusão no Mundo do Trabalho: as Vivências de trabalhadores docentes no Ensino Superior Privado”, Carla Vaz dos Santos Ribeiro e Denise Bessa Léda abordam como, no capitalismo flexível, a estrada reta da carreira tradicional é bloqueada, surgindo, no percurso, desvios, múltiplas direções. Essas mutações no processo produtivo promovem uma série de impactos decisivos, como: desregulamentação dos direitos do trabalho, terceirização e precarização da classe trabalhadora, níveis relativamente altos de desemprego estrutural e enfraquecimento do sindicalismo de classe. Tais mudanças propiciam um terreno fértil para as mais diversas vivências de exclusão. Nessa perspectiva, as autoras trazem reflexões e análises decorrentes de pesquisa realizada com trabalhadores docentes de instituições privadas de ensino superior. As condições do trabalho docente nessas instituições constituem uma realidade que não pode ser ignorada, pois esses trabalhadores submetem-se, como boa parte da classe-que-vive-do-trabalho, às constantes rotinas de constrangimentos, pressões e medo. Muitos buscam, incessantemente, qualificação profissional, como forma de sobreviver à exclusão do competitivo mundo do trabalho, estimulados pela culpa de não portarem os títulos exigidos e seduzidos pelas inúmeras possi-

bilidades de obtê-los, por estarem envolvidos pela ideologia do mérito.

No Capítulo 7, “Preconceito, Exclusão e Identidade do Afro-descendente”, os autores Ricardo Franklin Ferreira e Amilton Carlos Camargo, partindo de duas situações paradigmáticas do dia a dia, apontam algumas especificidades de como o preconceito e a discriminação racial são veiculados e de como eles se formaram e se ‘naturalizaram’ na experiência brasileira. Ressaltam de que maneira tais processos são alimentados e mantidos. Foi dada ênfase à situação escolar como um ‘lugar’ de retroalimentação desses processos, pontuando como esse contexto cria dificuldades na construção de uma identidade referenciada em valores positivos e a decorrente dificuldade no exercício da cidadania. Finalmente, o texto aponta um processo que possibilita a construção de uma identidade afrocentrada.

O Capítulo 8, “Processos psicossociais de constituição da identidade da pessoa adulta em situação de rua: da rualização à domesticação”, de Ricardo Mendes Mattos e Ricardo Franklin Ferreira, enfoca como se processa a constituição da identidade da pessoa adulta em situação de rua, desde seu ingresso no mundo da rua até sua saída desta mesma condição. Para tanto, foi realizado o levantamento de duas histórias de vida com sujeitos emblemáticos e representativos da população em situação de rua. Os autores concluem que a constituição da identidade da pessoa em situação de rua se dá pelos seguintes processos psicossociais: ruptura/rualização; negação/encobrimento; aceitação/acomodação; ruptura/domesticação; e alternância/conscientização.

No Capítulo 9, “Garimpando talentos no Futebol: uma prática de inclusão ou exclusão social?”, suas autoras – Cristianne Almeida de Carvalho, Daniele Mariano Seda e Adriana Amaral do Espírito Santo – apontam como o futebol, supervalorizado

pela mídia e adorado pela população, carrega consigo ilusões que alimentam sonhos de ascensão entre crianças e jovens brasileiros. Na fuga da invisibilidade social e na busca pelo reconhecimento como cidadãos e por status, o futebol pode se transformar em uma “caixinha de surpresas” contendo frustrações e sofrimentos no lugar do sucesso e de uma vida milionária. Nesse contexto, são comuns projetos sociais, governamentais ou não, que utilizam o futebol como chamariz para uma suposta inclusão social. Muitas vezes, realizam o oposto, a exclusão social, ao priorizarem a lógica do rendimento e profissionalização no esporte em detrimento da formação integral dos jovens. Diante de tal panorama, o texto critica a lógica do esporte como “salvador” de crianças em situação de vulnerabilidade social, questionando o papel que adquiriu em nossa sociedade. Para tanto, as autoras trazem algumas considerações históricas, bem como um breve panorama do fenômeno futebol na atualidade. Apresentam sucintamente como funcionam os projetos sociais no Brasil, em especial aqueles voltados para práticas esportivas de crianças, enfatizando suas possibilidades de utilizar o esporte como atividade-fim ou como atividade-meio. Apresentam, ainda, o papel do psicólogo do esporte nesse contexto.

Sumário

CAPÍTULO I

Da Ontologia como exclusão à ética como acolhimento da diferença:
considerações sobre o pensamento levinasiano 17

Helder Machado Passos

CAPÍTULO II

Razão e Exclusão: a reabilitação dos preconceitos como crítica hermenêutica
à ciência moderna 43

Almir Ferreira da Silva Junior

CAPÍTULO III

Processos de exclusão do paciente psicótico no CAPS 65

Isalena Santos Carvalho, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke

CAPÍTULO IV

Uma visão humanizada dos “transtornos” psiquiátricos 101

Maria de Nazaré Pereira da Costa

CAPÍTULO V

A obesidade grau III está necessariamente associada a um quadro
psicopatológico? 123

Jena Hanay Araújo de Oliveira

CAPÍTULO VI

Precarização e Exclusão no Mundo do Trabalho: as Vivências de
trabalhadores docentes no Ensino Superior Privado 149

Carla Vaz dos Santos Ribeiro, Denise Bessa Léda

CAPÍTULO VII

Preconceito, Exclusão e Identidade do Afrodescendente 173

Ricardo Franklin Ferreira, Amilton Carlos Camargo

CAPÍTULO VIII

Processos psicossociais de constituição da identidade da pessoa adulta
em situação de rua: da rualização à domesticação 199

Ricardo Mendes Mattos, Ricardo Franklin Ferreira

CAPÍTULO IX

Garimpendo talentos no Futebol: uma prática de inclusão ou
exclusão social? 233

*Cristianne Almeida de Carvalho, Daniele Mariano Seda,
Adriana Amaral do Espírito Santo*

Capítulo I

Da Ontologia como exclusão à ética como acolhimento da
diferença: considerações sobre o pensamento levinasiano

Helder Machado Passos

I Introdução

Longe de querer dissecar toda a problemática que impõe o diferente, o Outro que não sou eu e as consequências de sua chegada em um mundo que se oferece a nós, temos por objetivo primordial neste escrito apresentar algumas considerações sobre o mundo das relações humanas orientadas a partir de visões filosóficas que se configuram em muitos aspectos de modos bastante antagônicos, no que diz respeito ao modo como cada uma compreende o sujeito e as relações deste com a alteridade. Referimo-nos à visão ontológica que permeou e ainda permeia a tradição filosófica desde suas origens, e ao pensamento do filósofo lituano-francês Emmanuel Levinas, que teve sua vida demarcada do começo ao fim pelo século XX, e também seus acontecimentos, dos quais destacamos os três grandes conflitos

bélicos que tiveram como palco a Europa¹. Levinas pretende tomar outra direção que a utilizada pela ontologia para a compreensão da realidade e para a fundamentação das relações humanas.

Pode-se dizer que o que foi preponderante para o início e desenvolvimento do pensamento filosófico levinasiano foi o fenômeno da guerra. Para ele, que vivenciou e fora feito prisioneiro pelas tropas alemãs, além de escapar às atrocidades daquelas guerras vividas, era fundamental que se pudesse compreender o fundamento que se encontra no cerne de toda e qualquer guerra.

Levando à frente seu objetivo, Levinas encontra na tradição filosófica um pensamento centralizador e incapaz de pensar a diferença como um dado da realidade. Para ele, essa visão está presente e constitui a ontologia como discurso do Ser que tem a característica da unicidade e que doa todo o sentido àquilo que pretenda o estatuto da realidade. Deste modo, nosso autor concebe a ontologia como alergia ao diferente e como fundamento da própria guerra.

É a partir dessa constatação levinasiana que pretendemos demonstrar que a ontologia em seu afã de unificar tudo ao redor do Ser e, em consequência fazer depender a realidade de tudo, dessa relação com o Ser, impede a compreensão e aceitação da diferença como realidade sem defeitos. Nesse sentido pode-se pensar em um movimento de unificação que, na realidade, é urdido por uma extrema aversão à diferença, portanto, constituindo-se em exclusão dessa diferença.

Seguindo a crítica levinasiana à ontologia e sua compreensão da ética como filosofia primeira, intentamos apresentar a ética a partir de uma relação de separação entre o Eu e o Outro em que

¹ A Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, a Revolução Russa, em 1917, e a Segunda Guerra Mundial, em 1939.

essa separação, ao contrário do que poderia sugerir a princípio, revela uma situação em que o Outro é considerado e acolhido, ou seja, a diferença é considerada a partir de seu modo de ser, sem que isso enseje qualquer depreciação por parte do sujeito. Esse acolhimento não significa absorção de um termo pelo outro, mas consideração da diferença e manutenção da mesma. Assim, separação e acolhimento são termos da realidade humana em sua dimensão ética.

Para tanto, exporemos algumas considerações sobre o fenômeno da guerra, em seguida buscaremos demonstrar a ligação entre ontologia e guerra e finalmente nos ocuparemos com a tarefa de aproximar a ontologia do exercício de exclusão e por outro lado, demonstrar que a ética, ao exigir e preservar a diferença, inscreve-se na realidade humana como acolhimento. Por fim, faremos, à luz do que fora exposto, algumas considerações finais.

2 Guerra e ontologia

É sabido pelos estudiosos² do pensamento de Emmanuel Levinas e por aqueles que, mesmo não sendo especialistas, entram em contato com este pensamento, que o mesmo se inscreve em uma tentativa de compreender a realidade a partir do existente real, tentando desconstruir o primado da existência anônima³ a

² Nesta linha de compreensão estão os comentários de Catherine Chalié (2003), François-David Sebbah (2009), Jacques Derrida (2004), Ozanan Vicente Carrara (2010), Gérard Bensussan (2009) e muitos outros pensadores que se ocupam com o pensamento levinasiano.

³ Levinas compreende como problema fundamental de sua época o fato de que tudo se refere a um padrão de conhecimento e comportamento que têm referência em um pensamento único. Esse pensamento está ligado à compreensão da realidade como Ser, ou seja, tudo está referido ao Ser e, neste sentido nada tem identidade própria fora dessa determinação de Ser. Tanto

qual Levinas considera a própria forma escamoteada de pensar a relação do existente com o mundo em geral e com os outros existentes.

Levinas, por ter vivido três grandes conflitos, inicia suas reflexões que culminam em pensamento filosófico a partir do fenômeno da guerra. Para ele, a guerra é reflexo de um modo de entender a realidade, e mais, de um modo de projetar um tipo de verdade e os modelos que dela surgem para todos os indivíduos, independente de quem sejam e quais aspirações tenham para suas próprias vidas: “A lucidez – abertura de espírito ao verdadeiro – não consiste em entrever a possibilidade permanente da guerra?” (LEVINAS, 2008, p. 07). Essa verdade está ligada ao próprio exercício da guerra pensado como realidade necessária, imprimindo o certo sentido teleológico para a história, sugerindo que esse fenômeno é necessário porque faz parte da cadeia evolutiva do homem. Assim a guerra seria necessária, mas também sua superação faz parte do processo de humanização.

Para Levinas, nem a guerra é necessária, tampouco é elemento de evolução da humanidade; pelo contrário, ela é um fenômeno que revela como o humano se submeteu ou foi submetido a uma existência anônima e sem sentido, que tem na guerra um sentido forjado e ofertado para os entes que não têm suas vidas consideradas em suas singularidades, mas funcionam como elementos de atualização dessa existência geral e anônima a que Levinas denomina de “Há”⁴. Nesta atmosfera, podemos afirmar

faz quem seja aquele a que tomamos como referência dentro da realidade, pois sua verdade, sua condição de ser deve necessariamente se referir à realidade ontológica, total, uma e, portanto, anônima. Não há um existente autônomo, mas todo existente deve seu existir à existência paradigmática que se apresenta como sistema, seja ele de ideais, político, religioso, cultural, etc.

⁴ Termo com que Levinas identifica a existência geral e anônima. Em algumas passagens de seus escritos, identifica o “Há” (*Il y a*) com a escuridão da noite

que a realidade da guerra assume a condição de orientadora do pensamento e da ação dos homens. Ela é o próprio modelo de racionalidade e, portanto, projeta a verdade para todos os campos do saber e do fazer, inclusive para a política:

O estado de guerra suspende a moral; despoja as instituições e as obrigações eternas de sua eternidade e, por conseguinte, anula, no provisório, os imperativos incondicionais. Projeta a sua sombra sobre os atos dos homens. A guerra não se classifica apenas – como a maior – entre as provas de que vive a moral. Torna-a irrisória. A arte de ganhar e de prever por todos os meios a guerra – a política – impõe-se, então, como o próprio exercício da razão. A política opõe-se à moral, como a filosofia à ingenuidade. (LEVINAS, 2008, p. 07).

É a partir dessa constatação de que a guerra referencia toda atividade humana, fazendo sofrer qualquer outra possibilidade e, ao mesmo tempo, pensando como filósofo que busca a superação da ingenuidade, ou seja, não se contentando ao que se apresenta num primeiro momento como verdadeiro, que Levinas parte da realidade da guerra no intuito de compreender esse fenômeno e, quem sabe, superá-lo, na medida em que seus efeitos parecem não ser a aspiração dos homens em seu sentido de bem viver.⁵

Buscando compreender o fenômeno da guerra, Levinas inicia sua pesquisa a partir do próprio pensamento filosófico. Observa que a filosofia, em sua longa história, foi quase sempre um discurso sobre o Ser e que sua característica foi sempre a centra-

em que nenhum ente pode sair de seus domínios. Também para ele a guerra representa essa condição anônima da existência.

⁵ A referência se faz aqui especificamente aos efeitos da guerra, seja ela qual for, que em geral se dão como extermínio de vidas, escassez de alimentos, permanência da tensão entre os litigantes, que não se limitam ao vencido, mas também atingem ao vencedor.

lidade, a unicidade e, portanto, sempre assumiu um sentido para o interior, refletindo uma dinâmica que culmina com a realidade como totalidade. No mais das vezes a filosofia foi um discurso que priorizou o Ser e sua interioridade, desconhecendo ou não considerando a exterioridade. Neste sentido, a filosofia foi sempre um discurso de unificação; portanto, de totalização que se reflete no modo como os indivíduos agem, culminando inclusive com o exercício da guerra:

A face do ser que se mostra na guerra fixa-se no conceito de totalidade que domina a filosofia ocidental. Os indivíduos reduzem-se aí a portadores de formas que os comandam sem eles saberem. Os indivíduos vão buscar a essa totalidade o seu sentido (invisível fora dela). A unicidade de cada presente sacrifica-se incessantemente a um futuro chamado a desvendar o seu sentido objetivo. (LEVINAS, 2008, p. 09).

Para Levinas, é como ontologia, ou seja, discurso sobre o Ser, que a filosofia incorpora toda a sua tendência a unificar e reduzir tudo à unidade e à totalidade. Neste caso, a guerra, diferentemente do que possamos imaginar como sendo um movimento de separação, é, na verdade, um movimento de unificação e destruição do diferente de Ser, tornando qualquer compreensão da alteridade uma mera ilusão ou, no mínimo, uma realidade que deve ser superada para bem da verdade, que é sempre a verdade do Ser. Essa compreensão está bem inscrita nas lições parmenidianas que apontam a imobilidade e a imutabilidade da realidade como características do Ser e que, por isso, impossibilitam qualquer existente real diferente do Ser. “O Ser é; O não-ser não é”. Esse é o princípio de identidade, instituído por Parmênides, que é um dos fundamentos da lógica clássica e do pensamento filosófico.

Essa tradição iniciada por Parmênides é corroborada por Platão, pois segundo Levinas, a lição socrática resume-se na ideia de que para conhecer, basta olhar para o interior do sujeito, ou seja, para o interior do Ser que reflete a mesmidade, ou seja, o ato de conhecer é o ato de permanecer na esfera do Mesmo: “O primado do mesmo foi a lição de Sócrates: Nada receber de Outrem a não ser o que já está presente em mim, como se, desde toda a eternidade, eu já possuísse o que vem de fora, nada receber ou ser livre.” (LEVINAS, 2008, p. 30).

2.1 *Ontologia e exclusão*

Se a filosofia como ontologia é um exercício de pensamento que aspira e corrobora com a ideia de que a realidade é una e total, para Levinas, o que está na base do fenômeno da guerra é a própria filosofia. Deste modo, ela, mais do que unificar, impossibilita a existência de um diferente de Ser que se reflete em impossibilidades de diferentes valores, modos de vida, culturas, enfim, na impossibilidade pura e simples do diferente que Ser, portanto da alteridade. Neste momento de seu pensamento em que Levinas observa a proximidade entre ontologia e guerra, salta aos seus olhos a preocupação com a exclusão de qualquer coisa que não comungue com o ideal filosófico da verdade como totalidade e da razão como exercício de totalização.

Neste sentido, podemos compreender que a unificação proporcionada pela ontologia e pela guerra reflete um movimento de exclusão, ou seja, na medida em que só tem sentido o que está dentro, nas cercanias do Ser, o que está fora não tem razão de Ser, portanto, ou fica como um não-ser, ou adquire sentido sendo incorporado ao Ser. Deste modo, está compreendida a exclusão a partir da unificação. O Ser se faz guerra porque seu exercício é o

de trazer para dentro, o que, por ventura, esteja fora: “O interesse do ser se dramatiza nos egoísmos que lutam uns contra os outros, todos contra todos, e na multiplicidade de egoísmos alérgicos que estão em guerra uns contra os outros e, ao mesmo tempo, em conjunto.” (LEVINAS, 2003, p. 46).

Mas, onde estão os existentes reais? Em que situação podem ser pensadas a subjetividade e a alteridade e, consequentemente, a relação entre ambas? Para Levinas, na atmosfera da ontologia, tudo se reduz à existência geral e anônima da existência identificada por ela com o “Há”. O “Há” reflete a neutralidade e a razão intrínseca ao Ser e seu exercício:

Essa possibilidade de absorver o sujeito, ao qual se confia a essência, é o próprio da essência. Tudo fica incluído nela. A subjetividade do sujeito consiste sempre em apagar-se diante do ser, em deixá-lo ser reunindo as estruturas em significação, em proposição global dentro de um Dito, em um grande presente da sinopse onde o ser brilha em todo seu esplendor. (LEVINAS, 2003, p. 208).

Assim, tanto o Eu como subjetividade e o Outro como alteridade estão subsumidos nesta realidade essencial, do Ser, portanto, não há nenhuma possibilidade de relação entre entes diferentes, porque a diferença não é um atributo ou condição de realidade dos mesmos. É contra a ontologia e contra o discurso unificado do Ser e principalmente contra os efeitos desse discurso ou orientação que LEVINAS se insurge, passando a pensar no momento mesmo em que o ente existente real passa a existir como tal até o momento em que se encontra diante de outro existente real, não como aberração, mas como sua própria possibilidade de humanidade e socialidade não alérgica e não totalizante.

3 Da ontologia à ética

O exercício filosófico de Levinas tem sua *démarche* na defesa da subjetividade, da alteridade e da relação entre ambas, que não culmine em unificação, tampouco em exclusão de uma em relação à outra. Assim afirma Levinas em *Totalidade e Infinito*⁶: “Este livro apresenta-se, pois, como uma defesa da subjetividade, mas não a captará ao nível de seu protesto puramente egoísta contra a totalidade, nem na sua angústia perante a morte, mas como fundada na ideia de infinito.” (LEVINAS, 2008, p. 12).

Para podermos compreender essa afirmação levinasiana e a relacionarmos com o que dissemos anteriormente, é fundamental que se antecipe a ideia de infinito ligada e constituindo a alteridade do Outro. O Outro só adquire essa condição e a mantém na compreensão de que se inscreve na realidade como um infinito transcendente ao Eu. O que faz com que o Eu não absorva a alteridade do Outro é a infindição do infinito que caracteriza de modo marcante o Outro na sua condição de separado. Para Levinas, o infinito mesmo não pode ser conhecido pelo sujeito, mas este tem apenas a ideia do mesmo, isto num segundo momento, pois primeiramente a experiência que o sujeito tem do infinito se institui como sensibilidade. O Eu sente o infinito antes de pensar nele. De todo modo, o que está em jogo é a condição de existentes da subjetividade e da alteridade e o modo como ambas se relacionam:

A relação do mesmo com o outro, sem que a transcendência da relação corte os laços que uma relação implica, mas sem que esses laços unam num todo o mesmo e o outro,

⁶ Obra publicada em 1961, resultante de sua tese de doutorado em Letras. É considerada a primeira síntese de seu pensamento. Obra fundamental para a compreensão da crítica à tradição filosófica e dos primeiros movimentos intelectuais para a constituição de seu pensamento ético.

está de fato fixada na situação descrita por Descartes em que o “eu penso” mantém com o infinito, que ele não pode de modo nenhum conter e de que está separada uma relação chamada ideia de infinito. (LEVINAS, 2008, p. 36)⁷.

Dando curso a seu intento, Levinas pensará a subjetividade em seu primeiro lampejo de tornar-se um existente assumindo sua saída da existência anônima do “Há”. No seu estar no mundo fora das determinações da existência anônima e, portanto, da ontologia, o sujeito inicia seu exercício no mundo com o intuito precípua de alimentar-se. Neste primeiro momento o Eu é puro egoísmo que se caracteriza pelo esforço em nutrir-se, em sobreviver comendo. A fruição é o que faz o sujeito agir e o resultado disso é uma felicidade de um ser que come, que sobrevive e goza com as coisas. Neste momento não existem preocupações com o Outro, se ele também come, mas apenas a ação ensimesmada que tem como objetivo o gozar com as coisas que me alimentam. A vida resume-se em ser feliz fruindo das coisas do mundo que estão à minha frente. Ainda não estamos no nível da reflexão e o que está a nos mover é a sensibilidade. Neste sentido, antes do pensamento, o que constitui o indivíduo é a sensibilidade no nível de sua sobrevivência imediata pura e simples. Aqui se pode afirmar, baseando-se na compreensão levinasiana, que o homem não é, no seu princípio, um ser racional, ser de pensamento, mas é efetivamente um ser de sensibilidade, um ser fruidor e que seu único “interesse” é o de matar a sua fome e sede atuais, sem preo-

⁷ É importante ressaltar que a ideia de infinito em Levinas, mesmo que tenha inspiração cartesiana, não é pensada para os mesmos propósitos. Enquanto em Descartes o interesse é provar a existência de Deus, como algo que independe da vontade do sujeito como ser finito, se planta nele como algo real. Para Levinas, a ideia de infinito que surge no sujeito, refere-se ao Outro transcendente que nunca se deixa absorver por ele, mas, ao mesmo tempo, pode ser sentida e, portanto, experimentada como Desejo.

cupações futuras. O primeiro ato de independência do existente frente à existência não tem um conteúdo de saber, mas de prazer, de fruição e felicidade num nível aquém do entendimento e da representação:

Não é que haja aí visão da visão: a relação da vida com sua própria independência em relação às coisas é fruição, a qual, como felicidade, é independência. Os atos da vida não são como direitos e esticados para a sua felicidade. Vivemos na consciência da consciência, mas essa consciência da consciência não é reflexão. Não é saber, mas prazer e, como diremos em seguida, o próprio egoísmo da vida. (LEVINAS, 2008, p. 102).

Mas, nesse processo de usufruir e fruir, o Eu se sente satisfeito e apegado a essa satisfação. Entretanto, a satisfação de hoje, leva a subjetividade a pensar no amanhã e suas incertezas. É nesse momento em que o Eu passa a trabalhar e a estabelecer uma relação de posse com o mundo que o circunda. Trabalho e posse serão efeitos de uma tentativa do Eu de perpetuar o seu prazer fruidor e egoísta. Como consequência surge a casa, a morada como lugar em que os víveres serão acumulados, quando retirados da natureza, e onde o Eu gozará com mais tranquilidade dos bens dos quais dispõe. A casa é o lugar onde será possível ao Eu sair rumo à exterioridade e retornar à sua interioridade, tanto da casa como de si mesmo⁸.

⁸ A casa ou a morada é para Levinas o ponto de apoio, conforto e acolhimento em que o sujeito egoísta retorna de sua aventura no mundo como ente fruidor. Ou seja, o sujeito parte de um lugar e retorna a esse lugar como ponto de tranquilidade em seu exercício de satisfação. Por outro lado, a morada é também o lugar em que o eu satisfeito e egoísta se sente desejoso por algo que ele não pode ter às mãos porque não está inserido na ordem da necessidade e da fruição. Não pode usufruir como usufrui dos elementos da natureza porque não está na natureza como os víveres, mas está na ordem do infinito

Para Levinas, é nesse momento que o indivíduo passa a exercer seu psiquismo, tanto no que diz respeito ao amanhã e suas incertezas e o desejo de permanência na fruição e felicidade, como em relação à exterioridade de si.

Segundo nosso autor, o Outro surge como Desejo no psiquismo de um Eu satisfeito em sua casa. Portanto, podemos vislumbrar a diferença entre o desejo que o sujeito sente pelas coisas que o conservam vivo, o alimento, o abrigo, etc., e o Desejo pelo infinito do Outro. Para Levinas, esse desejo não se refere à saciedade, mas, pelo contrário, se alimenta de sua própria fome. É Desejo de algo distante. De uma distância impossível de percorrer; portanto, ele é insaciável.

O Outro metafisicamente desejado não é “outro” como o pão que como, como o país em que habito, como a paisagem que contemplo, como, por vezes, eu para mim próprio, este “eu”, esse “outro”. Dessas realidades posso “alimentar-me” e, em grande medida, satisfazer-me, como se ela simplesmente me tivessem faltado. Por isso mesmo a sua *alteridade* incorpora-se na minha identidade de pensante ou de possuidor. O desejo metafísico tende para *uma coisa inteiramente diversa*, para o *absolutamente outro*. (LEVINAS, 2008, p. 19).

O Eu não deixa de fruir, de ter necessidades de alimentação e proteção, mas o fato é que isto não basta. Algo se apresentou em seu psiquismo e não permite mais que ele se contente com o que tem, mas o leva a desejar algo que não tem, mas que está presente

que transcende a própria natureza. Assim, a casa é o lugar em que o sujeito se sente satisfeito e descansa de sua labuta pela conquista dos víveres, mas, ao mesmo tempo, é o lugar em que o Desejo pelo Outro, ou pela socialidade se irrompe.

nele como Desejo⁹. Levinas nos diz que o ser desejado que não responde por algo que seja passível de posse ou de fruição é o Outro. O Eu traz em si a característica da fruição, mas na relação com o Outro, nenhum desses termos (Eu e Outro) são cumulados. Tanto a condição da subjetividade quanto da alteridade dependem dessa relação mesma.

Em poucas palavras, é fundamental que se ponha os elementos dessa relação. Não há o que contestar sobre o Desejo do Eu pelo Outro e, portanto, a realidade do Outro. Ele é real e sua realidade se apresenta como uma interdição do fazer livre do Eu. Desejar o Outro é não sentir-se só no mundo e capaz de acolhimento. Por outro lado, não há como desconhecer ou desconsiderar o Eu como ser que deseja. Desta forma, basta que o Eu deseje um ser infinito e transcendente para que a relação se efetive.

Essa compreensão torna-se mais clara quando Levinas introduz a noção do Rosto¹⁰ que propicia um momento em que Eu e Outro se encontram no frente a frente.

Mas, estar frente a frente, um e outro já não é inscrever-se na possibilidade da ordem do conhecimento? Para Levinas, ainda estamos no nível da sensibilidade, mesmo que o psiquismo já esteja presente. Neste sentido, o psiquismo redunda em Desejo, em

⁹ Certamente esse Desejo refere-se a algo, mas o problema é que não há definição prévia do que seja esse algo, tampouco é possível defini-lo em algum tempo. Essa característica do Desejo metafísico revela a própria impossibilidade do Eu que deseja conhecer e satisfazer-se em relação ao desejado, pois ele é infinito.

¹⁰ Rosto é a expressão utilizada por Levinas para, de algum modo, caracterizar o Outro no momento em que se encontra com o Eu no frente a frente. O Rosto do Outro é a própria alteridade se fazendo presente na relação com o Eu. Deve-se ressaltar que esse frente a frente não significa conhecimento do Outro por parte do Eu. O que fica da relação é mais um incômodo no Eu do que o conhecimento do Rosto do Outro, pois o Rosto é a expressão do infinito que não é passível de conhecimento.

sensibilidade do Eu pelo Outro, sem que as categorias do entendimento estejam postas. É só depois do contato do frente a frente que se poderá falar em conceitos e representações, sem que com isso o próprio Outro infinito seja tematizado e representado¹¹.

Essa é a questão fundamental, qual seja: como o Eu e o Outro, mesmo depois do contato do frente a frente, permanecem em sua subjetividade e alteridade, respectivamente, sem que com isso se tornem uma unidade?

Levinas responde a essa questão quando atrela à noção de Outro as características da infindição e da transcendência:

A ideia de infinito não é uma noção que uma subjetividade forje casualmente para refletir uma entidade que não encontra fora de si nada que a limite, que ultrapassa todo o limite, e, por isso, infinita. A produção da entidade infinita não pode separar-se da ideia de infinito, porque é precisamente na desproporção entre ideia de infinito de que ela é ideia que se produz a ultrapassagem dos limites. A ideia do infinito é o modo de ser – a infindição do infinito. (LEVINAS, 2008, p. 13).

Não é o sujeito que produz a ideia do infinito, mas é ela que se faz presente no sujeito e que o faz desejar o Outro como infini-

¹¹ Aqui não é espaço para desenvolvermos essa problemática, mas como já apontamos anteriormente, primazia da sensibilidade em relação ao ato intelectual, tornam-se necessárias algumas observações: a primeira é que o pensamento levinasiano defende fortemente a primazia, como primeiro momento humano, a relação entre o Eu e o Outro no nível da sensibilidade. Esse momento primordial constitui a própria ética. Assim, a ética é anterior a qualquer formulação mental ou racional, a qualquer conceituação e comparação entre as coisas e entes do mundo, de tal modo que ela, a ética, é anterior à filosofia como ontologia. Deste modo a ética é filosofia primeira. A segunda refere-se ao fato de que o ato ético prescinde completamente do raciocínio e de cálculos. Ele é imediato ao aparecimento do Outro pobre e altivo. Não há tempo para ponderações, pois a ação é exigida sem titubeios.

to e transcendente. Por outro lado, para que no frente a frente o Outro não seja absorvido pelo Eu desejante, Levinas remete à característica peculiar do Rosto de ser um enigma e que se apresenta como um vestígio de uma aparição *sui generis* que nem pode ser considerada uma aparição, mas um menos que aparição. Mas esse vestígio que é contato menos que um contato, menos que aparição, é suficiente para incomodar o Eu em sua condição de livre e satisfeito.

É nesse momento em que Levinas aponta como sendo o início do humano, em que um Eu satisfeito tem a sua liberdade posta em questão por um Outro transcendente e infinito, que ao mesmo tempo em que se apresenta como vestígio tem a força de impugnar ou interromper o Eu em seus afazeres, passando este a se perceber frente a Outrem e instado a justificar seu próprio ser. A partir dessa compreensão a questão que se impõe é sobre o direito a ser do Eu: “Questão por excelência ou a questão da filosofia. Não mais: porque o ser antes do nada, mas como o ser se justifica.” (LEVINAS, 1998, p. 109).

Justificar-se frente ao Outro no frente a frente é o que permite a Levinas pensar a ética como filosofia primeira. Esse contato, menos que contato é anterior a qualquer determinação e conceituação prévias e a qualquer compromisso, portanto é o início mesmo do sentido do humano¹². O modo como o Eu responde a essa exigência de justificativas resultará em respeito ou violência,

¹² Levinas sustenta que o sentido do humano inicia-se quando este deseja o Outro. Ele, o Outro, está além dos víveres, da posse do Eu. Está alhures, não tem parentesco com o Eu e está fora dos seus domínios. Assim o sentido do humano, neste pensamento se encontra fora, na exterioridade da comunidade do Ser que é a existência fechada que se configura como uma totalidade. O humano se inscreve como separação e diferença, mas ao mesmo tempo, relação.

mas o Eu nunca estará livre dessa interpelação que se faz pelo Rosto do Outro, que como um vestígio já se retirou.

Para Levinas, toda a carga de responsabilidade se dirige ao Eu. É ele quem deve ser responsável pelo Outro, sem que nem mesmo se possa definir quem é este Outro. Pode ser o pobre, a viúva, o órfão e o estrangeiro¹³. Aqui a responsabilidade ética se inscreve em uma radicalidade tão original que não permite nem descanso nem divisão de tarefas. A responsabilidade é sempre do Eu, independente da responsabilidade do Outro. Questionado sobre a responsabilidade do Outro na relação ética, se este também não seria responsável pelo Eu, Levinas responde: “Talvez, mas isso é assunto dele. [...]. Neste sentido, sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me venha a custar a minha vida. A recíproca é assunto dele.” (LEVINAS, 2010, p. 82).

4 Da exclusão ontológica ao acolhimento ético

Depois dessas considerações, resta-nos, com o fito na temática proposta, qual seja, pensar a alteridade e a ideia de exclusão a partir do pensamento de Levinas, algumas ponderações podem ser produzidas.

A primeira, e que já sugerimos em páginas anteriores, é o fato de que a ontologia, com sua insistência em encaminhar-se para a interioridade do Ser e de tudo fazer depender dele, inclusive a simples existência dos entes reais, torna a unidade, a centralidade e a totalidade como sinônimo de exclusão, na medida em que as coisas e tudo que existe só adquirem esse estatuto de

¹³ O pobre, a viúva, o órfão e o estrangeiro, são noções que Levinas traz de sua tradição religiosa e que em seu pensamento filosófico dão sentido ao Outro, na sua condição de miséria, de desamparo sem lugar e sem pátria. São os que mais exigem acolhimento por parte do Eu.

existente na relação direta e referente ao Ser. Mesmo que, em princípio exista o diferente de Ser, este passa a ser considerado apenas no momento em que assume essa relação; portanto, deve perder sua condição de diferente, logo a sua alteridade. Neste sentido, a alteridade é considerada uma anomalia que deve ser reparada. Essa reparação tem o sentido de ser submetida às condições do Ser, ou simplesmente ser considerada um nada, um não-Ser. A exclusão adquire a condição de *nadificação*.

Por outro lado e, estranhamente, porque não corrobora com a *démarche* da tradição ontológica no que diz respeito ao modo como se relacionam o Eu e o Outro, a compreensão levinasiana da realidade assume a subjetividade e alteridade como separadas e com a exigência de que essa separação permaneça assegurada, para que tanto o Eu como o Outro permaneçam na condição de íntegros e ao mesmo tempo em relação. Em um primeiro momento a separação poderia ser compreendida como “sintoma” de exclusão, mas ao atentarmos para o sentido dessa separação, logo perceberemos que é ela quem permite ao diferente, à alteridade incluir-se em uma relação com a subjetividade. A inclusão não tem o sentido de subsumir-se em uma única realidade ou entidade, mas em estar, mesmo que separada, e por causa disso permanecer em sua identidade e alteridade em uma realidade que não exclui o diferente, mas que é urdida a partir dessa diferença radical e primordial.

Para Levinas, a ética vive dessa separação, sem a qual não sobreviveria nem como pensamento, quanto mais como ação responsável de um pelo Outro. A política como exercício ontológico de unificação promove a guerra e ao mesmo tempo se alimenta dela como exercício por excelência de unificação e, portanto de exclusão. A ética por sua vez, como resultante da separação do Eu e do Outro e esforço na manutenção dessa separação a par-

tir da sempre perene exigência de justificativas dos atos livres do sujeito, torna-se o próprio espaço do acolhimento do diferente, sem o qual ela não seria. A ética é relação, e sem separação não é possível relação, apenas unificação, totalização. Deste modo não se pode confundir separação com exclusão, tampouco unificação com acolhimento e respeito. Só se pode acolher o diferente, a alteridade. O que compõe a unidade já faz parte do Ser e tudo que não é Ser, não é, está excluído da própria existência.

A propósito desse raciocínio sobre separação e exclusão, talvez seja importante lembrarmos da obra *De outro modo que ser, ou mais além da essência*¹⁴. Já pelo título podemos compreender o sentido que Levinas imprime a partir desse momento à realidade. Para ele, não é possível desconhecer o diferente, aquele que não faz número comigo, mas que tem uma realidade tanto quanto a minha.

Se, num primeiro momento, seu pensamento se volta para a realidade do existente frente à existência anônima e geral, trazendo à tona o Eu egoísta e fruidor, num segundo momento, o que salta aos olhos é a realidade do Outro, num sítio completamente fora das cercanias do Ser, mas por outro lado, já em relação com ele.

Para Levinas, a busca pelo sentido do humano, o que parece ser sua tarefa desde o início do seu pensamento, não pode ficar

¹⁴ Esta é considerada a segunda síntese do pensamento levinasiano. Para a maioria dos estudiosos desse pensamento, essa obra representa o momento em que, de fato a ética é colocada na centralidade da discussão. Neste caso, *Totalidade e Infinito*, por ser uma crítica à ontologia e por ser a tentativa levinasiana de pensar a realidade para além da ontologia, essa obra ainda teria muitos ranços ontológicos. Diferentemente, *De outro modo que ser*, tem seu conteúdo voltado para o discurso em que Levinas põe a ética como filosofia primeira, em que o frente a frente do Eu e do Outro é o primeiro momento constitutivo da humanidade.

circunscrito no Ser, embora não se possa dizer que pretenda destruir a realidade deste. Se a ontologia foi sempre um discurso para dentro, para a interioridade do sistema, seja ele em que dimensão seja concebido, importa a Levinas pensar o sentido do humano além da essência, ou seja, para além do Ser.

Só se pode pensar em uma relação de alteridade verdadeiramente, se esta não for uma invenção da própria subjetividade, ou seja, se a alteridade resultar do desejo do sujeito ou se a mesma não sofrer a perda de si pelas investidas da subjetividade em seu afã egoísta e centralizador. Assim se justifica a preocupação levinasiana de pensar uma dimensão da realidade que não esteja submetida à vontade livre e autônoma do Ser.

O que resulta desse pensamento é a possibilidade da relação que não se resume a exercício de cumulação, mas de fato, culmine em ação ética, em possibilidade de responsabilidade de um pelo outro, sem que isso seja uma troca de favores, mas a própria ideia de responsabilidade assimétrica, que já comentamos anteriormente, e que não permite ao sujeito, em nenhum momento arvorar-se do dever cumprido, ou de desconhecer sua responsabilidade frente ao Outro em sua miséria e insofismável alteridade¹⁵. O Outro é outro de um modo iminente, não dependendo do sujeito para ser. Neste sentido, o Outro é o estranho, o completamente estrangeiro, e é por causa dessa condição de completamente exterior e diferente que a relação ética é possível e, portanto, que o acolhimento é possível.

¹⁵ Segundo Levinas, o Rosto do Outro que se nos apresenta é um misto de miséria e altivez. Ao mesmo tempo em que este Rosto reclama por socorro, por ajuda e acolhimento, ele também exige. Essa exigência vem na forma de incômodo, pois o Eu não passa despercebido. Aquele Rosto com sua miséria me incomodou, e mesmo que eu não o acolha sua exigência atingiu-me de tal modo que não posso desconhecer sua presença e exigência.

É possível que se questione sobre a dependência de ambos os termos no que se refere à sua existência. Levinas adverte que ambos têm existências reais que são independentes. Mas não é essa a questão. A questão que Levinas se coloca é o sentido do humano, e nesse escopo pouco importa quem é o outro e quais suas ocupações ou obrigações. O que é significativo na relação entre o Eu e o Outro é o fato de que o Eu, a subjetividade, encontra um sentido para além da sua condição de animal fruidor. A partir do Desejo pelo Outro, ele encontra o sentido de seu existir que redundará na possibilidade de se tornar responsável pelo Outro. Segundo nosso autor, essa responsabilidade não pode ser de “mão dupla”, não é uma troca de favores, pois não se pode intercambiar com quem não se conhece. Assim, o Outro não depende do Eu para nada, mas, por outro lado, o Eu depende do Outro para a sua humanização, isto porque o que humaniza o sujeito é sua capacidade de responsabilizar-se pelo Outro, independentemente de quem seja este Outro: a viúva, o órfão, o estrangeiro, etc.

A responsabilidade levinasiana assume um caráter assimétrico, ou seja, o eu é responsável pelo Outro sem contrapartida, sem possibilidade de exigências de reciprocidade. Assim responde Levinas, quando questionado sobre se o Outro também tem responsabilidades: “Talvez, mas isso é assunto *dele*. [...] Neste sentido, sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me venha a custar a vida. A recíproca é assunto *dele*.” (LEVINAS, 2010, p. 82).

Como poderia haver acolhimento sem diferença? Isso significa que só posso acolher ao Outro. Não posso acolher a mim mesmo ou ao que me pertence. Sobre mim e as minhas coisas não cabe o exercício da responsabilidade, pois não tenho que prestar contas a mim mesmo, não tenho que justificar meus atos a mim mesmo. Segundo Levinas, só posso justificar-me frente a um di-

ferente de mim, ao Outro, e, ao mesmo tempo, é ele a quem devo acolher, mas não dominar. Para que possamos estar em situação ética, a separação deve ser mantida, pois só há relação se houver um ente totalmente fora dos meus poderes; do contrário, estaremos falando em unidade, em realidade una. Aí, já estaremos ou permaneceremos no horizonte da ontologia e, portanto, fora da possibilidade de pensarmos uma subjetividade que se justifica em seus atos e uma alteridade que não se deixa subsumir numa realidade unificante, permitindo que toda diferença seja pensada e tratada como anomalia, como defeito.

Sem nos alongar, podemos fazer um exercício breve de raciocínio e considerar os vários campos do saber e da ação humanas na história pretérita e presente, para encontrarmos vários exemplos de como o diferente foi e é tratado. Tanto as diferenças sexuais, econômicas, intelectuais, raciais, etc., no mais das vezes foram consideradas negativamente e quem as portava ou as porta sofreram e sofrem por essa condição.

Para Levinas, compreender a realidade constituída de diferenças é o modo mais acertado e razoável de impedir a exclusão de seres humanos, qualquer que seja o processo de que se esteja falando, e ao mesmo tempo de estabelecer verdadeiras relações entre os humanos sejam eles de qualquer paragem e de qualquer orientação quanto à verdade e quanto à ação.

5 Considerações Finais

Entendendo e propondo as considerações finais como encerramento deste trabalho, mas não como finalização da questão, que se refere ao modo de relacionamento que se pode ter com a alteridade, mais uma vez nos reportamos ao fenômeno da guerra.

Admitamos que a guerra, quando levada em consideração num primeiro momento, o que nos parece mais evidente é seu caráter de separação. Pelo fato de ela revelar um conflito, um litígio, isso nos parece determinar que seu exercício e objetivos se dão com a intenção de separar e manter separados os contendores. Para Levinas, ocorre exatamente o contrário. A guerra é por excelência um movimento de unificação, de cumulação de um contendor pelo outro. Isso se dá na forma de submissão pura e simples ou de assimilação da cultura do vencedor pelo vencido. Não é necessário um corolário de exemplos da história, basta observarmos o antes e o depois das culturas que passaram por processos de colonização e todos os elementos próprios dos mesmos, como mortandade das populações autóctones até o ponto da submissão cultural e política.

De algum modo isto está presente na língua falada após as “conquistas” nas nações africanas ou asiáticas e em toda a América que passam a adotar o inglês, o francês o holandês, português, espanhol. A diversidade da língua não é tolerada porque representa resquícios da diferença e isso pode ser uma ameaça para o estado de unidade das nações. A guerra uniu e a unidade deve ser mantida e para tanto é necessário que qualquer diferença seja apagada, seja pela simples destruição desta, seja pela assimilação dos elementos diferentes.

Não se trata de uma característica sazonal desses fenômenos de conquista. Para Levinas, toda guerra tem em sua essência esse princípio de unificação que a torna devedora da ontologia como pensamento do Ser uno, de uma ordem em que nada fica de fora:

Tal como a guerra moderna, toda e qualquer guerra se serve já de armas que se voltam contra os que as detém. Instaura uma ordem em relação à qual ninguém se pode distanciar. Nada, pois, é exterior. A guerra não manifesta

a exterioridade e o outro como outro; destrói a identidade do mesmo. (LEVINAS, 2008, p.8).

Esta citação nos remete a dois aspectos da unificação, que se referem aos dois elementos de uma possível relação que são o Eu e o Outro, ou seja, refletem a subjetividade e alteridade presentes na relação ética. Neste caso, na guerra, tanto a identidade do Eu como a alteridade do Outro são dissolvidas na realidade da guerra ou do Ser uno. Neste ambiente, nem há possibilidades de algo exterior ao Ser, pois tudo está referido a ele, tampouco a identidade do Eu se apresenta como existente real que não esteja submetido à existência geral e anônima. Levinas sustenta que a existência anônima se identifica com a compreensão de história como fluir eterno, como destino, e que, no meio desse destino, a guerra é possível e por vezes compreendida como necessária¹⁶. Certamente, Levinas não corrobora com essa compreensão. Para ele, a guerra não é natural e nem necessária. Contra a ontologia da guerra, Levinas pensa o frente a frente do Eu e do Outro como momento inaugural do humano, que a partir desse contato quase não contato é que tudo pode se dar: tanto a violência da exclusão e desconsideração do Rosto do Outro como seu acolhimento na manutenção de sua diferença¹⁷. O Rosto me atinge como miséria

¹⁶ Certamente Levinas está se contrapondo à noção de história hegeliana, pois, para esse autor, existe a possibilidade de um acabamento da história, como conclusão de um projeto. Para Levinas, a história não tem fim, ela é pura abertura. Essa ideia é atestada por Sebbah quando trata dessa temática: “De qualquer modo, nada tem de derradeiro, nem de definitivo: não se trata da última palavra... uma vez que esta não existe” (SEBBAR, 2009, p. 216).

¹⁷ Levinas insiste na condição de Rosto como algo que surge já se escondendo. É o que ele denomina de vestígio do Rosto, pois o seu modo de aparecer não permite ao Eu a mínima possibilidade de vir a conhecer o Outro através de seu Rosto. Mas, o Rosto impõe-se frente ao Eu como uma realidade incontestável que pode provocar neste, uma reação que poderá ser orientada para

e como altivez, mas não sou eu quem decide quando serei afetado por ele, pois é ele quem tem a prerrogativa da primeira fala, do primeiro pedido de socorro, da primeira exigência. Qualquer que seja a minha resposta ou a minha falta de resposta não elimina a distância entre mim e ele. Talvez por uma ilusão plantada pela tradição filosófica em seu molde ontológico eu termine por convencer-me de que sou eu que determino o Outro, entretanto, se atentarmos, inclusive para nosso exercício violento frente ao diferente, poderemos perceber que é a diferença que nos obriga a uma ação, que pode ser a do acolhimento ou da exclusão. Mais que a realidade do Ser em detrimento do nada, a realidade é composta de entes que, por vezes, pela sua condição de estrangeiros, nos ensinam com suas interpelações para uma vida relacional ou instigam em nós o desejo de unificação, que redundando em exercício da violência.

a dominação do diferente ou o acolhimento do mesmo, de tal sorte que, tanto a violência como o acolhimento podem resultar do frente a frente entre o Eu e o Outro.

Referências

- BENSUSSAN, G. **Ética e experiência**: a política em LEVINAS. Passo Fundo, RS: IFIBE, 2009.
- CARRARA, O. V. **Levinas**: do sujeito ético ao sujeito político. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.
- CHALIER, C. **Levinas**: a utopia do humano. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- DERRIDA, J. **Adeus a Emmanuel Levinas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LEVINAS, E. **Éthique comme philosophie première**. Paris: Payot & Rivages, 1998.
- _____. **De outro modo que ser, o más allá de la essência**. Salamanca: Ediciones Sigueme, 2003.
- _____. **Totalidade e infinito**: ensaio sobre a exterioridade. Lisboa: Edições 70, 2008.
- _____. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- SEBBAH, F. D. **Levinas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Capítulo II

Razão e Exclusão:
a reabilitação dos preconceitos como
crítica hermenêutica à ciência moderna

Almir Ferreira da Silva Junior

I Introdução

Se em termos gerais excluir significa rejeitar, omitir, descartar, a amplitude do seu significado nos remete a um conjunto de procedimentos que reflete a incompatibilidade a algo ou a alguém, ou mesmo uma imposição à marginalização. Nesse sentido, o presente termo tanto pode significar um distanciamento quanto uma eliminação e indiferença a outrem, a uma ideia ou mesmo a uma tradição. Pensado como expressão do comportamento intersubjetivo na medida em que o ser humano é, radicalmente, ser-com-os-outros, o fenômeno da exclusão se constitui não apenas uma questão ético-política, mas também um problema que envolve referências interpretativas acerca da compreensão da pluralidade do mundo da vida (*Lebenswelt*) na singularidade de suas manifestações. Exclui ou é excluído aquele

que nega ou que é rejeitado na expressão do seu sentido e no horizonte de sua diferença, configurando-se como um estranho a ser desconsiderado. É sempre bom lembrar que, se o outro, por vezes, se constituiu uma pedra no caminho, a barreira inadequada, a compreensão de sua existência pode ser ressignificada mediante a predisposição ao acolhimento de sua diferença, à interação e à viabilidade do diálogo.

Do ponto de vista filosófico, abordar a exclusão significa, dentre tantas possibilidades, problematizá-la como contraponto à alteridade, tendo em vista a compreensão cientificista e monológica da realidade em seu conjunto de métodos definidos e busca de certezas. Em uma sociedade complexa, orientada pelas conquistas de uma razão técnico-científica e burocrática, como pensar o paradigma de uma metodologia científica que, indiferente à tradição, apenas controla e manipula as experiências do mundo da vida? É evidente que se trata de uma questão ampla e controversa, na medida em que envolve confrontos entre paradigmas metodológicos e comunidades investigativas, bem como a pretensão de autonomia e de *status* epistemológico vislumbrados pelas ciências no processo de construção dos seus saberes.

Para o desenvolvimento da questão apresentada, tomaremos como fundamento a hermenêutica filosófica de Gadamer em seu propósito de reestabelecer a possibilidade de conversação com o mundo em tempos em que a racionalidade científica, as realizações particulares e a “incapacidade para o diálogo” destacam-se como expressões significativas da condição humana social e ético-política e exercem um controle sobre a nossa compreensão de mundo. Assim, o nosso objetivo é discutir o caráter excludente da racionalidade científica moderna como referencial de compreensão das experiências que integram o mundo da vida, considerando a autonomia metodológica e absoluta exigida para

a compreensão objetiva e precisa das experiências, em detrimento da primazia histórico-hermenêutica dessas experiências. Tendo em vista a unilateralidade de compreensão do real imposto pela metodologia científica moderna em sua postura excludente a outras possibilidades de verdades e à tradição, abordaremos posteriormente o problema da reabilitação dos preconceitos como contraponto à cegueira de uma razão científica que controla, objetiva e manipula a compreensão da realidade.

A hermenêutica gadameriana em seu propósito crítico à metodologia científica desenvolve um diálogo com a tradição, dada a importância que essa categoria assume para a definição dos fundamentos da hermenêutica filosófica. A esse propósito, convém esclarecer que aquilo que em nossa língua denominamos de “tradição” corresponde a dois termos usados por Gadamer: *Tradition* e *Überlieferung*. Tradição vem do latim *traditio*, cujo significado corresponde à entrega, transmissão; enquanto que o termo em alemão *Überlieferung* provém de *überliefern*, ou seja, “transmitir” e de *liefern*, que corresponde a “prover, entregar”. Logo, a ideia de tradição constitui-se não uma simples particularidade do passado, no sentido de nos referirmos a esta ou aquela tradição, mas a universalidade conceitual de um legado que, inevitavelmente, se transmite e se dispõe à entrega na formação de consciências históricas e no processo de compreensão do real no *médium* da linguagem.

2 A hermenêutica filosófica e a razão científico-moderna

A hermenêutica não é apenas um conceito normativo ou mesmo um método necessariamente fixado em diretrizes para uma boa compreensão. O seu significado, além de nos reportar à memória da tradição, atualiza na contemporaneidade os desafios

e limites decorrentes de sua definição como a arte do interpretar e compreender. Advinda da expressão grega *hermeneia*, que inicialmente significa expressão ou interpretação, e da palavra *hermeneuein*, uma exposição que comunica a mensagem ouvida, do ponto de vista simbólico, sua origem tem como referência o deus Hermes, o deus mediador, aquele que transporta e traduz a mensagem dos deuses em uma linguagem acessível aos homens. Assim, a hermenêutica sempre esteve ligada à ideia de um mensageiro e intérprete, e de uma revelação, cuja comunicação de mensagens esteve sempre submetida às fronteiras da linguagem e à interação com os seres humanos. Eis o que faz a hermenêutica necessariamente vinculada ao universo do compreender e interpretar, à experiência da linguagem e aos desafios impostos pela alteridade.

Como ressalta Vattimo (1999), em meados dos anos 80, a hermenêutica constitui-se uma espécie de “*topos koiné*” da cultura ocidental, posto que o percurso de seu desenvolvimento a define para além de uma prática interpretativa e contempla o reconhecimento do vasto âmbito das expressões humanas, enquanto componentes de sentido e significado. Daí o fenômeno da compreensão ser concebido como expressão da linguagem, modo privilegiado dessa nossa tarefa interpretante e *médium* no qual nos determinamos como seres no mundo. A linguagem de modo algum pode estar dissociada da universalidade de nosso horizonte interpretativo, por ser ela que articula nossa humanidade ao espaço da interpretação e compreensão dos fenômenos e acontecimentos.

Aqui, no entanto, nos concentraremos na particularidade filosófica da hermenêutica de Hans-Georg Gadamer, em seu propósito de ruptura com uma hermenêutica de caráter essencialmente metodológico – cujo mérito seria a prescrição de regras para uma

compreensão correta –, e de questionamento do princípio da subjetividade moderna como fundamento para explicar o fenômeno da compreensão e interpretação humanas. Daí as observações de Bleicher (1992), que identificam na filosofia de Gadamer a expressão de uma das tendências da crítica hermenêutica contemporânea denominada a *filosofia hermenêutica*, no horizonte da qual revela-se a crítica ao objetivismo e ao metodologismo, enquanto busca de um conhecimento fundamentado na explicação e descrição do homem (*Dasein*), em sua temporalidade e historicidade.

A formulação da proposta de uma hermenêutica filosófica tem como sustentação a desconstrução do caráter metodológico da hermenêutica aliada à crítica à postura positivista, que consistia em absolutizar um método de busca pela verdade. Não se trata de inviabilizar o desenvolvimento da metodologia científica moderna na construção do conhecimento e compreensão, mas de questionar o seu alcance no tocante às diferentes experiências que compõem o mundo da vida, sobretudo os fenômenos humanos e sócio-históricos. Questionam-se aqui as condições de possibilidade do conhecimento, porém, não no sentido do criticismo kantiano de prescrever o alcance da ciência moderna, mas no intento de ultrapassar os limites das experiências científicas em suas diferentes formas, e assim contemplar o horizonte de *práxis* da vida humana. Eis o que remete a discussão hermenêutica à problemática epistemológica das ciências humanas (*Geisteswissenschaften*) ou ciências históricas modernas. A tomada de uma consciência histórica do presente e da relatividade de opinião, no horizonte particular de suas perspectivas, já desde o início da época moderna, constituem uma grande revolução, bem como um privilégio. Já não basta a reclusão nos limites exclusivos de uma tradição, pois torna-se preciso considerar nossa própria perspectiva em relação ao outro. Abre-se a perspectiva da alteridade e busca-se

compreender a pluralidade dos pontos de vista, o horizonte histórico no qual coexistimos.

As *Geisteswissenschaften*, na investigação de seus métodos específicos – histórico-críticos –, continuavam, no entanto, atraídas pelo modelo das ciências da natureza, única forma de assegurarem sua consciência científica, mediante a eliminação de seu elemento subjetivo. O problema que aí se põe é, todavia, que não é por analogia ao método das ciências matemáticas da natureza, forjando-se um método próprio, que a autonomia das ciências humanas será conquistada, adverte Gadamer.

É importante ressaltar, no tocante ao uso do método na ciência, que o seu significado não consiste apenas em buscar, examinar e investigar; ele não pode ser tomado como um instrumento auxiliar externo que simplesmente outorga certeza¹ aos conhecimentos, mas, bem pelo contrário, deve ser pensado para além de sua dimensão instrumental e epistemológica que busca certezas objetivas em detrimento do processo de desvelamento da verdade. Como bem lembra Aristóteles, citado oportunamente por Gadamer (1996), a ideia de um método único inerente à ciência moderna, corresponde a uma abstração, já que é o próprio objeto que, por sua vez, determina o modo apropriado de sua investigação. Daí resulta a crítica ao cientificismo e ao metodologismo modernos, na tentativa de ultrapassar a noção de conhecimento delimitada pelo método científico positivo, carac-

¹ Ao tematizar a relação entre filosofia e ciência, Gadamer refere-se à situação de carência de legitimação em que a filosofia encontra-se desde a época moderna e, mais precisamente, desde o século XVII. Surge, a partir de então, uma nova ideia de ciência e de método, desenvolvida primeiramente por Galileu e fundamentada filosoficamente por Descartes. “Foi, especialmente, a ideia de método, ou seja, o assegurar a via do conhecimento por meio do ideal superior de certeza, o que deu validade a um novo conceito de unidade de saber e conhecimento [...]” (GADAMER, 1983, p. 92).

terístico da ciência moderna e do ideal científico da filosofia das Luzes.

Para Gadamer, o horizonte instrumental metodológico acima mencionado não se constitui o caminho que viabilizaria o alcance de uma fundamentação filosófica do conhecimento e do mundo, bem como de acesso à verdade. A compreensão e a interpretação, antes mesmo de serem conhecimento, são um modo de ser do homem vinculado a sua finitude. Eis o fundamento que prescreve a condição hermenêutica da existência humana, cuja finitude faz da compreensão uma tarefa infinita, universal, circular, no interior da qual não se dá nenhuma objetividade precisa e nenhuma neutralidade de observação e interpretação. Pensada enquanto situação hermenêutica, a compreensão pressupõe a consciência histórica de que, por um lado, há uma tradição que nos interpela e, por outro, a evidência de horizontes, experiências de aberturas que promovem constantemente novas possibilidades. A compreensão sobressai então como uma “fusão de horizontes”² que acontece no *médium* da linguagem. E o que a partir de então começa a ser considerado é um contexto de tradição ao qual sempre está ligado o ato de compreender; em outras palavras, a radicalidade de uma existência prévia necessária à compreensão do objeto.

Dado o contraponto à razão metódica e científica moderna, o *logos* hermenêutico orienta-se, conseqüentemente, pela crítica a um conceito de “experiência” (*Erlebnis*) totalmente voltado e adequado a seu aparato científico-natural e metodológico e, por sua vez, indiferente ao caráter histórico, característico de toda e qual-

² Como, para Gadamer, não tem sentido falar-se em horizontes presentes em sua autonomia, nem também em horizontes históricos a serem ganhos, o ato de compreender resulta “[...] sempre em um processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos.” (GADAMER, 2005, p.404).

quer experiência. Eis o fio condutor para compreensão da hermenêutica filosófica como hermenêutica da alteridade e do diálogo e em seu confronto com uma razão científica excludente que delimita parâmetros e impõe uma ditadura metodológica para o alcance de conhecimentos verdadeiros.

3 Da experiência científica à circularidade da compreensão hermenêutica: a reabilitação dos preconceitos

Como expressão dessa crítica, aqui vamos privilegiar a relevância de uma hermenêutica dos preconceitos e do apelo à tradição como desdobramentos significativos oriundos do diálogo gadameriano estabelecido com o início da moderna teoria da ciência e da lógica, identificando em Francis Bacon uma especial expressão do emprego puro de nossa própria razão. Diz o hermenêuta:

Mas convém recordar que em Bacon o termo experimento não se refere somente à organização técnica do pesquisador da natureza, que produz artificialmente e torna mensuráveis determinados processos sob condições de isolamento. Experimento é também e sobretudo um hábil direcionamento de nosso espírito, que é impedido de abandonar-se a generalizações prematuras, o qual aprende a variar conscientemente as observações que ele impõe à natureza, aprende a confrontar conscientemente os casos mais distantes, aparentemente menos relacionados, e desse modo vai ascendendo gradual e continuamente até os axiomas, pelo caminho de um procedimento de exclusão. (GADAMER, 2005, p.456).

A grande contribuição de Bacon, interpreta o filósofo, estaria na exigência de uma purificação da razão humana tendo em vista a abrangência dos preconceitos (*Vorurteile*) que, além de

ocuparem o espírito humano, desviam-no da verdade. Purificação que se determinaria sob a disciplina de uma limpeza metódica, que, por sua vez, possibilitaria um uso metódico da própria razão. “É o que ocorre, por exemplo, quando entre os *idola tribus*, Bacon menciona a tendência do espírito humano a reter na memória unicamente o positivo e esquecer as *instantiae negativae*.” (GADAMER, 2005, p.457). Nessa “intenção excludente” de momentos na vida da experiência, recusa-se todo caráter linguístico-relacional ou mesmo histórico-preconceptual de toda compreensão, o que torna a experiência humana radicalmente limitada e empobrecida.

Ora, uma compreensão que tenha clareza da constelação de sentidos que envolve a experiência do conhecimento sempre manterá um esforço para averiguar seus próprios pré-conceitos. Com base nessa formulação, Gadamer nem sequer renuncia ao ideal, proposto pelo Iluminismo *Aufklärung*, qual seja, o de elucidar os preconceitos. Segundo ele, o preconceito da *Aufklärung* estaria, precisamente, no preconceito que esta sustentaria contra os preconceitos; o que será posteriormente retomado em sua explicitação. O descrédito direcionado a todos os preconceitos justificase tendo em vista a concepção de que o verdadeiro está restrito a fundamentações de certeza lógico-matemática.

Diante de tal evidência de caráter excludente, emerge a proposta de refletirmos sobre a dimensão negativa adquirida por este termo, no sentido de adequá-lo, de modo mais justo, à realidade objetiva, bem como ao caráter de historicidade inerente a nosso compreender. Assim se justifica a proposta hermenêutica de “reabilitação dos preconceitos”, em cujo fundamento sobressai a noção heideggeriana de “circularidade hermenêutica”.

Sob a perspectiva de sua análise existencial, a compreensão, de acordo com a noção de “círculo hermenêutico”, segundo Hei-

degger, pressupõe a estrutura circular da compreensão considerando a estrutura fundamental da temporalidade do *Dasein* como ser-no-mundo. Como ser no mundo, ele é, antes de tudo, abertura enquanto transitividade de si mesmo; é o vir ao encontro de si mesmo (*sichbefinden*) como disposição (*Befindlichkeit*). Sendo em função de si, ele configura-se como mundo, mundo projetado que se lança como seu próprio mundo. Por isso, a expressão ser-no-mundo implica que, na condição de estar aberto para si, conhece-se como projeto, como ser-no-mundo. Desse modo, o compreender não corresponde a uma mera capacidade teórica do *Dasein*, mas equivale à estrutura de seu ser, a uma abertura de si mesmo como possibilidade. Quando, por exemplo, afirmamos, “eu mesmo me compreendo” quero dizer que me compreendo porque aí sou para mim, aí me doo a mim mesmo como tal, seja em qualquer atividade na qual me reconheça identificado.

Nessa diretiva fenomenológico-hermenêutica, não há interpretação sem antecipação compreensiva. Esse círculo, cujo sentido ontológico é positivo, tem a evidência de sua descrição expressa em todo e qualquer intérprete consciente daquilo que faz. Nesse sentido, ressalta Gadamer (2005), deve-se resistir àquilo que se apresenta e se impõe como “feliz ideia” ou mesmo diante de concepções imediatistas do pensar; em lugar disto convém dirigir-se às coisas mesmas e deixar-se determinar pela sua evidência própria no horizonte de suas manifestações. É como alguém que, vislumbrando a interpretação de um texto mediante sua leitura, deve manter-se atento ou mesmo submetido a todos os desvios. Compreendê-lo é como um projetar-se a partir de expectativas e na perspectiva de um sentido tão logo apareça; é a predisposição a elaborar esse projeto prévio, possibilitando constantes revisões mediante as quais se prolonga e avança seu próprio sentido. Essa concepção de projeto (*Entwerfen*) ou mesmo o estado de ser lan-

çado (*Geworfenheit*) do *Dasein* constitui o fundamento e o ponto de partida de uma hermenêutica da facticidade. O processo de rever um projeto, refazendo-o ou mesmo antecipando-o como um novo projeto de sentido é, precisamente, o que define o movimento de sentido do compreender ou interpretar. O que qualifica essa tarefa como constante é o horizonte de possibilidade da verdadeira compreensão, ou seja, a elaboração de opiniões prévias não arbitrárias a serem examinadas em sua legitimação e validade. Tais opiniões prévias constituem aquilo que é denominado de pré-compreensão.

Diante da reflexão heideggeriana sobre a pré-compreensão, enfatiza Gadamer (2005, p.360): “É só o reconhecimento do caráter essencialmente preconceituoso de toda compreensão que pode levar o problema hermenêutico à sua real agudeza”. A pré-compreensão constitui-se, por conseguinte, como a primeira das condições hermenêuticas. A circularidade da compreensão expressa, de fato, a circunstância de que toda interpretação deixa-se guiar pelos pressupostos do compreender, seja enquanto propósitos, previsão ou mesmo antecipação.

Ratifica-se, assim, o reconhecimento dos preconceitos como condição da compreensão. Se, do ponto de vista da tradição histórica, os mesmos revestiram-se de um matiz bem diferente e negativo, na língua alemã o termo *Vorurteil*, que lhe é correspondente, indica a formação anterior de um juízo (*Urteil*) acerca da determinação de algo, e não necessariamente um juízo falso sobre alguma determinação. Para o hermeneuta, esse termo sofreu um significativo descrédito na *Aufklärung*³ alemã, assumindo o caráter de

³ Segundo Gadamer, o que justifica uma análise sobre o conceito de preconceito, considerando o descrédito que este sofreu ao longo da *Aufklärung*, é a própria necessidade de identificarmos as dificuldades de compreender o conhecimento histórico em sua essência. O interesse hermenêutico de es-

juízo destituído de fundamentação e carente de certeza. Não resistindo ao critério da dúvida metódica cartesiana, assimilado pela ciência moderna, os preconceitos tornam-se, conseqüentemente, excluídos em sua pretensão de conhecimento científico. Essa posição de afastar os preconceitos com vistas a possibilitar algo mais próximo à objetividade das ciências foi, por sua vez, incorporada como um preconceito oriundo da *Aufklärung*, ao sustentar que apenas pela via da desarticulação da subjetividade situada – ou seja, contextualizada em seus elementos histórico-existenciais –, a objetividade poderia ser atingida.

Conforme a leitura de Gadamer, a compreensão iluminista e de caráter negativo sobre os preconceitos tem como fundamento de sua origem o respeito cego à autoridade alheia, cuja referência fundamental encontra-se na formulação kantiana desenvolvida em “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?” (“Resposta à pergunta: O que é Iluminismo?”) de 1784: “Tem coragem de te servir de teu próprio entendimento” (GADAMER, 2005, p.362). O horizonte de aplicação desse princípio, além da compreensão dos textos, estende-se também ao âmbito hermenêutico, situando-se como contrário à interpretação dogmática de tradição religiosa da Sagrada Escritura. O problema hermenêutico central que aí se põe provém da tendência geral da *Aufklärung* em neutralizar, excluir, qualquer que seja a valência de autoridade alheia ao tribunal da razão. Desse princípio, segue-se uma relação de enfrentamento da *Aufklärung* com a tradição e, conseqüentemente, com a história. O caráter de autoridade, outrora conferido aos documentos históricos, à verdade dos escritos, é então assimilado como um preconceito do qual devemos liberar-nos mediante o esforço crítico

clarecer esse descrédito surge, dessa forma, como ponto de partida para essa análise.

da razão. Verifica-se o deslocamento de autoridade da tradição para a razão, donde se segue que “[...] toda tradição que se revela ante a razão como impossível ou absurda só pode ser entendida como histórica, isto é, retrocedendo às formas de representação do passado.” (GADAMER, 2005, p.366).

Entretanto, a crítica hermenêutico-filosófica dirigida a essa diretiva iluminista ressalta que não é a razão que depõe em favor de uma tradição histórica, mas, bem pelo contrário, é ela que se constitui como o lugar em que a razão encontra sua validade distanciada do domínio de um saber absoluto. Por conseguinte, a tradição que necessariamente se impõe pelo horizonte da história (*Wirkungsgeschichte*)⁴ precisa ter sua significação reabilitada, pois é ela na condição de fio condutor da temporalidade que se constitui pura transmissão e fonte de preconceitos legítimos. Guardiã da razão e da liberdade é o lugar-comum em que vivemos sob a escuta de “uma pluralidade de vozes nas quais o passado ressoa.” (GADAMER, 2005, p.377).

Diante destas considerações sobre a ressignificação dos preconceitos, tendo em vista sua relação com a autoridade – autoridade da tradição –, a hermenêutica filosófica justifica-se em seu propósito de reconstruir uma hermenêutica histórica da alteridade, cuja matriz fundamental reivindica o fenômeno da compreensão devidamente adequado à finitude e ao fundamento de uma vigilância histórica. Afinal, a razão só pode ser tomada em sua radical existência real e histórica e no horizonte de suas referências junto ao qual estamos necessariamente inseridos. Afirma Gadamer:

⁴ Gadamer concebe a história como *Wirkungsgeschichte*; termo alemão cuja tradução indicamos como “história dos efeitos”. Em alemão, o termo *Wirkung* – efeito – resulta de *wirken*, que, por sua vez, indica ação, atuação, um fazer efeito. Daí que *Wirkungsgeschichte* nos remete ao sentido de uma história dos efeitos, das consequências, dos resultados.

Não é a história que nos pertence, mas somos nós que pertencemos a ela. Muito antes de nos compreendermos na reflexão sobre o passado, já nos compreendemos naturalmente na família, na sociedade e no Estado em que vivemos. (GADAMER, 2005, p.368).

Isso significa que a autoridade subjetiva da autorreflexão está condenada à fragilidade, se desconsidera de forma excludente a própria corrente da vida histórica. Desenvolvendo o “preconceito contra os preconceitos”, esta reflete tão-somente uma deformação da realidade, privando-a, conseqüentemente, de seu caráter essencialmente histórico. Daí a análise de Gadamer propor objetivamente uma “reabilitação dos preconceitos” como condição de possibilidade para uma verdadeira compreensão, em detrimento de uma autoconstrução absoluta da razão. Desse modo, a hermenêutica dos preconceitos converte-se em uma hermenêutica verdadeiramente histórica que prioriza o significado da finitude em seu caráter existencial e histórico.

Independentemente de seu modo de constituição, a história, como as demais ciências humanas (*Geisteswissenschaften*), tem sua compreensão sempre articulada, interpelada ou mesmo compartilhada, à sobrevivência das tradições. Regressar a elas é atentar a autocrítica da consciência histórica, enquanto mediação da tradição, mediação histórica do passado com o presente, e que se expressa no próprio movimento de compreender. Como bem afirma Gadamer (2005, p.385): “A compreensão deve ser pensada menos como uma ação da subjetividade do que como um retroceder que penetra em um acontecer da tradição, onde se intermediam passado e presente.”

Do ponto de vista do círculo hermenêutico, a tradição, além de um fator de produtividade a partir do qual pré-juízos são projetados continuamente, também é o lugar em que se desenvolve

a investigação. Nesse sentido, pretender elevar todas as nossas projeções do compreender à transparência da consciência, fazendo-as depender de uma subjetividade autônoma e absoluta, seria arriscar-se a cair nas armadilhas de um pensamento instrumental e metódico de uma subjetividade excludente. Apenas compreende o ser humano que, inevitavelmente, deixa-se conduzir por expectativas e compreende-se pelos efeitos da história (*Wirkungsgeschichte*). Portanto, alguém que compreende pertence a uma história que atua nele, embora não seja devidamente consciente disto. Eis o que se põe não como obstáculo, mas como condição para o próprio compreender. Enquanto uma “pluralidade de vozes silenciosas”, a tradição exige do intérprete que busca compreender uma participação ativa, de modo que possa exercitar a escuta e o deixar-se interpelar pela tradição.

Assim, se no âmbito da ciência moderna, a experiência, tomada em sua essência, é excluída dos elementos de sua historicidade, tal unilateralidade de pressupostos teórico-epistemológicos só atestaria sua incompatibilidade de compreender o humano na perspectiva de sua existência; o que consequentemente justifica o processo de resignificação hermenêutica da compreensão em seu mérito de denunciar o caráter excludente do modelo de uma compreensão monológica da realidade em detrimento de uma reflexão histórico existencial do humano. Eis o que fundamenta a reconsideração da experiência (*Erfahrung*) em uma direção contrária à orientação que limita sua problemática ao horizonte teleológico do conhecimento e à perspectiva de seus resultados.

Em sua natureza, a verdadeira experiência é experiência da negação, pois as coisas não são exatamente como as tínhamos pensado anteriormente. Por isso, sempre somos capazes de nos surpreender na medida em que frustramos nossas expectativas e reorientamos o nosso modo de pensar. É o caráter próprio de

sua negatividade que nos proporciona compreensão, abrindo-se a novos horizontes. Por isso, diz Gadamer (2005, p.462): “A negatividade da experiência possui um sentido marcadamente produtivo. Não é simplesmente um engano que é visto e corrigido, mas apresenta a aquisição de um saber mais amplo.”

Sua realização não se consolida num conhecimento, pois se mantém em uma constante referência a outras tantas experiências, dada sua radical e permanente abertura a novas experiências. Diz ele:

A consumação de sua experiência, o ser pleno daquele a quem chamamos experimentado, não consiste em ser alguém que já sabe tudo e que o sabe melhor do que ninguém. Pelo contrário, o homem experimentado é sempre o mais radicalmente não dogmático, que, precisamente por ter feito tantas experiências, está particularmente capacitado para voltar a fazer experiências e delas aprender. A dialética da experiência tem sua consumação não num saber concludente, mas nessa abertura à experiência que é posta em funcionamento pela própria experiência. (GADAMER, 2005, p.465).

Nesse sentido, denomina-se homem experimentado não aquele detentor de um método infalível, sob o mérito do qual dirige o curso dos acontecimentos, mas aquele que não é indiferente ao caráter imprevisível de toda experiência. Experiente, ou mesmo sábio, portanto, não é aquele que conduz seu comportamento respaldando-se em princípios abstratos, cuja validade restringe-se à particularidade de uma situação. Assim, é porque nos sabemos finitos e limitados em nossa capacidade de poder fazer e na elaboração de nossos planejamentos racionais que nos abrimos a outros horizontes e, conseqüentemente, às expectativas futuras. O reconhecimento de nossa finitude faz ainda da verdadeira ex-

periência a experiência de nossa própria historicidade. Enquanto ser de experiência que atua e age na história, o homem adquire, através desta, uma intuição de futuro, por meio da qual se mantém sempre renovada a abertura a novas expectativas.

Nesse horizonte de abertura, por outro lado, a experiência propriamente dita hermenêutica se define como sendo aquela junto a qual nos deparamos com tradição; o que só pode ser experimentada pelo *médium* da linguagem. Não, todavia, como um acontecimento que, vindo de longe, é reconhecido pela experiência e controlado por ela; a tradição é, antes de tudo, linguagem, isto é, “fala por si mesma como faz um tu.” (GADAMER, 2005, p.468). Situando-nos nela, sua compreensão dá-se como uma experiência essencialmente linguístico-dialógica, sob a forma de eu-tu. Assim compreendemos e estabelecemos as relações de alteridade. Trata-se de um fluxo que não tem como fim a objetificação – o tu não é um objeto. A experiência eu-tu revela-se, pois, como uma experiência moral, na medida em que busca a específica compreensão do outro. Não podemos compreender o outro como qualquer outro objeto que se ponha no campo de nossa experiência. Mesmo em nome de um possível “conhecimento de pessoas”, cairíamos no risco de prendermo-nos a uma compreensão objetiva de elementos típicos, mediante a observação de seu comportamento. Afinal, “É uma pura ilusão ver no outro um instrumento completamente dominável, manejável.” (GADAMER, 2005, p.469). Desse confronto, resultaria uma relação em que o *eu* não se sentiria afetado pelo *tu*, limitando-se apenas a apreender, metodologicamente, regularidades do seu comportamento e conseqüentemente excluí-lo. A compreensão, portanto, pressupõe uma experiência de diálogo que prevê a radicalidade do outro como presença que se impõe de mim e se manifesta no *médium* da linguagem. Daí que só dialogamos quando, de fato, acreditamos que o outro tem

algo a nos dizer diferente daquilo que pensamos ou acreditamos. A compreensão, desse modo, é necessariamente uma experiência de abertura inclusiva.

Pode-se com isso afirmar que a experiência hermenêutica, enquanto uma experiência de finitude humana, apresenta um caráter essencialmente antidogmático. Já não se reporta à figura de “um em si” incomunicável e excludente, mas à expectativa de alteridade e de possíveis experiências; ao horizonte que, vindo além de nós mesmos, inclina-se a experimentar, até mesmo, aquilo que nos ameaça.

Por fim, pensar a essência da experiência não significa considerá-la apenas por referência à ciência, o que em muito a simplificaria. Não se trata da experiência que o cientista prepara e vivencia em seu laboratório, e, na condição de seu senhor, submete-a à prova e a contrastes suas hipóteses, deduzindo daí seus resultados. Privando-a de suas certezas, a consciência agora é confrontada com a própria finitude de suas experiências. O que aqui está em questão é a experiência que a consciência vive independente de suas certezas e que às vezes escapa à segurança de um controle pretendido, dado seu caráter conceptual e verificável. Por conseguinte, em oposição ao mito de um conhecimento de caráter eminentemente conceptual e verificável, a experiência tornou-se histórica e dialética⁵.

⁵ Trata-se da análise sobre a experiência enquanto experiência da consciência desenvolvida por Hegel em sua obra “Fenomenologia do espírito”. Para a hermenêutica de Gadamer, o paradigma da experiência tem como referência a concepção da experiência em sua acepção dialética hegeliana.

4 Considerações Finais

Abordar a temática da exclusão sob o fundamento de uma hermenêutica da alteridade encontra no diálogo com a filosofia de Gadamer alguns horizontes e possibilidades de reflexão. No presente texto, o nosso propósito restringiu-se a refletir tal temática dando ênfase ao caráter excludente da razão científica moderna em seus procedimentos metodológicos, e considerando uma das máximas hermenêutico-filosóficas estabelecida na obra “Wahreit und methode”, qual seja, a crítica à metodologia científica moderna enquanto possibilidade única e excludente de compreensão da realidade; o que não significa desconsiderar os méritos da ciência moderna quanto ao resultado de suas pesquisas ou mesmo desmerecer as contribuições decorrentes de suas investigações, mas apenas fazer sobressair uma dúvida crescente com respeito à ampliação dessa ideia universal de método.

É sob um impulso crítico de contraposição ao saber moderno que a discussão sobre a verdade a partir do método científico ganha densidade enquanto análise hermenêutica. Isto porque a compreensão de método na ciência não se constitui na única via de acesso à verdade; o que não implica a invalidação da ideia de método, mas tão somente assinalar seus limites, sob o risco de que sua pretensão de monopólio e de referencial impossibilite, exclua, ou falseie outras experiências de verdade, sobretudo aquelas estabelecidas pelas ciências humanas. A concepção de método na ciência moderna, ao prescrever o âmbito do seu rigor metodológico, ignora a noção de um saber construído a partir de pré-conceitos e da tradição, isto porque o procedimento de basear-se em ideias preconcebidas e na aceitação de afirmações de uma autoridade histórica da tradição reflete meramente um cará-

ter subjetivo, o que por sua vez compromete a construção objetiva de certezas.

O contraponto instituído da hermenêutica, no sentido de contrariar essa pretensão, toma como base a amplitude do saber humano, priorizando a diversidade de experiências que perfazem a relação entre homem e mundo. Por isso, a hermenêutica filosófica discorda de toda e qualquer delimitação lógico-científica do saber humano – em cuja meta a filosofia iluminista insistiu –, na medida em que tal procedimento descarta seu enraizamento próprio no processo de interpretação, neutralizando qualquer instauração de sentido.

Convém advertir a racionalidade científica moderna quanto à importância e necessidade de seus fundamentos não serem indiferentes à experiência pré-lógica dos seres humanos. É oportuno lembrá-la da tradição do saber humano, cuja busca da verdade é muito mais confiada à experiência da interpretação e ao reconhecimento do estranho do que à postura de subsumir a realidade vivida às delimitações impostas pela lógica conceitual legitimada pelas ciências objetivadoras.

É nesse sentido que a proposta de “reabilitação dos preconceitos” se constitui como contraponto à diretriz excludente da ciência moderna em seu exercício de busca da verdade. Na medida em que a tradição, incessantemente, nos interpela naquilo que somos, fazemos e pretendemos é o próprio caráter questionável dos preconceitos, mediante seu exercício, que nos permite experimentar a pretensão de verdade do outro e não excluí-lo enquanto alguém que tem algo a nos dizer. Retoma-se aqui e oportunamente uma condição máxima da hermenêutica filosófica, qual seja, “a compreensão começa aí onde algo nos interpela”⁶. Encon-

⁶ H.-G. GADAMER, *WM*, I, p. 305.

trar-se com a tradição é fazer valer a alteridade, dialogar com os preconceitos e manter-se aberto ao horizonte de outras possibilidades. O ser humano homem que compreende é, fundamentalmente, aquele que é gerado pela consciência histórica; aquele que, não interpretando fora da situação, deixa-se afetar por ela em seu caráter histórico e concreto.

Pensar o caráter excludente da racionalidade científica moderna tem a sua importância não simplesmente pela reflexão histórico-científica de suas análises no propósito de uma hermenêutica das ciências humanas em sua relação direta com o modelo de verdade preconizado pelas ciências naturais. Afinal, na condição de herdeiros do iluminismo, o nosso tempo ainda se rende aos acordes do paradigma objetivante da ciência e ao preciosismo operacional da técnica. Desse modo, observa-se que o paradigma da racionalidade científica moderna, em suas versões mais contemporâneas, continua balizando não apenas uma diversidade de investigações científicas como também referências sociais formativas, como, por exemplo, a formação educacional escolar. Enquanto tal, ela atualiza o seu caráter excludente, na medida em que é capaz de formar seres humanos que atestam incapacidade para o diálogo e a indiferença ao estranho e ao outro.

Referências

BLEICHER, J. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 1992.

GADAMER, H-G. **A razão na época da ciência**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Le problème de la conscience historique**. Paris: Seuil, 1996.

_____. **Verdade e método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VATTIMO, G. **Para além da interpretação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

Capítulo III

Processos de exclusão do paciente psicótico no CAPS

Isalena Santos Carvalho

Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke

I Introdução

Falar sobre exclusão do paciente psicótico parece lugar-comum. É histórica a exclusão que ele sofre(u) nas sociedades, como bem evidenciou Foucault (1972) na clássica obra “A história da loucura”. Com a marginalização, durante séculos a única forma de tratamento que se considerou possível foi a internação integral, fechada e de tempo indefinido em instituições asilares – ou totais, como denominou Goffman (2003).

Enfatiza-se aqui outro tipo de exclusão, pela consideração de que se encontra na raiz da exclusão social do paciente psicótico. Está relacionada ao que a sociedade tem dificuldade em lidar, haja vista a psicose se referir a outro modo de funcionamento – ou como bem indicou Jacques Lacan – outra estrutura. Na neurose,

considerada a estrutura do campo da normalidade, como houve a operação da metáfora paterna, o sujeito se mantém dentro do laço social. Como tal processo não se deu na psicose, é através do delírio que o psicótico buscará uma forma de reorganização de sua existência.

A sociedade, historicamente, mostrou sua dificuldade em entender isso, o que se evidenciou através de sua resistência em, de algum modo, possibilitar um lugar em seus grupos e instituições – além do hospital psiquiátrico – para quem, por uma questão de estrutura, sente-se sem lugar. Tal possibilidade implica o cuidado de não se querer, a qualquer custo e de qualquer modo, que o sujeito psicótico atenda a nossos ideais de funcionalidade, de convívio e de sucesso.

Com as mudanças promovidas pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica nas últimas décadas, decorrentes das denúncias de instalações insalubres e dos maus-tratos sofridos pelos pacientes nos hospitais e das manifestações dos trabalhadores de saúde mental por melhores condições de trabalho, o lema “por uma sociedade sem manicômios” se tornou uma exigência. Por mais que hoje ainda existam hospitais psiquiátricos – como no Maranhão, estado em que foi realizada a presente investigação – a rede substitutiva de atendimento cresce pautada no pressuposto de que cada vez mais seja menos necessária a presença daqueles na sociedade. Dentro da rede, atualmente se considera ser o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) um dispositivo estratégico no processo de reinserção de pessoas com neuroses graves, psicoses e usuárias de substâncias psicoativas no espaço social. A expectativa é a de que, por ser um serviço de base comunitária e com a missão de o cuidado não se restringir ao intramuros institucional, seu cotidiano já marque uma aceitação e um respeito à diferença, que, a partir do trabalho da equipe, se consiga também estender à sociedade.

Diante do exposto, o presente capítulo traz reflexões sobre a existência de processos de exclusão no CAPS ao paciente psicótico e de seus modos de manifestação. A exclusão não é entendida aqui apenas no sentido usual de marginalização dos e nos grupos. Refere-se também à proposta de inclusão – ilustrada pelo esforço de adequar de qualquer modo o paciente aos nossos ideais normativos – que produz como desdobramento justamente a exclusão de questões peculiares à clínica das psicoses e de escuta das tentativas singulares de subjetivação do paciente psicótico.

Para tanto, abordam-se considerações surgidas como frutos de diálogos realizados com pacientes, familiares e membros da equipe inseridos no serviço investigado, por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados e de registros em diário de campo. Na elaboração do presente capítulo, buscou-se discutir os posicionamentos éticos, teóricos e metodológicos presentes nos discursos, de forma a se identificar paradigmas antigos e atuais no que tange ao atendimento em saúde mental e suas repercussões no atendimento ao paciente psicótico.

Destaca-se que a construção deste trabalho teve como base os pressupostos da Psicanálise em extensão (LACAN, [1967]2003). No caso da pesquisa de fenômenos sociais e institucionais, há a reflexão constante sobre a escuta dos discursos envolvidos. Essa escuta é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social. Dessa escuta, não se sai isento: torna-se necessário um posicionamento ético e político (ROSA, 2004). A investigação acadêmica não se propõe a uma mera e mordaz crítica às relações institucionais observadas. Deve possibilitar uma oxigenação dos discursos, a fim de que não se cristalizem em práticas absolutistas.

2 Psicose: a forclusão do Nome-do-Pai

Para falarmos da psicose, tende a ser comum que a comparemos com a neurose – o modo de funcionamento do âmbito da normalidade. Com isso, indicamos o que não ocorre na psicose, o que lhe carece, a partir do parâmetro da clínica das neuroses. A psicose corre aí o risco de ser considerada como o contrário da neurose ou seu erro. Uma visão que é bastante restrita diante de um modo de funcionamento tão complexo, um outro modo de existência.

Na neurose, o sujeito advém como sujeito barrado pela ordem significante. Isso é permitido pela operação da metáfora paterna, que substitui no lugar do Outro o significante do Desejo da Mãe pelo significante Nome-do-Pai (LACAN, [1958]1998). A operação está relacionada ao recalque – processo próprio do funcionamento da neurose. Como indicou Lacan (p. 564), a “presença do significante no Outro é, com efeito, uma presença vedada ao sujeito na maioria das vezes, já que, comumente, é em estado de recalcado [...] que ela persiste ali”. Com a operação, o que retorna fica no campo do desconhecimento, advindo naquilo que causa estranhamento – como sonhos, atos falhos – mas, que, de alguma forma, o neurótico reconhece como seu, implicando-se em seu discurso.

Na psicose, como a operação da metáfora paterna não ocorre, não há a possibilidade de se identificar as formações do inconsciente como suas. Há outra relação com a linguagem, em que a palavra tem peso em si mesma pelo não deslizamento da cadeia dos significantes.

Retornando a Freud, napsicose, alguma coisa que foi rejeitada do interior reaparece como vinda de fora. Lacan ([1958]1999; [1956]2002) denominou esse retorno de forclusão, processo no

qual há a rejeição de um significante primordial: o Nome-do-Pai. O Nome-do-Pai exerce uma função essencialmente simbólica: encarnar a lei. Sua forclusão equivale à não-inclusão na norma edipiana. A inclusão é o que possibilita a assunção do próprio sexo e duvidarmos de nossas certezas, pois o significante Nome-do-Pai tem uma função normativa. Na psicose, como não há o recalque, diz-se que o inconsciente fica a céu aberto. Os pensamentos não são reconhecidos como seus por quem os apresenta. Como não há a barra da neurose, a cadeia significante se desamarra, passando o significante a não significar nada ou a significar tudo.

Na clínica, embora haja a impressão de dilaceração subjetiva, defende-se aqui que isso não nos autoriza a falar em ausência total ou de morte de sujeito. Se, diante das encruzilhadas da vida, o paciente não pode reorganizar seu mundo pela via da metáfora paterna, é através do delírio que ele nos indica seu esforço de encontrar outra forma de entender e, assim, organizar seu mundo de relações.

Lacan ([1956]2002, p. 103) indicou que, num momento culminante de sua existência (como um novo trabalho, uma gestação), revela-se para o sujeito, sob a forma de uma irrupção no real, algo que ele nunca conheceu, “uma estranheza total que vai progressivamente acarretar uma submersão radical de todas as suas categorias, até forçá-lo a um verdadeiro remanejamento do seu mundo”. Por não poder restabelecer de maneira alguma uma mediação simbólica “qualquer entre o que é o novo e ele próprio, entra em outro modo de mediação, completamente diferente do primeiro” (p. 104), substituindo a mediação simbólica por uma proliferação imaginária.

É todo um esforço do sujeito psicótico para encontrar para si um lugar possível de existência no mundo. Nesse esforço, o delírio tem papel fundamental por conferir uma significação à

sensação de crepúsculo do mundo quando do desencadeamento propriamente dito de uma psicose. No tratamento, portanto, Lacan ([1956]2002) recomenda o respeito à escuta dos modos particulares de organização de seu cotidiano pelo paciente psicótico. A escuta favorece a promoção de um tratamento que não se pretenda assistencialista ou autoritário. Ambas as alternativas se assemelham quando produzem um cotidiano que infantiliza o paciente ao verem com desagrado seu discurso.

3 O CAPS

Os CAPS foram criados oficialmente a partir da Portaria GM 224, de 1992. Nessa, foram definidos como uma unidade de saúde que conta com uma população adscrita definida pelo nível local, com equipe multiprofissional que oferece cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, em até dois turnos de 04 horas. Em 2002, a Portaria nº 336/GM ampliou seu funcionamento e sua complexidade. Definiu como missão do Centro de Atenção Psicossocial, dentre outros pontos, a organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental, bem como a supervisão e a capacitação das equipes da atenção básica (como a Estratégia de Saúde da Família) e de outros programas afins no âmbito do seu território (BRASIL, 2004a).

O CAPS passou a se constituir como um serviço que visa a gradativa substituição do modelo hospitalocêntrico, por evitar as internações e favorecer o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias. É um lugar de referência e de tratamento para pessoas com transtornos mentais severos e persistentes (psicoses, neuroses e outros quadros), cuja gravidade justifique sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida. (BRASIL, 2004b).

A Portaria Ministerial 336 definiu critérios populacionais para a instalação do CAPS nos municípios. Conforme a quantidade de habitantes, poderá ser implantada uma ou mais das seguintes modalidades: I, II e III. O CAPS III é o único que funciona 24 horas e também nos feriados e fins-de-semana. A Portaria 336 definiu ainda a criação de CAPSi (atendimento infanto-juvenil) e CAPSad (para dependentes de substâncias), também conforme critérios populacionais (BRASIL, 2004a).

No CAPS, o paciente pode ser atendido nos seguintes regimes: intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. A primeira modalidade consiste em atendimento diário, a ser “[...] oferecido quando a pessoa se encontra com grave sofrimento psíquico, em situação de crise ou dificuldades intensas no convívio social e familiar, precisando de atenção contínua.” (BRASIL, 2004b, p. 16). No regime semi-intensivo, a indicação é que a ida ao serviço ocorra até três vezes por semana “[...] quando o sofrimento e a desestruturação psíquica [...] diminuíram, melhorando as possibilidades de relacionamento, mas a pessoa ainda necessita de atenção direta para se estruturar e recuperar sua autonomia.” (BRASIL, 2004b, p. 16). O atendimento não-intensivo é “[...] oferecido quando a pessoa não precisa de suporte contínuo da equipe para viver em seu território e realizar suas atividades na família e/ou no trabalho [...]” (BRASIL, 2004b, p. 16), podendo ser atendido semanalmente. Considera-se que a transição do paciente de um regime a outro deve ser feita quando a equipe avalia ter ele melhorado em relação ao estado apresentado no período de ingresso na instituição.

No CAPS, podem ser oferecidas atividades como: atendimento individual (prescrição de medicamentos, psicoterapia); em grupo (oficinas terapêuticas, atividades esportivas); e, para a família (grupo de familiares, visitas domiciliares). Podem ser realizadas também atividades comunitárias, as quais são voltadas para a

integração do serviço e do paciente com a família, a comunidade e a sociedade em geral. Em paralelo, podem ser desenvolvidas assembleias ou reuniões de Organização do Serviço. Essa é uma atividade preferencialmente semanal, que reúne técnicos, usuários, familiares e outros, para a avaliação e a proposição de estratégias terapêuticas direcionadas ao aprimoramento do atendimento. Ressalta-se que todas essas atividades devem estar pautadas na premissa de que: “Estar em tratamento no CAPS não significa que o usuário tem que ficar a maior parte do tempo dentro do CAPS.” (BRASIL, 2004b, p. 18). As atividades podem ser desenvolvidas fora do serviço, como parte de uma estratégia terapêutica de reabilitação psicossocial, a ser realizada na comunidade, no trabalho e na vida social como um todo.

Em relação às oficinas terapêuticas, que têm um papel importante no CAPS, haja vista o potencial referente à promoção do intercâmbio social, essas devem ser definidas de acordo com o interesse dos usuários e as possibilidades dos técnicos. Podem ser oficinas expressivas (como de expressão plástica, corporal, verbal, musical); geradoras de renda (culinária, marcenaria, costura, fotocópia, artesanato etc.); e de alfabetização, para as pessoas que não tiveram acesso à escola ou que nela não puderam permanecer, como forma de exercitar a escrita e a leitura.

No Brasil, de acordo com relatório de dezembro de 2010¹ do link da Coordenação Nacional no site do Ministério da Saúde (BRASIL, [2011]), há atualmente 1.620 CAPS. Como o processo de criação de novos centros de atenção é frequente, é provável que o número de unidades já tenha aumentado. Portanto, diante de sua crescente expansão no país, é preciso refletir sobre os desafios,

¹ Quando foi feita a busca, não havia dado mais recente na página da Coordenação Nacional de Saúde Mental/Ministério da Saúde.

ganhos e dificuldades que pacientes, familiares e profissionais estão tendo e com os quais estão aprendendo a lidar.

Mesmo no CAPS, há o risco de institucionalização do paciente, quando ele passa a frequentá-lo diariamente durante anos, por falta da construção da necessária parceria com a atenção básica e sem a existência de outros locais com os quais possa igualmente se identificar. Esse risco tende a ser maior quando os profissionais do Centro de Atenção replicam práticas do modelo hospitalocêntrico pela ausência de autocrítica à sua atuação profissional e pelo consequente receio de ressignificar seu fazer cotidiano. Segundo Pitta (2011, p.4581), mesmo entre aqueles a favor da Reforma, nos governos, na sociedade civil e na população em geral, o estigma contra o louco persiste de vários modos, explícitos ou sutis, com evidências disso “[...] localizadas na não escuta e não credibilidade da palavra dessas pessoas, gerando uma crônica postergação de suas demandas.”

A ampliação dos dispositivos de atendimento, etapa fundamental na substituição do modelo hospitalocêntrico, requer o desenvolvimento de estratégias de avaliação dos serviços para que a mudança dos locais de atendimento seja refletida na possibilidade de circulação mais favorável do paciente na sociedade, de modo a evitar sua desassistência. Foi a partir dessas considerações e do amadurecimento do Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira que, em dezembro de 2011, foi lançada a Portaria Ministerial 3.088. Para a efetividade do processo de desinstitucionalização, foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. A instituição da rede é pautada na premissa de que, em face da complexidade das necessidades da clientela atendida, a responsabilidade pelo cuidado não deve se restringir ao CAPS ou mesmo

aos serviços de saúde mental. Deve ser dividida entre os mais diversos serviços do sistema público de saúde. Contudo, a portaria 3.088 não diminui a responsabilidade do CAPS enquanto instituição mediadora da relação do paciente com a sociedade.

Conforme Pitta (2011), falar em desinstitucionalização responsável implica tratar o sujeito em sua existência e em relação com suas condições concretas de vida. O tratamento deixa de ser a exclusão em espaços de violência e morte social para se tornar criação de possibilidades de subjetivação e de interação na comunidade. A “inclusão social do louco em liberdade” chama a atenção para os desafios próprios do crescimento do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira no interior de um estado burocrático, refratário a inovações, e a radicalidade que a mudança do modo de cuidar requer. A pessoa com transtorno mental, antes excluída do mundo da cidadania, não pode mais ser um objeto de políticas públicas. Como uma questão mais ético-política e cultural do que técnica, o futuro da Reforma Psiquiátrica Brasileira está na esperança de que os usuários, familiares, trabalhadores – protagonistas esses que amadurecem e se renovam a cada dia – encontrem modos mais sensíveis de reduzir os danos causados pelas nossas instituições e nossas escolhas insensatas.

Nessa perspectiva, a expressão “atuação interdisciplinar” perde o sentido quando a existência de profissionais das mais diversas áreas no mesmo espaço não implica a existência de uma interlocução entre eles acerca do atendimento que cada um constrói junto ao paciente. Não se trata de apagar as diferenças de identidade profissional e de função entre os membros de uma equipe de tratamento, mas de que cada um questione suas convicções – que muitas vezes encerram o paciente num sistema de pensamentos crônicos – para a construção de uma história em comum com ele,

numa interação que não se reduza a observar sua “melhora” ou “piora sintomática”.

Os profissionais têm de se haver com seus próprios sentimentos diante do contato diário com o sofrimento, a angústia, o inesperado e os atendimentos imperfeitos (FIGUEIREDO, 2002). Isso pode provocar neles um movimento de rechaço, momento em que é necessário refletir acerca das condições pessoais para a realização de seus encargos. Pode ocorrer que, à medida que pacientes e familiares se apropriam dos termos e criticam o tratamento oferecido, incomodem os especialistas, quando esses sentem que seu conhecimento não é aceito sem interrogações. Muitos profissionais, em vez de considerarem tais críticas como fundamentais para o aprimoramento de sua atuação, tendem a caracterizar pacientes e familiares como meros políquelixos ou mesmo desordeiros.

Pensamentos tradicionais e novos referentes ao tratamento dirigido à psicose se confrontam diariamente, numa tentativa de construção de um diálogo em que a realidade das condições de vida dos usuários de serviços públicos de saúde mental e de seus familiares, os ideais terapêuticos, a invenção e a crença no potencial do paciente para indicar sua própria direção de cura, possam ser parceiros. A permanente disposição da equipe de pensar sua prática e de buscar soluções deve levar em consideração que novos procedimentos revelam antigos problemas, até então escondidos, ou criam outros, o que exige, ao mesmo tempo, uma postura criativa e realista por parte de seus membros (TENÓRIO, 2001). Isso requer da equipe a aposta de que há como entrar em contato com o sujeito psicótico, mesmo diante de uma relação em que as falas parecem não ter reciprocidade.

Evidências da eficácia do tratamento segundo os “rigores científicos” não imperam no campo da saúde mental. As evidên-

cias que podem ser observadas são de outra ordem, em que valores, expectativas e esperanças fundamentam pequenas / grandes transformações gradativas, num processo que dificilmente ocorre de forma tranquila e previsível. Quando contribui para o desenvolvimento das potencialidades do paciente, o profissional também se permite descobrir novas potencialidades em si próprio, ao perceber que sua prática lhe indica uma necessidade de constante crítica ética e epistemológica a posturas rígidas e inflexíveis diante do que sua clínica lhe coloca.

4 Método

A pesquisa empírica foi realizada em CAPS II da Região da Ilha do Maranhão, a qual é composta pelos municípios de São Luís (a capital), Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. Quando foi desenvolvido o estudo, atendia, além da população do distrito em que se localiza – de aproximadamente 120.000 (cento e vinte mil) habitantes – os demais distritos da cidade e mesmo pessoas provenientes de municípios próximos, em razão da escassez de serviços e de profissionais especializados nesses locais.

Como não havia na época CAPSad na cidade onde ocorreu o estudo, a maior parte da clientela da instituição investigada era composta – conforme levantamento feito nos prontuários – por pacientes com “transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas”. Em segundo lugar, aparecia o grupo de pessoas com diagnóstico em alguma das classificações da categoria “esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes”. Esse grupo era sucedido, por sua vez, pelo de “transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes”. Tendia a ser frequente, ainda, a presença de pacientes com transtornos “do humor” e de “personalidade e de comportamento em adultos”. Em menor porcentagem,

encontravam-se casos de pessoas com diagnóstico de retardo mental ou de epilepsia, sendo alguns em comorbidade com outra classificação nosológica.

No local do estudo, as modalidades de atendimento ocorriam, principalmente, segundo dois eixos: prescrição de medicamentos e oficinas terapêuticas – de alfabetização, de expressão plástica (desenho, artesanato), verbal (aplicação de técnicas de dinâmica de grupo) e corporal (ginástica). As atividades extramuros tendiam a ser pontuais, como realização de festas em datas comemorativas.

Para a entrada no campo de estudo, foi apresentado o projeto de pesquisa à direção da instituição. Com a anuência, foi submetido ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Presidente Dutra, instituição filiada à Universidade Federal do Maranhão. Com a aprovação (Parecer nº 181/05), houve a apresentação do projeto aos profissionais do CAPS durante sua reunião mensal. Foi um momento importante não só para a contextualização dos objetivos da pesquisa e de suas estratégias de investigação – roteiro de entrevista semiestruturada e observação participante –, mas também para a construção do *rapport*.

Após a apresentação, foi iniciada a observação participante, com registro em diário de campo das atividades desenvolvidas pela equipe tanto junto aos pacientes – como realização de consultas, oficinas terapêuticas e visitas domiciliares – como entre si – reuniões administrativas e técnicas. Quanto às entrevistas, foram convidados uma paciente², quatro membros de sua família e seis componentes da equipe que mais diretamente a acompanhavam. Com seu aceite, os encontros individuais foram agendados, conforme a disponibilidade de horário. A leitura do Termo de Con-

² O caso condutor do estudo que deu origem ao presente texto.

sentimento foi realizada de forma conjunta, segundo a preferência. Concluída a pesquisa de campo, participou-se novamente da reunião mensal da equipe para se reiterarem os agradecimentos pela execução do estudo na instituição.

Após a realização de intensa leitura das transcrições das entrevistas e dos relatos presentes no diário de campo, as informações foram categorizadas e analisadas de acordo com a proposta e os pressupostos epistemológicos do presente trabalho. As entrevistas e o diário de campo foram considerados como estratégias complementares de investigação. Desse modo, e tendo em vista o caráter processual da pesquisa empírica realizada, as informações foram analisadas a partir do constante confronto da literatura com os temas recorrentes e significativos presentes nos textos (transcritos e decorrentes dos registros feitos no diário), bem como a partir da experiência clínica das pesquisadoras. Destaca-se ainda que a análise realizada não se restringiu aos aspectos descritivos da forma assumida pelo objeto investigado. Pressupôs a ênfase na singularidade do modo como os participantes o entendem e das relações que desenvolvem entre si.

5 Resultados e discussão

Neste tópico, antes do debate propriamente dito sobre a questão da exclusão do paciente psicótico no CAPS, são discutidos os referenciais teóricos, metodológicos e/ou empíricos que embasam a atuação dos profissionais no campo da saúde mental. Optou-se por esse percurso ao se considerar que a exclusão em questão tem relações com os históricos de formação dos profissionais componentes do *staff*, os quais se refletem no modo de funcionamento institucional. A maioria relatou somente a aprendizagem empírica adquirida no CAPS ou em serviços anteriores,

bem como as experiências decorrentes da própria trajetória de vida. Alguns sinalizaram a necessidade de obtenção de maior instrumental teórico para atuar na clínica das psicoses e de outras presentes na instituição investigada.

Eu entendo também que eu preciso ter mais, né, e... direcionar mais para esse conhecimento, né, esclarecer algumas dúvidas também, algumas... até pra... intervenção, né? Eu entendo assim que eu preciso ter mais esclarecimento sobre como intervir mesmo com o paciente psicótico. (terapeuta ocupacional).

Outros profissionais acrescentaram que, além da necessidade de aprimoramento de seus conhecimentos teórico-metodológicos, mais interlocuções entre a equipe e com outras instituições sobre o atendimento realizado no CAPS são importantes. Possivelmente, em razão da carência de cursos de pós-graduação específicos na Região da Ilha do Maranhão e da ausência de associações como de trabalhadores de saúde mental e de usuários ou familiares, os profissionais demonstram estar, em geral, distantes dos debates que se percebe em outros centros, como, por exemplo, a relação entre clínica e política no movimento da Reforma Psiquiátrica (CEDRAZ, 2006; PITTA, 2011). Isso também pode interferir no debate sobre a forma como cada um concebe o serviço público de saúde mental e sua atuação nesse.

Em instituições em que há profissionais de diferentes áreas, níveis de formação acadêmica e distintas experiências no campo da saúde mental e em que há uma proposta como a do CAPS, é importante que o conhecimento circule entre a equipe, para que haja um aparato conceitual mínimo em comum entre os seus membros. Mesmo quando o profissional aparentemente se apoia em determinada teoria para embasar suas ações, é preciso ain-

da discutir como se dá essa apropriação e suas repercussões nas ações da equipe e no imaginário dos pacientes. “*Referenciais teóricos... Aqui a gente utiliza mais pra utilizar com os pacientes, a gente percebe que funciona mais a questão do... É, como é que diz? Behaviorismo, né? Comportamental. Punição*” (psicóloga). Esse referencial é utilizado, conforme esclareceu a psicóloga, no sentido de favorecer que os pacientes aprendam o que podem ou não realizar na instituição. Algumas vezes, cortam-se “algumas coisas”; em outras, reforços são fornecidos. Como se pode perceber, a fala da psicóloga sinaliza que a teoria corre o risco de ser distorcida, sendo identificada pelo profissional e pelo paciente como uma forma de barganha ou mesmo de marcar, simplesmente, a autoridade do primeiro.

“A fundamentação de qualquer prática depende do posicionamento daquele que a sustenta face ao referencial teórico escolhido.” (RINALDI; LIMA, 2006, p. 61), o que se torna extremamente complexo quando há uma carente base epistemológica. Segundo as autoras, o conjunto de saberes que empregamos para sustentar nosso ofício se baseia nas concepções resultantes de nossa leitura da realidade. É um conjunto dinâmico, que demanda um posicionamento sem o qual é impossível operar, haja vista os efeitos que a experiência clínica produz sobre os sujeitos que trabalham com as psicoses, que nos remete “[...] **à nossa verdade e gera resistências que precisam ser trabalhadas para que o trabalho possa avançar.**” (RINALDI; LIMA, 2006, p. 62). É um posicionamento que pode conduzir tanto à mesmice no exercício profissional quanto ao reconhecimento das resistências que precisam ser trabalhadas.

Ainda em relação a características da equipe do local do estudo, como os médicos que estão no CAPS têm uma longa história de inserção no paradigma hospitalocêntrico, eles tendem a

ter ranços que não serão modificados apenas com a criação dos serviços substitutivos. Nessa perspectiva, os técnicos de enfermagem, que trabalharam em hospitais psiquiátricos da Região, também têm suas dificuldades para o questionamento do paradigma tradicional – conforme inferido das falas de profissionais e de pacientes do CAPS.

Houve uma situação em que um paciente disse querer conversar com uma das autoras deste texto. Ao ver que ele não se encontrava na oficina, um técnico de enfermagem instigou que ele retornasse. A pesquisadora esclareceu: “*Ele quer conversar comigo*”. O funcionário indagou: “*Ele quer conversar com você?*”. Ao que a pesquisadora retrucou: “*E eu também quero conversar com ele*”. Tal resposta parece ter contribuído para que o funcionário permitisse a realização do diálogo. O paciente desejava saber se Deus teria como achá-lo tendo em vista o fato de estar no CAPS. Indagou-se sua opinião a respeito. Ele colocou que Deus o encontraria. Pouco depois, retornou à oficina. Essa situação sugere uma carente valorização da palavra do paciente. Foi preciso um terceiro intervir para que ele pudesse ser escutado.

Ignorar a fala do paciente, em razão de uma possível concepção reducionista do delírio, não o auxilia em seu esforço de encontrar um lugar confortável de existência em seu cotidiano de relações. Para a Psicanálise, a escuta do delírio não é algo a ser negligenciado, descartado ou debelado, como sinaliza a visão médica tradicional do sintoma. É algo que fala do paciente. Logo, fica difícil permanecer numa oficina com a inquietação indicada no parágrafo anterior, sem que ele possa verbalizar o que o aflige.

Segundo a assistente social, “*a prioridade (do tratamento no CAPS investigado) é em grupo porque, sei lá, é uma proposta de coletividade em que as pessoas, os pacientes, vão se ajudando entre si, socializando experiências, histórias de vida*” (assistente social).

Embora a portaria ministerial 336 assegure o atendimento individual, como a psicoterapia, observou-se no local do estudo e em publicações da área certa ênfase nas modalidades coletivas de intervenção, especialmente nas oficinas terapêuticas.

Segundo Rabelo et al. (2006), o objetivo socializante do CAPS é concretizado por ações predominantemente coletivas, em detrimento dos processos individuais. Indicaram que as ações individuais se resumem a uma relação bipessoal, mais íntima “[...] que pública, pouco socializante, e têm visado apenas a redução dos sintomas e, em sua maioria, utilizam a fala como exclusivo instrumento terapêutico. Esse ‘intimismo’, útil para outras categorias nosológicas, torna-se insular e de pouca utilidade para a psicose” (RABELO et al., 2006, p. 26). É uma afirmação que sinaliza um olhar generalizante em relação a cada paciente psicótico, tornando todos relacionados a esse grupo contraindicados para o atendimento individual. A instituição investigada e as considerações de Rabelo et al. levam à interrogação acerca do modo de entendimento da noção de eficácia do tratamento, bem como, mais uma vez, do modo como é recebida a fala do paciente e o consequente destino a ela conferido.

Por outro lado, mesmo que modalidades de intervenção individual não sejam o foco do trabalho no Centro de Atenção, o trabalho coletivo não implica um apagamento do sujeito em prol do grupo. Não implica que uma atenção personalizada não seja assegurada. Afinal, o projeto terapêutico individual tem como função indicar as ações específicas a serem desenvolvidas junto a cada paciente que é atendido na instituição. Para tanto, cabe considerar que sua elaboração não se resume a um aspecto burocrático. Refere-se a um tratado que a equipe estabelece em relação ao paciente e à sua família.

Quanto às oficinas, a ausência no local do estudo das que são direcionadas à possibilidade de geração de renda tende a reforçar o discurso do paciente no que tange à intenção de se “aposentar”. É consenso que o mercado de trabalho na atual conjuntura brasileira é segregador, em especial no que se refere às pessoas cujas faculdades mentais se consideram comprometidas. No entanto, é igualmente consensual que a carência de conhecimentos técnicos não auxilia na diminuição da discriminação. Delgado et al. (2007, p. 67) apontaram ser um dos principais desafios da Reforma Psiquiátrica: “[...] a potencialização do trabalho como instrumento de inclusão social dos usuários dos serviços.”

Geralmente, as pessoas são simples e aquela família não tá preparada pra ter, né, esse paciente, esse integrante na família. Hoje, tudo se gira muito em torno do dinheiro. Então, se ele não produz, se ele não... consegue explodir e, de certa forma, ajudar a família, ele acaba sendo visto dessa forma: a pessoa que não deu certo. (assistente social).

A profissional acima acrescentou que, por mais que a família seja sensibilizada para uma convivência menos conflitante com o sujeito em atendimento no CAPS, quando esse não tem como se sustentar financeiramente pode ser visto e se sentir como um estorvo no contexto doméstico. Esclareceu que, embora se busque discutir junto aos pacientes e aos familiares as “dificuldades” e as “frustrações” que eles poderão vivenciar após o desligamento institucional, a equipe não tem como prover outras estratégias que, de alguma forma, as minimizem. Isso contribui para que alguns pacientes e familiares receiem a saída do CAPS, com a frequente solicitação de postergação da alta.

Mas, não é porque há a intenção de adiamento da alta que não há nenhuma crítica em relação ao funcionamento institucio-

nal. Houve pacientes e funcionários da instituição que descreveram as atividades coletivas realizadas no Centro de Atenção como maçantes e repetitivas. Com carência de recursos humanos e materiais, por mais criativa que seja a equipe, é impossível evitar a impressão de um cotidiano em que não se percebem mais distinções dentre o conjunto de ações propostas. Ainda assim, conforme alguns familiares entrevistados, é preferível a permanência do filho, irmã etc. no CAPS do que em casa, tendo em vista que na instituição eles têm uma ocupação. É uma preferência que deve manter a equipe alerta de modo a que o Centro de Atenção não se torne um lugar que serve para o membro da família em tratamento simplesmente permanecer.

Ao longo do tratamento, as oficinas podem se configurar como uma atividade de passatempo, sem a ponderação de que o tempo também é um aliado precioso ao tratamento. Faz-se importante a consideração de que intervenções estruturadas, pautadas no resgate da noção de início, meio e fim, contribuem para o sentimento de continuidade da história psíquica e social.

Apesar de outros profissionais coordenarem as oficinas, sua realização é associada mais à figura do terapeuta ocupacional. É uma associação que o coloca num delicado papel de elaborar tarefas para ocupar o paciente, conforme discutido com profissionais da área. Ela remete ao antigo Tratamento Moral psiquiátrico, em que a análise dos efeitos produzidos nos participantes decorrentes das atividades propostas era negligenciada em prol da necessidade institucional de manter o paciente continuamente ocupado (CEDRAZ, 2006). Pode-se perceber que, como resquício desse modelo em algumas instituições de saúde mental, o ócio é percebido como fonte de adoecimento. O paciente não pode ficar parado em momento algum enquanto estiver em tratamento. Deve

ser envolvido em qualquer atividade, mesmo que lhe pareça sem sentido ou pouco atrativa.

A falta de uma programação mais direcionada e diversificada tende a comprometer a sistematização do trabalho e a análise de seus efeitos. A ausência de um planejamento intencional dos objetivos relacionados à execução das oficinas pode favorecer que não se discuta, por exemplo, o que leva alguns pacientes a participarem mais ativamente do que outros das ações que ocorrem diariamente na instituição. Isso dificulta a compreensão de que um “sinal de saúde mental” pode ser a capacidade do paciente em questionar aquilo que lhe é proposto executar em razão da monotonia que percebe estar envolvida. Na ausência de tal análise, a avaliação do questionamento tende a se restringir a uma única ótica: é um indício de piora, ponto.

De fato, uma visão mais ampla e complexa é necessária em face de todas as questões que permeiam o conjunto de interações que os pacientes estabelecem entre si e com a equipe. Alguns profissionais parecem se surpreender com o fato de aqueles demonstrarem ter “sexualidade”; surpresa relacionada ao fato de desenvolverem namoros entre si, terem relações sexuais, além de aparente incômodo por determinadas manifestações afetivas aos membros da equipe.

Como defendem as autoras deste texto, afirmar que a psicose se refere a outro modo de organização psíquica não implica dizer que o sujeito psicótico viva numa bolha.

[...] o sistema delirante varia, quer ele tenha sido abalado ou não. [...] Essa variação resulta da interpsicologia, das intervenções do exterior, da conservação ou da perturbação de uma certa ordem no mundo em torno do doente. Ele está longe de não levar tudo isso em conta, e procura, no curso da evolução de seu delírio, fazer esses elemen-

tos entrar em composição com o seu delírio. (LACAN, [1956]2002, p. 27).

Como sujeito que está na sociedade, ele é por ela afetado e responde às suas questões constituintes. Em vez de se surpreenderem com a “sexualidade”, a surpresa não deveria ocorrer quando há sua ausência?

Quanto às oficinas, não se trata simplesmente de ocupar, mas de indagar o que nelas há de terapêutico, através do esforço de identificação do que a atividade em grupo traz para o paciente e vice-versa. Isso exige o constante esforço de aliança do conhecimento teórico e técnico com a experimentação e o improviso, de forma a se manter as oficinas como um instrumento a serviço do que preconiza o movimento da Reforma Psiquiátrica (CEDRAZ, 2006). Exige, ainda, o reconhecimento de que dirigir o tratamento não equivale a dirigir o paciente (LACAN, [1958]1998).

Em alguns prontuários, foram identificados registros como: “paciente demonstra resistência a participar das oficinas”, “participação seletiva nas oficinas” ou mesmo que sinalizam a ausência de um comportamento tido como amigável. A assiduidade nas oficinas e perceptível envolvimento com a atividade proposta, relação cordial com os outros pacientes e com a equipe tendem a ser caracterizados como indicadores de uma boa evolução do caso. Contudo, como aponta a Psicanálise, a resistência é inerente à condição humana. Logo, em vez de se observá-la como um fator contrário ao “bom” andamento do tratamento, a ponderação sobre sua origem e importância na vida psíquica do sujeito não pode ser negligenciada.

Pacientes, famílias e equipe reconhecem que o trabalho realizado no CAPS é mais do que necessário. É imprescindível. Mas, no reconhecimento, parece ser carente a importância do debate

acerca da complexidade do atendimento envolvido. Em face do envolvimento intenso com o cotidiano institucional, pode ser difícil, às vezes, para os seus integrantes, uma análise mais profunda e sistemática das relações que há entre os que atendem e os que são atendidos. A prática sem uma crítica ao que é desenvolvido tende a se tornar intuitiva e pouco reflexiva. Como resultado, é possível que haja uma estagnação das ações com o decorrer do tempo e que o questionamento ao que é produzido seja visto como uma ameaça. Isso dificulta a criação de espaços em que pacientes e familiares possam participar das decisões referentes ao funcionamento institucional (CEDRAZ, 2006), o que, por sua vez, reforça sua posição – citada por alguns profissionais entrevistados – de passividade e de querelância em relação ao CAPS.

Nas entrevistas realizadas com os profissionais, observou-se ser ainda comum a comparação da clínica da psicose a outras clínicas existentes na instituição, sobretudo a de drogas.

Eles (dependentes de substâncias) falam, eles escutam ou, às vezes, não falam nada. Mas são claros, dá pra te ver a diferença entre eles. O paciente de transtorno... humor ou, então, transtorno obsessivo-compulsivo, é um paciente que tu vê que ele apresenta uma inquietação. Por exemplo, o obsessivo-compulsivo, ele tá aqui... [...] A gente fala com ele... Porque a gente faz a admissão, a gente já entrega a medicação. Eles já ficam contando quantos medicamentos têm. Contam não sei quantas vezes. Pergunta. Fala a mesma pergunta várias vezes. Se eles querem: “Doutora, tem remédio amarelo? Doutora, tem remédio amarelo? Doutora, tem remédio amarelo?”. Várias vezes a mesma coisa. E, transtorno do humor, o paciente fica... Tá bem, tá conversando contigo. Do nada, ele já muda o humor. Já dá pra falar, transtorno do humor, ele já muda o humor, já fica alterado, muitas vezes, com... agressivo. Não quer responder o que tu pergunta. E, psicótico, dá pra te ver na hora que é psicótico, porque eles...

Na hora entre aspas, se tiverem em crise, porque, se não tiver, não é fácil pra saber. Mas se eles estiverem em crise, dá pra ver. Inquietação motora, transtorno do pensamento... transtorno do pensamento, fala coisa com coisa. Não sabem responder bem o que tu pergunta. Às vezes, até respondem, mas respondem mal. Acontece muito deles rirem muito. (enfermeira).

Com depressivo, tu não pode chegar, né, sei lá, de repente, tu bater muito de frente com ele, falar muito... Bom, às vezes, tu fala de uma forma que a pessoa, né, se machuca. Paciente depressivo, tu tem que saber muito como é que tu vai falar com ele, né? Tem que usar as palavras corretas. O teu tom de voz tem que ser mais... Porque, qualquer coisa, eles se magoam. Qualquer coisa eles se chateiam. Então, tem que tomar muito cuidado, a forma como tu vai falar com ele. (psicóloga).

As duas falas acima sugerem que o usuário da instituição parece ser pensado exclusivamente a partir da queixa que motivou sua inserção na instituição. Ambas suscitam a reflexão de que se reconhecer que se trabalha com diferentes clínicas não significa atender de acordo com estereótipos, o que tende a cristalizar a escuta direcionada a cada uma.

Comparece no discurso de alguns profissionais e pacientes uma crença acerca de qual pessoa é indicada para receber atendimento no CAPS: não agressiva, comunicativa e que queira “se tratar”. É um paciente com pouca ou nenhuma dificuldade de interação e sem resistência a se submeter ao que a instituição preconiza; um paciente ideal. O sujeito que não “fala com ninguém” e “só fica andando de um lado para o outro” não é indicado para o CAPS. Esse seria o louco entre os doentes. O hospital psiquiátrico seria o local para ele. O Centro de Atenção, por sua vez, é para as pessoas que apresentam menor grau de comprometimento do

contato com a realidade ou mesmo nenhum. Parece haver um nível de diferença aceitável para a equipe. O paciente pode ter suas peculiaridades, desde que não interfiram na rotina institucional.

No que tange à relação entre os pacientes do CAPS, sabe-se que, historicamente, as pessoas com transtorno mental sofrem um processo de exclusão social. Desse modo, a ação por um paciente de perceber o outro como um estranho, num local em que todos estão em tratamento, pode ser uma forma que identifica para evidenciar a si e à equipe, representante da sociedade normal, que não é ele o diferente. Pôde-se acompanhar uma situação em que após uma usuária ter agredido pela terceira vez outras mulheres em atendimento na instituição, foi cogitada, entre os pacientes, a elaboração de um abaixo-assinado para sua saída. Após a intervenção da equipe, a ideia não seguiu adiante.

A partir da fala de pacientes e de profissionais, pôde-se inferir que, enquanto a doença é associada à possibilidade de recuperação, ainda que o termo doente não seja de fácil aceitação, a loucura é relacionada ao descontrole. Essa divisão contribui para que o hospital psiquiátrico seja visto como o lugar indicado para aqueles considerados sem condições de melhora (CARDOSO; SEMINOTTI, 2006).

Os profissionais, segundo a terapeuta ocupacional, buscam conscientizar os pacientes de que, no CAPS, “todo mundo é igual”. É provável que, justamente por não se perceberem como pessoas iguais, independente de possuírem o mesmo diagnóstico, é que o discurso da igualdade pode contribuir para uma nova exclusão de fenômenos historicamente excluídos, como a psicose e o uso de drogas. É uma tentativa de homogeneidade que, no próprio discurso dos profissionais, não se concretiza.

Não se trata simplesmente de priorizar o discurso da igualdade ou da diferença, da clínica ou da política no âmbito da saú-

de mental, mas de se considerar que não representam discursos díspares. Mesmo que o paciente psicótico não apresentasse outro modo de organização psíquica, reconhecê-lo como um “igual” no sentido da cidadania não pode rivalizar com o pressuposto de haver, em cada caso, uma singularidade a ser escutada.

Alguns profissionais indicaram que pode haver certa preferência em se atender pacientes com transtornos depressivos ou devido ao uso de substâncias do que o paciente psicótico. Colocaram que, como os dependentes de substâncias chamam, muitas vezes, mais a atenção da equipe que os pacientes psicóticos, por serem agressivos, extrovertidos, apresentarem uma melhora mais “visível”, isso favorece à equipe dispensar mais atenção àqueles do que a estes. Eles também forneceria mais claramente ao técnico *feedback* sobre o resultado de sua atuação.

No caso da melhora, destaca-se ser essa mais visível por se pautar na redução ou na completa interrupção do uso da droga – algo concreto. Todavia, um profissional ressaltou que os pacientes com quadro psicótico tendem a apresentar “evolução” mais rápida no que se refere ao controle dos sintomas. Tal comparação sugere que, por mais que tenha ocorrido uma “diminuição” dos delírios ou das alucinações, há certo incômodo diante da contínua constatação de outro modo de funcionamento.

Também sugere que, se o profissional não escuta do paciente em que pôde contribuir em sua melhora, é possível que ele a relacione apenas à ação do medicamento sobre a “doença”. No caso da dependência, ele pode apontar que fez tudo o que era possível. Se não houve uma melhora e o sujeito, conseqüentemente, continua em tratamento, é porque ele ainda não se “conscientizou” de que deve interromper o uso de drogas.

Parece haver aí uma subjacente concepção quanto à capacidade de decisão sobre si que não ocorreria na psicose. Conforme

se pôde inferir da fala de alguns profissionais, o paciente psicótico é caracterizado como alguém que não possui (a necessária) consciência de si; numa concepção de consciência assemelhada à noção de responsabilidade. É uma equiparação em que a consciência, como um atributo do homem desenvolvido, torna-o apto a se engajar no convívio social. Como na sociedade é comum a concepção de ser o sujeito psicótico alguém cujas razões estão no campo da irracionalidade, parece haver também para alguns membros da equipe a consideração de ele não apresentar nenhuma capacidade de auto ou de questionamento sobre seu contexto de relações. Nessa perspectiva, tende a ser esvaziada a legitimidade da importância de se escutar seus modos próprios de expressão de seus conteúdos.

No local do estudo, há “grupos específicos” para mulheres com depressão, usuários de drogas, dentre outros. É uma modalidade na qual se discute as vivências do paciente a partir da identidade diagnóstica que lhe é relacionada. Na época de realização do estudo, não havia grupo específico para o paciente psicótico. Na fala a seguir, a profissional busca indicar fatores relacionados a essa diferença no atendimento.

Eu acho assim, até me incluindo nisso, nesse grupo, mas eu acho assim que ainda há muito do que... ser desmistificado com relação à psicose, né? Então, sempre quando se há um preconceito, né, há uma... Eu acredito que seja até um preconceito de lidar, intervir... passa a haver uma ignorância, uma falta de informação. Então, eu acho que isso até a nível inconsciente, sei lá, digamos, é uma resposta desse preconceito de... Às vezes, não saber como lidar exatamente como deveria lidar, né? (terapeuta ocupacional).

Segundo Zimmerman (2000), quando o grupo apresenta características homogêneas, é possível um melhor entendimento

entre os integrantes dos temas abordados por se utilizar uma mesma linguagem e se partilhar vivências semelhantes. Em geral, conforme o autor, essa configuração propicia que as pessoas assumam suas dificuldades de forma menos conflituosa. Há uma confirmação aos participantes de que não estão sozinhos, são respeitados em suas limitações e que essas não excluem uma boa qualidade de vida.

No caso de pacientes com quadro psicótico, a intervenção em grupo contribui para que a ansiedade em relação ao tratamento como um todo seja diluída e melhor tolerada. O próprio grupo funciona como um necessário continente para as questões trazidas por cada participante (ZIMERMAN, 2000). Figueiredo (2002) apontou que, na intervenção grupal, o saber acerca do processo em andamento é compartilhado com os participantes. Tanto a suposição de saber, quanto o processo de elaboração individual circulam entre todos. Em relação ao trabalho com grupos que adquiriram uma identidade social definida pela patologia, a autora indicou que um de seus grandes benefícios é minimizar os efeitos estigmatizantes dessa identidade.

Seja questionando o foco sobre o diagnóstico, seja para produzir efeitos inusitados numa situação em que o papel do profissional é de facilitador do processo, o grupo possibilita a socialização e a revisão das problemáticas em comum. Cada história de vida, cada experiência compartilhada, cada fala produz efeitos sobre as falas dos outros participantes (FIGUEIREDO, 2002). Isso proporciona novas possibilidades de subjetivação a partir dos diagnósticos que circulam nas narrativas.

A ausência do grupo específico para o paciente psicótico sugere a dificuldade dos profissionais em reconhecer e validar os processos de subjetivação que ele realiza em seu tratamento. Igualmente, sugere que como o funcionamento psicótico ques-

tiona os ideais de cura da equipe – além de uma resistência em reconhecer o delírio como uma fala que requer e merece escuta –, é-lhe difícil definir um motivo para a montagem de um grupo terapêutico com o grupo em questão.

Pelo menos, assim, a nível de CAPS, eu vejo que a realidade, daqui, ela não é da maioria de paciente psicótico, né? Isso é bem claro pra gente. [...] é como se tivesse que inserir uma minoria ainda dentro de uma outra maioria, que também termina sendo minoria em outras situações.(terapeuta ocupacional).

Apesar disso, a profissional acima destacou perceber em algumas pessoas do grupo “maioria”, o de dependentes de substâncias, uma “preocupação” em cuidar do outro que “não consegue compreender no mesmo ritmo”. Verificou-se ser essa preocupação algo comum entre todos os pacientes. A título de ilustração, foi observado como alguns usuários estimulavam uma paciente, com comprometimento da fala, a se comunicar. Eles procuravam manter um diálogo para incentivar sua interação. Agindo como “terapeutas”, incentivavam-na a falar, mesmo reconhecendo a dificuldade de entendimento que suas palavras causavam no interlocutor. Demonstravam a forma como ao valorizar o autocuidado, reconheciam a necessidade de cuidar do outro, para que esse também fizesse o mesmo por si próprio.

O CAPS como uma instituição social reflete as contradições da sociedade. Nele, os processos de inclusão e de exclusão se cruzam a cada instante. Portanto, a questão não é dizer que a equipe é ruim, porque há processos de exclusão no funcionamento institucional. A questão a ser trabalhada é que, como uma instituição que possui como prerrogativa mediar a reintegração do paciente na sociedade, a equipe não pode se eximir de se interrogar sobre

as relações que ocorrem em seu cotidiano e o que elas têm de “terapêutica”, ou não.

É possível que um dos maiores efeitos terapêuticos proporcionado pelo CAPS esteja relacionado ao convívio entre os pacientes. Ao interagirem, sensibilizam-se mutuamente sobre a existência de regras e do(s) porquê(s) da necessidade de seu cumprimento, o que, no caso da clínica da psicose, pode contribuir para que o sujeito encontre um ponto de sustentação na realidade. Nesse processo, transmitem, dentre outras questões, informações sobre os efeitos colaterais do medicamento e apoio para a realização do tratamento.

Nos contatos entre si, os pacientes desenvolvem as mais diversas habilidades terapêuticas. Ler ou escrever para alguém não alfabetizado e/ou as brincadeiras ajudam não só a compreender que há um outro numa situação parecida ou mesmo que define como mais grave, como a exercitar um cuidado que restabelece os vínculos. A interação que ocorre entre os pacientes do CAPS é importante para que percebam semelhanças e diferenças no que cada um entende e sente como sofrimento psíquico. É igualmente importante para a criação e desenvolvimento de laços por meio dos incentivos mútuos. Cabe aos profissionais, assim, a análise de como se constitui o sentimento de pertença ao CAPS a partir da criação que os pacientes entre si nele estabelecem de novos modos de relação (CARDOSO; SEMINOTTI, 2006).

Todas as relações desenvolvidas no CAPS podem ter efeitos terapêuticos. Para sua otimização, cabe considerar em que condições as interações ocorrem e o que as torna terapêuticas ou reforça a exclusão daquilo que incomoda. A proposta de funcionamento do CAPS e as relações nele desenvolvidas propiciam o resgate da noção de limites ao servir como um continente ao desamparo que a vivência psicótica produz.

Apesar de alguns pacientes e familiares indicarem que o sujeito em tratamento no CAPS está “internado”, consideram que essa internação é diferente. Ao ser o Centro de Atenção identificado como um local de tratamento para o restabelecimento da saúde, é diferenciado do hospital psiquiátrico, lugar daqueles que alguns pacientes, familiares e profissionais parecem caracterizar como sem condições de melhora. É uma diferenciação que os auxilia a considerar que tudo o que é realizado no CAPS tem como fim o pleno retorno do sujeito assistido à sociedade, ainda que nem sempre saibam a que esse tudo se refere e em que consiste. Logo, ainda que essa diferenciação seja bastante delicada, auxilia as pessoas atendidas no Centro de Atenção a acreditar que seu tratamento terá um resultado satisfatório.

O Centro de Atenção pode proporcionar uma sustentação à deriva psicótica, marcada não pela contenção física, mas por uma contenção decorrente dos vínculos que se construíram no período de permanência na instituição. E não há vínculos sem conflitos. As análises das entrevistas e da própria instituição indicam que, possivelmente, o principal diferencial do CAPS em relação ao modelo anterior de atendimento em saúde mental é que o tratamento não ocorre porque há um estabelecimento com um endereço fixo. Ocorre, conforme preconiza um velho adágio psicanalítico, porque “coloca o sujeito para trabalhar”. Ao vê-lo como um cidadão, o que implica seu direito de ir e vir, e ao propor, consequentemente, de modo reflexivo ou não pela equipe, que as relações têm efeitos subjetivantes, o Centro de Atenção possibilita que outros ganhos sejam alcançados, que não se resumem ao controle dos sintomas no sentido médico tradicional.

A atenção restrita ao intramuros do serviço não favorece a que a sociedade reflita sobre a histórica exclusão infligida ao sujeito psicótico e que a equipe se questione sobre seu papel na manu-

tenção desse processo. É nesse sentido que o significante coletivo se torna essencial, quando se considera que, como já apontado por Freud no texto “A psicologia das massas e a análise do eu”, o psíquico é social. Através da possibilidade de formação de grupos de pares na instituição e da via que essa favorece em relação à sociedade, o CAPS pode contribuir para a promoção e a ampliação dos pontos de sustentação do sujeito no seu contexto de convívios. A noção de coletivo indica, assim, o direito de se viver em sociedade, por meio do desenvolvimento de estratégias que assegurem a troca com diferentes grupos e espaços.

Em tal ponderação, o entrelaçamento clínica/política constitui a pedra angular para a análise de que uma proposta de inclusão responsável não pode se assentar na uniformização das pessoas, no apagamento das diferenças estruturais e individuais. A ampliação das modalidades de atendimento no CAPS e a maior articulação extramuros com a comunidade de pertença do paciente são alternativas que podem garantir a gradativa e efetiva substituição do modelo anterior, desde que acompanhadas de uma indispensável reflexão acerca do que se visa incluir. Sem isso, fica mais árdua a superação do receio comum entre os partidários da Reforma Psiquiátrica: que as instituições inventadas se tornem iguais à instituição negada.

6 Considerações Finais

Os dados sugerem que, pautado o atendimento do CAPS na lógica da doença em vez de na lógica de outro modo de organização psíquica, há o risco de acrítica manutenção do modelo hospitalocêntrico. É um risco referente tanto à oscilante escuta à fala do sujeito psicótico quanto, em paralelo, à ausência de reflexão sobre os processos de exclusão presentes na dinâmica institucional.

Sugere-se a necessidade da supervisão clínico-institucional para a equipe de saúde mental. Ela possibilita tanto que o conhecimento seja compartilhado quanto propicia o debate de dúvidas e de dificuldades individuais e em comum. Diante da questão “o que fazer” com determinado usuário, a supervisão clínico-institucional é um espaço aberto a todos os profissionais, de níveis superior e médio, para a discussão da lógica do funcionamento subjetivo do paciente. Ela permite estabelecer as principais coordenadas de seu tratamento e discutir o manejo transferencial, as hipóteses diagnósticas, a intervenção da equipe, a interação com a rede... Isso contribui para a diminuição da fragmentação institucional, pois não traz efeitos somente para o paciente. Traz para toda a equipe e o funcionamento como um todo (FERREIRA, 2005). O saber que se constrói a partir da discussão dos casos serve para orientar a direção do tratamento fora e dentro do serviço.

Com a supervisão, pode-se fazer uma apreciação mais cautelosa dos casos. Os sinais de existência de uma transferência e de esforços de estabilização pelo paciente são exemplos de questões que podem ser discutidas e revistas (FERREIRA, 2005). Ao mexer na equipe, a supervisão pode tocar nos pontos do funcionamento institucional cristalizados, o que pode promover um repensar sobre as funções e os lugares conferidos a cada membro e ao próprio paciente. Isso requer o entendimento do projeto terapêutico individual como um tratado ético-político.

Igualmente, sugere-se a realização de mais estudos sobre os processos de exclusão do paciente psicótico no CAPS. Eles auxiliarão na produção de subsídios que permitam o fortalecimento do poder de crítica teórico e técnico das equipes de saúde mental quanto aos desdobramentos que pretendem conferir ao desenrolar do Movimento da Reforma Psiquiátrica em sua realidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária Executiva. Secretária de Atenção à Saúde. **Legislação em saúde mental**: 1990 – 2004. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Estratégicas. **Saúde mental no SUS**: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília, 2004b.

_____. Ministério da Saúde. **Número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) por tipo e UF e Indicador CAPS/100.000 habitantes Brasil – dezembro de 2010**. [2011]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2011_1_21caps_uf_dez.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2012.

CARDOSO, C.; SEMINOTTI, N. O grupo psicoterapêutico no CAPS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 775 – 783, 2006.

CEDRAZ, A. **Nem tudo que reluz é ouro**: oficinas terapêuticas no cenário da reforma psiquiátrica. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Instituto de Psicologia, 2006.

DELGADO, P. G. et al. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil: Conferência Regional de reforma dos serviços de saúde mental; 15 anos depois de Caracas. In: Mello, M.; Mello, A.; Kohn, R. (Orgs.), **Epidemiologia da saúde mental no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007, p. 39-83.

FERREIRA, C. Sessão clínica: efeitos de intervenção institucional. **Mental**, Barabacena, v. 2, n. 4, p. 29-43, 2005.

FIGUEIREDO, A. C. **Vastas confusões e atendimentos imperfeitos**: a clínica psicanalítica no ambulatório público. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LACAN, J. **O Seminário, livro 3**: as psicoses. [1956]. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, J. **Escritos**. [1958]. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. [1958]. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: LACAN, J. **Outros escritos**. [1967]. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PITTA, A. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 12, p. 4579-4589, 2011.

RABELO, A. et al. **Um manual para o CAPS: Centro de Atenção Psicossocial**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2006. (Série Saúde Mental Neuropsiquiatria UFBA).

RINALDI, D.; LIMA, M. C. Entre a clínica e o cuidado: a importância da curiosidade persistente para o campo da saúde mental. **Mental**, Barbacena, v. 4, n. 6, p. 53 – 68, 2006.

ROSA, M. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329 – 348, 2004.

TENÓRIO, F. **A Psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

ZIMERMAN, D. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Capítulo IV



Uma visão humanizada dos “transtornos” psiquiátricos¹

Maria de Nazaré Pereira da Costa

I Introdução

O presente capítulo pretende elucidar a maneira como a Análise do Comportamento concebe o que se denomina de “transtorno” mental ou psiquiátrico. Acredita-se que essa ciência possui um grande potencial para lidar com os problemas psiquiátricos, na medida em que vai muito além da rotulação, trabalhando a pessoa e não o “transtorno”.

O capítulo será iniciado caracterizando a Análise do Comportamento para que, em seguida, seja exposta a visão da mesma

¹ Uma versão deste texto, com outro título, foi publicada nos Anais do XI Encontro Humanístico, realizado em novembro de 2011 (São Luís-MA). A versão atual traz alguns acréscimos ao texto original para que fosse possível destacar como a discussão proposta pode se adequar a temática da exclusão.

acerca do termo “transtorno”. Ao final da seção serão destacadas as contribuições da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) sobre o assunto, a fim de evidenciar o papel que a cultura possui no desenvolvimento e manutenção de problemas psiquiátricos. Conclui-se apontando algumas diretrizes para o clínico que trabalha com indivíduos que possuem diagnósticos psiquiátricos, mostrando os riscos de uma intervenção focalizada sobre o “transtorno” em si que tende a levar e/ou fortalecer a exclusão desses indivíduos.

2 Análise do Comportamento: o que é?

A Análise do Comportamento pode ser definida como a ciência do comportamento (COSTA, 1997; TOURINHO; SÉRIO, 2010). Ela delimita como objeto de estudo a interação organismo ambiente ou o próprio comportamento (COSTA, 1997; TOURINHO; SÉRIO, 2010).

Na atualidade, essa ciência é vista como uma área do conhecimento composta de, pelo menos, três subáreas: o Behaviorismo Radical, a Análise Experimental do Comportamento e a Análise do Comportamento Aplicada. Na primeira, estariam os estudos teóricos e filosóficos, na segunda, as pesquisas experimentais denominadas de básicas e, na terceira, investigações voltadas para a solução de problemas humanos (TOURINHO; SÉRIO, 2010).

Para que se compreenda a visão que a Análise do Comportamento possui em relação aos chamados “transtornos” psiquiátricos, pelo menos duas ideias são essenciais: a Análise do Comportamento adota a postura monista e o modelo selecionista na explicação de qualquer comportamento.

Diferentemente de grande parte das teorias psicológicas que dividem o homem em duas substâncias, física e mental ou cogni-

tiva, o analista do comportamento concebe o homem como um ser constituído de apenas uma substância e por isso o vê como um todo indivisível que interage como um todo modificando e sendo modificado por seu ambiente (MEYER et al., 2010).

Pardo e Pérez-Álvarez (2007, p. 288) deixam claro tal visão ao definirem o comportamento como:

[...] uma relação funcional que nem sai de dentro nem é disparada de fora. O ambiente vai se reconfigurando continuamente em função dos comportamentos do sujeito. Considerando que o comportamento sempre é de alguém, se faz necessário considerar o sujeito ou a pessoa. O comportamento é o que faz o sujeito e o que faz ao sujeito. (tradução nossa).

O modelo selecionista de explicação do comportamento foi “emprestado” da teoria da evolução de Charles Darwin e proposto por Skinner, de forma explícita, na década de 50, no livro *Science and human behavior* (MICHELETTTO, 1997). Entretanto, foi apenas em 1981 que o autor publicou o artigo intitulado *Selection by Consequences*, abordando, separadamente, cada um dos níveis que interagem com o organismo, influenciando o que ele faz.

A seleção por consequências implica na concepção segundo a qual o que um indivíduo faz produz um efeito sobre o ambiente e é esse efeito que será o responsável ou selecionará a ação, determinando sua ocorrência no futuro (MICHELETTTO, 1997). Por exemplo, se correr diante de um perigo iminente (animal feroz) tem como consequência manter-se íntegro fisicamente, em situações semelhantes essa resposta tende a ocorrer novamente. Em outras palavras, tudo que é funcional é selecionado. A seleção por consequências se dá em três níveis distintos e interatuantes: o filogenético, o ontogenético e o cultural (MICHELETTTO, 1997; SKINNER, 1981).

A filogênese refere-se à história da espécie, momento no qual foram selecionadas características específicas de cada espécie, incluindo padrões genéticos, características físicas e respostas filogeneticamente determinadas como os reflexos incondicionados (respirar, espirrar, chorar, dentre muitos outros) (MEYER et al., 2010; SKINNER, 1981).

O segundo nível, que consiste na história particular de cada indivíduo, embora seja denominado também por Skinner (1981) de condicionamento operante, envolve tanto respostas selecionadas pelas consequências produzidas por essas (característica definidora desse tipo de resposta), quanto respostas reflexas ou respondentes que passaram a ocorrer em função de estímulos diferentes daqueles que originalmente levaram à ocorrência da resposta (MEYER et al., 2010). Um exemplo desse último caso seria a resposta de excitar-se na presença de uma música após esta ter sido pareada (ocorrer simultaneamente) a carícias.

Por fim, no último nível, são selecionadas práticas que são importantes para um grupo (escola, família, igreja), sendo então o efeito mais importante o que ocorre sobre o próprio grupo e não sobre cada membro em particular (SKINNER, 1981). Um exemplo ilustrativo seria o de uma pessoa que faz parte de um grupo familiar no qual antes de todas as refeições se deve agradecer pelos alimentos. Para uma criança e/ou um adolescente dessa família tal prática pode não possuir nenhum efeito individual, sendo inclusive irrelevante, mas ele(a) continua a apresentar essa resposta (agradecer) em função do efeito que tem sobre os seus pais (pais sempre demonstram satisfação/felicidade).

Em síntese, pode-se afirmar que “A noção de seleção por consequências derruba a crença no homem como um agente criador [...] o ambiente é o agente causal, não no sentido de iniciar ou

eliciar comportamentos, mas no de seleccioná-los.” (MICHELETTI, 1997, p. 121).

Deste modo, é correto dizer que, para um analista do comportamento, o que se deve considerar na análise de um comportamento são as variáveis ambientais ou contextuais (PÉREZ-ALVARÉZ, 2004). Por ambiente entende-se “o conjunto de condições ou circunstâncias que afetam o comportar-se, não importando se estas condições estão dentro ou fora da pele” (MATOS, 1997, p. 47), sendo então tudo que é externo à ação. Se alguém descreve que está com o pé doendo e essa dor (evento que ocorre sob a pele do indivíduo) afeta o tipo de sapato que irá usar (uma “rasteira” ao invés de um salto), diz-se que a dor funcionou como estímulo ambiental.

De posse da visão geral da maneira que a Análise do Comportamento compreende o comportamento, têm-se os fundamentos necessários para apresentar sua forma de conceber os “transtornos” psiquiátricos.

3 O olhar da Análise do Comportamento sobre os “Transtornos” Psiquiátricos

Historicamente, a análise comportamental da “psicopatologia” foi iniciada e consolidada na década de 70 por Ferster, Ullmann e Krasner. Na época, tal análise foi denominada de modelo psicológico de análise da anormalidade, representando um modelo alternativo ao modelo médico/biológico. Posteriormente, a denominação foi modificada para modelo psicossocial (GONGORA, 2003).

Embora, segundo Corchs (2010, p. 62), o termo “transtorno” relacione-se à noção de “sofrimento ou prejuízo em áreas relevantes como a familiar ou a profissional”, não implica,

ainda de acordo com o autor, em rotulação nem em atribuição de causalidade interna (onde uma modificação biológica, por exemplo, é tida como a causa de mudanças no comportamento). Para a Análise do Comportamento, termos como “patológico”, “anormal”, “disfuncional” ou mesmo “transtorno” são evitados por serem considerados contrários a uma visão selecionista, como descrita no item anterior deste capítulo. As citações a seguir ilustram a posição dos analistas do comportamento diante desses termos.

A crença na seleção leva a, no mínimo, pensar que todo e qualquer comportamento seja adaptativo, dentro das contingências que o mantém. Se for possível proceder a uma análise funcional da situação na qual o comportamento dito “patológico” se insere, chegar-se-á à conclusão de que aquele seria o único comportamento que poderia acontecer, dadas aquelas contingências. (BANACO, 1997, p. 81).

Mais recentemente, Tourinho (2006) afirmou que

[...] as funções que eventos diversos assumem para cada indivíduo são idiossincráticas por força da história pessoal de cada um. Assim, não há regra para o *significado* que um evento qualquer pode ter para um indivíduo, e não há *desvio em relação a uma natureza* qualquer, quando as relações que são estabelecidas diferem substancialmente do que vem a ser a *norma* em uma cultura (p. 6, grifo do autor).

É nesse sentido que fica evidente, ainda na fundamentação filosófica da Análise do Comportamento, que é intrínseco a essa abordagem uma visão de homem de fato humanizada. Por visão de homem humanizada, nesse contexto, por mais redundante que a expressão pareça, entende-se a possibilidade de compreender e intervir junto aos problemas humanos a partir das variáveis

próprias da história de vida de cada um, sem a necessidade de atribuir qualquer rótulo ou categoria para isso, como fazem os sistemas classificatórios (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais – DSM e Código Internacional de Doenças – CID). Esses sistemas de classificação elaboram as categorias ou rótulos diagnósticos com base apenas na forma (ou topografia) do comportamento. Além de organizar sinais e sintomas, os manuais de classificação buscam, em última instância, descobrir (ou criar) doenças. (WILSON et al., 2001).

Acredita-se que o uso de rótulos ou a patologização das ações humanas tendem a produzir exclusão por colocar determinados indivíduos em categorias as quais a sociedade rechaça – categoria dos loucos para uns, doentes para outros ou mesmo “problemáticos”.

Em artigo intitulado *Psychopathology According to Behaviorism*, Pérez-Alvaréz (2004, p. 173, tradução nossa) argumenta que, como o analista do comportamento possui uma visão contextualista e externalista acerca dos comportamentos, a raiz dos problemas psiquiátricos deveria ser encontrada “[...] no mundo da vida, onde a vida das pessoas é feita e desfeita.”

O autor questiona ainda sobre a natureza dos problemas psiquiátricos (do que são feitos?), como são apresentados (qual a forma?) e qual sua(s) função(ões) (qual o fim que possuem?). Para o primeiro questionamento, Pérez-Alvaréz (2004, p. 174, tradução nossa) responde que se referem aos problemas da vida, assim como aos comportamentos – aquilo que o indivíduo faz como produto da interação com o seu contexto. Citando literalmente, “o material do qual os distúrbios psicológicos são feitos são os dramas da vida, se eu puder reformular nestes termos as contingências e comportamentos”. Isso significa dizer que para entender qualquer problema psiquiátrico, deve-se olhar para a história de vida

daquela pessoa, buscando identificar que fatores da sua história contribuíram para a origem e a manutenção daquele problema.

Acerca de como são apresentados, Pérez-Alvaréz (2004) afirma que as formas são diversas. Verificando-se o DSM, manual publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, que está em fase de revisão para fins de lançamento de sua quinta versão, poder-se-á encontrar mais de 150 categorias diagnósticas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, [2011?]) que variam de acordo com o quadro clínico do indivíduo, especificamente a forma como são apresentados os padrões de comportamentos.

Quanto à função dos problemas psiquiátricos, para Pérez-Alvaréz (2004), consistiriam na forma encontrada, por aquele indivíduo, de responder aos problemas da vida ou uma tentativa de resolvê-los. Tal afirmação se mostra compatível com as citações de Banaco (1997) e Tourinho (2006), destacadas no início desta seção, na medida em que se pode dizer que, por mais que as formas que as pessoas encontram para resolver seus problemas possam ser rotuladas como “estranhas”, “anormais” ou “transtornadas”, essas formas (parar de estudar ou de trabalhar por não suportar o contato com as pessoas, ver uma pessoa lhe perseguindo e lavar oito vezes as mãos antes das refeições, por exemplo) foram selecionadas na tentativa de lidar com as dificuldades que apresentam. O indivíduo que passa a viver apenas em casa, provavelmente passou a fazê-lo e se mantém porque ao se comportar assim evita interações que lhe são aversivas (dolorosas); o indivíduo que alucina (vê algo ou alguém na sua ausência) ao fazê-lo pode receber atenção de seus familiares, o que não aconteceria se não o fizesse e o indivíduo que lava as mãos oito vezes, tanto pode manter esse padrão em função de esquivar-se de uma contaminação quanto também pela atenção que recebe.

Articulando o modelo de seleção por consequências com o que foi apresentado até aqui sobre os problemas psiquiátricos, pode-se afirmar que, se um problema psiquiátrico nada mais é do que um conjunto de padrões de comportamentos que foram selecionados, os níveis filogenético, ontogenético e cultural são imprescindíveis para entendê-los. Como afirmou Gongora (2003, p. 98), “uma teoria a respeito do modo como o comportamento pode ser aprendido possibilita explicar tanto comportamentos considerados normais quanto anormais”.

Sobre o primeiro nível, observa-se que indivíduos que possuem os mais diferentes diagnósticos psiquiátricos tendem a apresentar alterações no seu funcionamento neurobiológico (diminuição ou aumento de determinadas substâncias, por exemplo). Contudo, reconhecer que existem alterações biológicas específicas em indivíduos com problemas psiquiátricos “não exclui o fato de que parte importante dos comportamentos psicopatológicos é determinada por ambientes ‘patológicos’” (BANACO; ZAMIGNANI; MEYER, 2010, p. 182). Corchs (2010), ao abordar o transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), por exemplo, argumentou que estudos revelam de forma contundente a participação de estruturas cerebrais. Isso porém

[...] não explica o comportamento em questão; muito pelo contrário, provavelmente muitas destas alterações são, na verdade, produto de anos e anos de modelagem deste organismo em seu processo de seleção ontogênica, agindo sobre uma provável variação filogenética pré-existente. (CORCHS, 2010, p. 62).

Logo, é à ontogênese que o analista do comportamento atribui papel fundamental para a compreensão dos problemas psiquiátricos. Gongora (2003), ao explicitar a maneira pela qual

comportamentos classificados como “patológicos” podem ser aprendidos, ressalta que a diferença desses para os demais está no produto da aprendizagem e não nos processos envolvidos. As experiências de vida de cada pessoa ou os “dramas da vida”, na expressão de Pérez-Álvarez (2004), poderiam ser consideradas como as variáveis mais importantes para o desenvolvimento e manutenção de um problema psiquiátrico. Um exemplo é o de um rapaz que apresentou um episódio de pânico ainda na adolescência e depois dessa situação os familiares passaram a colaborar com o filho para que o mesmo evitasse qualquer situação na qual ele pudesse ter um novo ataque. Considerando que essa pessoa recebia pouca atenção dos familiares antes desse episódio, era alvo de agressões verbais por parte dos irmãos e havia sido rejeitada pela mãe, não é de se estranhar que esta nova configuração (compreensão e apoio dos familiares) passasse a ser tão funcional para esse filho, mantendo sua dificuldade.

Quando se diz que a diferença entre um comportamento problema denominado de “patológico” e o outro que não recebe este rótulo seria apenas o produto, já se evidencia o papel do terceiro nível. Nas palavras de Martone e Zamignani (2002, p. 307), “O que vai determinar se um dado padrão de comportamento será considerado patológico ou não é a interação do indivíduo com variáveis ambientais disponíveis num determinado grupo social, numa determinada cultura, num determinado tempo”.

Pardo e Pérez-Alvarez (2007, p. 13-14, tradução nossa) são categóricos quanto a classificar os “transtornos” psiquiátricos como produto da cultura. Em suas palavras,

[...] distante de ser as supostas entidades *naturais* de base biológica que boa parte da clínica atual (em conveniência com a maioria dos pacientes) pretende fazer crer, seriam entidades *construídas* de caráter histórico-social, mais su-

jeitas aos vai e vens da vida que aos desequilíbrios da neuroquímica... sua carta de realidade seria de outra ordem, mais de ordem dos problemas da vida do que da biologia e da pessoa do que do cérebro (grifo do autor).

O papel da cultura, porém, vai além da rotulação. É nesse ponto que entra a contribuição da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT, do inglês *Acceptance and Commitment Therapy*) e a teoria que a fundamenta – a Teoria dos Quadros Relacionais (RFT, do inglês *Relational Frame Theory*) – proposta no final da década de 80 por Hayes e Wilson.

Antes de destacar a contribuição da ACT e da RFT para o tema em foco, convém, ao menos, situar o leitor acerca do que propõe a RFT, assim como dos aspectos centrais da ACT.

De acordo com Hayes, Barnes-Homes e Roche (2001, p. 141), na primeira obra sobre o assunto, a RFT é definida como “uma abordagem analítico comportamental da linguagem e cognição humana” (tradução nossa). Por se manter fiel aos pressupostos da filosofia behaviorista radical, ambos fenômenos (linguagem e cognição) são tratados como comportamentos e como tais podem manter relações funcionais (mas não causais) entre si; relações essas que são estabelecidas ao longo da história de vida de cada pessoa (HAYES, 2004).

Pode-se dizer que a RFT busca explicar como humanos aprendem relações que não se pautam nas propriedades físicas dos eventos (dizer flor na presença de uma flor), mas em relações entre eventos (dizer flor na presença da palavra flor) que são fruto do meio social ou verbal no qual os homens estão inseridos (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007). Em outras palavras, relações estabelecidas de forma indireta (ou sem reforçamento direto) e totalmente arbitrárias, tais como, “melhor que”, “mais feio” e “errado”. Um exemplo mais elaborado seria o de uma pessoa que adora

a música *Set fire to the rain*, da cantora Adele (tema da personagem Nina, da novela Avenida Brasil, 2012) e que sem ter vivido nenhuma situação aversiva com a música (relação direta), após um tempo, passa a trocar de faixa todas às vezes que a referida música toca. Observa-se que a mudança ocorreu depois de a personagem se tornar um evento aversivo dadas as situações que vem protagonizando (mentiras, envolvimento com pessoas criminosas, como o personagem Max, dentre outras). A música (estímulo reforçador) teve sua função transformada (para um estímulo aversivo) após a alteração de outro estímulo (Nina).

É importante ressaltar que a RFT não é uma teoria à parte da Análise do Comportamento nem completamente nova. Ela é considerada, por alguns autores como Luciano et al., (2006) e Ruiz (2010), por exemplo, como um avanço qualitativo no contexto da ciência do comportamento por integrar “[...] *áreas diversas da pesquisa comportamental tais como as relações de equivalência e o seguimento de regras*” (RUIZ, 2010, p. 126, tradução nossa).

Sobre a ACT, especificamente, são seis os processos fundamentais dessa proposta terapêutica: aceitação, desfusão, estar presente, eu como contexto, definição de valores e ação com compromisso (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007; STROSAHL et al., 2010).

A aceitação é entendida como a ação de se permitir ficar em contato com os próprios eventos psicológicos ou privados (sensações, sentimentos e pensamentos) incômodos ou aversivos sem buscar afastá-los (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007; SABAN, 2011). Desliteralizar a linguagem seria uma forma de compreender a desfusão, isto é, lidar com a palavra como tal (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007), sem permitir que ela controle nossas ações a ponto de nos tornar insensíveis ao mundo não verbal. Estar presente nada mais é do que ficar sob controle dos eventos

do momento, tanto públicos quanto privados (SABAN, 2011). O eu como contexto consiste em aprender a observar-se na situação sem se definir com o que faz, pensa ou sente. Definir valores implica em saber o que importa para cada um (SABAN, 2012), separando o que de fato a pessoa valoriza daquilo que se diz que deve valorizar ou do controle social micro (família, marido) e macro (regras religiosas, valores da cultura como casar). Por fim, a ação com compromisso consiste no próprio comportar-se direcionado pelos valores individuais (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007).

Todos os processos acima descritos buscam produzir flexibilidade psicológica (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007; STROSAHL et al., 2010), que poderia ser tomada como um antídoto para promover saúde psicológica, atuando então contra os problemas psicológicos e mesmo psiquiátricos. É por esse motivo que se considera que a ACT (e a RFT) possuem importante contribuição para a intervenção e compreensão dos problemas psiquiátricos.

Segundo Hayes et al. (2010), apesar de trazer muitas vantagens para o homem, o repertório verbal ou linguagem também pode lhe trazer muitos problemas. Acredita-se que nos problemas psiquiátricos se identifica “[...] um padrão de regulação verbal ineficaz” (LUCIANO et al., 2006, p. 179, tradução nossa). Nas palavras de Hayes et al. (2010, p. 25, tradução nossa), “o sofrimento humano inerente e a psicopatologia são predominantemente o resultado dos efeitos limitantes do repertório da linguagem em duas áreas-chave: fusão cognitiva e evitação experiencial.”

A fusão cognitiva (ou fusão ao pensamento) pode ser compreendida como a disposição do homem a interagir com o que o cerca considerando as funções verbais que são atribuídas, desde muito cedo, aos eventos (HAYES et al., 2010). Por exemplo, quando se diz que sentir inveja ou pensar na morte de alguém é errado. Os eventos são o próprio sentimento e o pensamento, já o adjetivo

“errado” foi atribuído a esses eventos por um grupo social específico. Assim, o indivíduo responde ao pensamento (“isso é errado”) como se fosse o próprio evento. Para Soriano (2010), essa fusão ao pensamento ou às palavras tem como consequência uma interação limitada (e por que não dizer limitante) do indivíduo com o mundo externo que, por outro lado, torna-o demasiadamente sensível aos seus próprios eventos ou mundo psicológico.

A evitação ou esquiva experiencial vem a ser a tentativa de escapar ou evitar os próprios eventos psicológicos (HAYES et al., 2010) e não somente as situações que provocam a emoção ou um pensamento aversivo (“se apresentar o seminário, todos verão como sou incapaz”). Em 1991, Skinner já havia chamado atenção para a possibilidade de uma emoção ou sentimento, especificamente, se tornar um estímulo aversivo condicionado.

O padrão de esquiva experiencial é fortemente reforçado pela cultura do “sentir-se bem”. O que significa dizer que as regras estabelecidas pela cultura a respeito do modo como se deve viver são o problema. Como coloca Soriano (2010, p. 4-5, grifo do autor, tradução nossa):

Estamos virtualmente rodeados de **mensagens sobre a vida, de como ser feliz. Mensagens que equiparam a felicidade à ausência de dor, de mal estar e de preocupações.** De forma que, em lugar de simplesmente viver [...], **evitar o mal estar se coloca como objetivo prioritário sobre o qual gira tudo o que se faz.**

E a questão é que ao fazê-lo, **colocamos as palavras**, em forma de razões, sensações valorizadas, como “me sinto deprimido, os outros são os melhores, não estou motivado, não posso fazê-lo” [...], dizíamos, colocamos as palavras **antes que os fatos e acabamos nos dedicando a elas ao invés de viver cada momento de acordo com o que é relevante.**

[...] o mais importante é que estes pensamentos e sensações se convertem em causas mecânicas da ação e governam literalmente a vida pessoal.

[...] O mundo atual tem dado a entender que a vida feliz é uma vida sem dor. Que, se há mal estar, há um problema. Que o problema precisa ser eliminado e que, se o mal estiver presente, não o eliminamos, e ele se transforma em um transtorno.

Em síntese, a compreensão que analistas contemporâneos do comportamento possuem acerca dos problemas psiquiátricos é que, além da vulnerabilidade biológica e, talvez, mesmo na ausência desta, a cultura atua de forma direta sobre o início, o desenvolvimento e a manutenção desses problemas através de regras explícitas acerca do que é necessário para se viver “bem”. E se o indivíduo não age de acordo com o que se espera (“buscar a felicidade a qualquer custo é o que se deve fazer, então evite ao máximo a dor, o sofrimento”), a exclusão, seja na forma de críticas explícitas (“você é um fraco por sofrer assim”) ou de afastamento parece inevitável. Afinal, a literatura de autoajuda enfocando o tema da felicidade cresceu, *só no mercado editorial americano, no período de 2000 a 2008, oitenta vezes (BITTAR, 2011).*

4 Considerações Finais

Embora não se tenha como objetivo discutir a prática do analista do comportamento ao lidar com indivíduos que possuem diagnósticos psiquiátricos, dada a forma diferenciada, e provavelmente, para muitos, “estranha”, que a Análise do Comportamento compreende tais problemas, considera-se útil encerrar a discussão proposta neste capítulo trazendo algumas diretrizes para a intervenção, já que é a partir da intervenção que se pode fazer algo,

efetivamente, para lidar com a forma pouco humana e discriminatória com a qual indivíduos que possuem diagnósticos psiquiátricos, ainda hoje, são tratados mesmo por profissionais da saúde.

Um primeiro aspecto a ser considerado por um clínico que trabalha com o referencial da Análise do Comportamento consiste em considerar que padrões classificados como “psicopatológicos” são passíveis de mudanças. Logo, após analisar funcionalmente (busca de variáveis relacionadas ao que o indivíduo faz, em especial, as passíveis de manipulação) os problemas identificados, deve-se definir, junto ao indivíduo, quando for possível, ou ao familiar responsável, o que alterar e por que alterar (GONGORA, 2003).

Tomadas as decisões sobre o que e por que alterar, o foco da intervenção será o indivíduo como um todo em sua interação com seu ambiente, sobretudo social, e não o “transtorno” (GONGORA, 2003). Isto porque se entende que apenas parte do que o indivíduo faz poderia ser denominado de “transtornado” (Skinner, 1961). Dito de outro modo, indivíduos que possuem diagnósticos psiquiátricos também apresentam comportamentos saudáveis, mas os rótulos acabam cegando, literalmente, os envolvidos na interação com tais indivíduos, impedindo que os mesmos (comportamentos saudáveis) sejam vistos.

Nessa direção, de tirar o foco do “transtorno” e focalizar sobre o indivíduo e a vida que leva, Pérez-Alvaréz (2004) argumenta que se deve trabalhar para que seja abandonada a luta contra o “transtorno” e a reorientação para a vida.

Apenas com uma intervenção orientada para a vida, pode-se levar o indivíduo a assumir responsabilidade sobre a mesma, considerando seus limites. É muito comum que o rótulo seja usado, pelos próprios indivíduos, para justificar uma série de padrões que muitas vezes nem sequer fazem parte do quadro clínico. Por

exemplo, uma pessoa que possui diagnóstico de fobia social e que agride física e verbalmente seus pais, culpando-os por ser como é.

O diagnóstico não tem efeito apenas sobre o indivíduo, mas também sobre as pessoas com as quais convive. Pais de crianças, adolescentes e adultos com problemas psiquiátricos tendem a tratá-los muitas vezes como incapazes de estudar, trabalhar e ou de desenvolver atividades do dia-a-dia como comprar roupas, pagar contas etc. Essa maneira de se relacionar com o indivíduo torna-o ainda mais dependente, já que fortalece esse padrão.

Não se está afirmando que não existem pessoas que se mostram incapazes de realizar tarefas simples do cotidiano (como usar o banheiro, no caso de algumas pessoas diagnosticadas como autistas), nem tampouco que os problemas psiquiátricos, de forma geral, não limitam a relação do indivíduo com seu meio, mas que é possível ampliar os limites que estas pessoas acreditam que possuem e impõem a si mesmas, fundamentadas na maneira como o grupo social como um todo lida (familiares, amigos, médicos) com elas.

E a medicação? Seria necessária em todos os casos? Essa, sem dúvida, é uma questão polêmica e para a qual não existe consenso. Contudo, a prática da autora tem demonstrado que a medicação não se faz necessária em todos os casos. Obviamente, quando o cliente procura a terapia e já está fazendo uso de medicação nada ou pouco se pode fazer em relação a essa situação, já que cabe ao psiquiatra a decisão de retirar ou reduzir gradativamente o uso de fármacos. Quando, porém, o cliente procura primeiro o psicólogo, este é capaz de avaliar a necessidade daquele indivíduo de usar medicação de imediato. Ainda hoje, ou mais do que nunca, o que se observa é que a estratégia de usar fármacos para lidar com problemas psiquiátricos acaba por priorizar o “transtorno” ao invés do próprio indivíduo (PÉREZ-ALVARÉZ, 2004).

Em qualquer situação, o que se pretendeu evidenciar neste capítulo, apresentando a maneira como a Análise do Comportamento concebe os problemas psiquiátricos, é que “[...] classificar o cliente seja como ‘doente’, seja como ‘anormal’, não favorece a superação de seus problemas; os ganhos são maiores quando os terapeutas interagem com seus clientes como pessoas normais” (GONGORA, 2003, p. 104). Desta forma, durante a atuação, o analista do comportamento coloca em prática sua visão de homem humanizada, pois como já enfatizado, não rotula ou patologiza qualquer ação humana, logo não exclui o indivíduo. A prática da autora tem mostrado que, apesar de desafiador, esse é o único caminho quando se acredita na mudança de vida humana através da mudança de contingências.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5 Development**. [2011?] Disponível em: <<http://www.dsm5.org/proposedrevision/Pages/proposed-dsm5-organizational-structure-and-disorder-names.aspx>>. Acesso em: 16 out. 2011.
- BANACO, R. A. Auto-regras e patologia comportamental. In: ZAMIGNANI, D. R. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos**. São Paulo: ESEtec Editores Associados, 1997. v. 3, cap. 12, p. 80-88.
- BANACO, R. A.; ZAMIGNANI, D. R.; MEYER, S. B. Função do comportamento e do DSM: terapeutas analítico-comportamentais discutem a psicopatologia. In: TOURINHO, E. Z.; LUNA, S. V. (Orgs.). **Análise do comportamento: investigações históricas, conceituais e aplicadas**. São Paulo: Roca, 2010. cap. 8. p. 175-191.
- BITTAR, S. **Não sou feliz... E agora?** O que fazer quando todas as fórmulas fracassam? Uberlândia: Imagine, 2011.
- COSTA, M. N. P. Considerações acerca do behaviorismo radical, análise do comportamento e análise experimental do comportamento. **Cadernos de Textos: Psicologia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 7-10, 1997.
- CORCHS, F. É possível ser um psiquiatra behaviorista radical? Primeiras reflexões. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-66, 2010.
- GONGORA, M. Noção de psicopatologia na análise do comportamento. In: COSTA, C. E.; LUZIA, J. C.; SANT'ANNA, H. H. N. (Orgs.). **Primeiros passos em análise do comportamento e cognição**. Santo André, SP: ESEtec, 2003. v. 1, p. 93-109.
- HAYES, S. C. et al. What is acceptance and commitment therapy? In: HAYES, S. C.; STROSAHL, K. D. (Orgs.). **A practical guide to acceptance and commitment therapy**. New York: Springer, 2010. p. 1-29.
- HAYES, S. C.; BARNES-HOLMES; ROCHE, B. Relational frame: a précis. In: _____. (Eds.). **Relational frame theory: a post-skinnerian account of human language and cognition**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2001, p. 141-154.

LUCIANO, M. C. et al. Avances desde la terapia de aceptación y compromiso (ACT). **EduPsykhé**, Madrid, v.5, n. 2, p. 173-201, 2006.

LUOMA, J. B.; HAYES, S. C.; WALSER, R. D. The six core process of ACT and their common target. In: _____. **Learning ACT: an acceptance & commitment therapy skills-training manual for therapist**. New York: New Harbinger Publications, 2007. p. 9-22.

MARTONE, R. C.; ZAMIGNANI, D. R. Esquizofrenia: a análise do comportamento tem o que dizer? In: GUILHARDI, H. J. et al. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: desafios, soluções e questionamentos**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2002. p. 305-316. v. 10, cap. 29.

MATOS, M. A. Com o que o behaviorismo radical trabalha? In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 1997. p. 45-53. v. 1, cap. 6.

MEYER, S. B. et al. Análise do comportamento e terapia analítico-comportamental. In: TOURINHO, E. Z.; LUNA, S. V. (Orgs.). **Análise do comportamento: investigações históricas, conceituais e aplicadas**. São Paulo: Roca, 2010. p. 153-174. cap. 7.

MICHELLETO, N. Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. v. 1, cap. 13. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 1997. p. 117-131.

PARDO, H.; PÉREZ-ÁLVAREZ, M. **La invención de trastornos mentales: ¿escuchando al fármaco o al paciente?** Madrid: Alianza Editorial, 2007.

PÉREZ-ÁLVAREZ, M. Psychopathology according to behaviorism: a radical restatement. **The Spanish Journal of Psychology**, Madrid, v. 7, n. 2, p. 171-177, 2004.

RUIZ, F. J. A review of acceptance and commitment therapy (ACT) empirical evidence: correlational, experimental psychopathology, component and outcome studies. **International Journal of Psychology and Psychological Therapy**, Almería, v. 10, n. 1, p. 125-162, 2010.

SABAN, M. T. **Introdução à terapia de aceitação e compromisso**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2011.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. São Paulo: Cultrix, 1991.

_____. Selection by consequences. **Science**, Washington, v. 213, n. 4507, p. 501-504, 1981.

_____. What is psychotic behavior? In: **Cumulative Record**. New York: Appleton-Century-Crofts, p. 202-217, 1961.

SORIANO, C. L. **Condición humana y felicidad: hechos y palabras**. 2010. Disponível em: <http://cms.ual.es/idc/groups/public/@orgob/@gabcomunicacion/documents/documento/01oct2010_discurdo_rector_apertura_pdf.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

STROSAHL, K. D. et al. An ACT primer: core therapy processes, intervention, strategies, and therapist competencies. In: HAYES, S. C.; STROSAHL, K. D. (Orgs.). **A practical guide to acceptance and commitment therapy**. New York: Springer, 2010. p. 31-58.

_____. **Terapia de aceitação e compromisso**: Mini curso, 27 de jun. de 2012. Notas de aula.

TOURINHO, E. Z. Relações comportamentais como objeto de estudo da psicologia. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.1-8, 2006.

TOURINHO, E. Z.; SÉRIO, M. T. A. P. Definições contemporâneas da análise do comportamento. In: TOURINHO, E. Z.; LUNA, S. V. (Orgs.). **Análise do comportamento**: investigações históricas, conceituais e aplicadas. São Paulo: Roca, 2010. cap. 1, p 1-13.

WILSON, K. G. et al. Psychopathology and psychotherapy. In: HAYES, S. C.; BARNES-HOLMES; ROCHE, B. (Eds.). **Relational frame theory**: a post-skinnerian account of human language and cognition. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2001, p. 211-237.

Capítulo V

A obesidade grau III está necessariamente associada a um quadro psicopatológico?

Jena Hanay Araújo de Oliveira

I Introdução

A preocupação com a obesidade tem sido alvo de muitos questionamentos na comunidade científica, entre os profissionais de saúde e órgãos governamentais, principalmente por afetar a qualidade de vida devido às comorbidades a ela associadas. A evolução da obesidade no mundo gera a necessidade de estudos que permitam vislumbrar estratégias de ações preventivas que possam propiciar a diminuição da prevalência dessa doença resultando numa melhoria tanto na qualidade de vida e saúde como nos gastos com o tratamento.

A obesidade tornou-se a principal doença metabólica em todo o mundo, de tal forma que a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a referir-se à obesidade como uma epidemia global que afeta não só as sociedades mais empobrecidas, mas também

os países desenvolvidos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000). A questão é que a obesidade é uma doença multifatorial, relacionada com diversos aspectos, desde aqueles de ordem genética até os de ordem socioambiental, podendo-se depreender que 95% ou mais dos casos estão intimamente ligados ao estilo de vida (SEGAL; FANDIÑO, 2002). A questão é a complexidade que envolve a situação de ser obeso. Por ser a obesidade um fenômeno bastante centrado no aspecto comportamental, a meta de atingir um peso saudável passou a exigir mudanças nos hábitos alimentares, na prática do condicionamento físico e na atenção à saúde psíquica. Essa meta, para o obeso mórbido, é ainda mais difícil, muitas vezes até “impossível”, devido à gravidade do seu tipo de obesidade, que exige medidas mais drásticas de tratamento (MARCELINO; PATRÍCIO, 2011).

Atualmente, existem diversos tratamentos para a perda de peso, dentre os quais se destaca a variedade de dietas, psicoterapias, medicamentos e programas de atividades físicas. Entretanto, a maioria dos indivíduos com obesidade grau III não obtém sucesso com esses recursos. Diante disso surgem outros problemas, além daqueles associados ao ganho de peso, como, por exemplo, a frustração e a ansiedade constantes, o estresse e a depressão, que influenciam ainda mais no comportamento alimentar inadequado e no agravamento da morbidade. A cirurgia bariátrica, também conhecida como gastroplastia e cirurgia de redução de estômago, é uma opção para pessoas com obesidade severa que não conseguem perder peso pelos métodos tradicionais ou para quem sofre de problemas crônicos de saúde relacionados a essa doença, como Diabetes Mellitus tipo II (REPETTO; RIZZOLLI; BONATTO, 2003).

Diante desse contexto é importante refletir sobre o fato de que o obeso vivencia problemas de ordem psicossocial que emer-

gem como resultado da obesidade e que, de certa forma, acabam potencializando fatores que predispõem a pessoa à manutenção ou ao agravamento da doença. Muitos dos sofrimentos psicológicos da pessoa portadora de obesidade são decorrentes dos estigmas sociais em relação a essa situação. Sem dúvida, as consequências psicossociais da obesidade também derivam de valores ligados à cultura atual que considera o corpo gordo feio e inaceitável (APPOLINÁRIO, 1998; BRANDER, 2000).

O presente capítulo busca fomentar uma discussão, a partir de revisão da literatura, enfocando especialmente a relação existente entre obesidade e psicopatologia em adultos, tendo como premissa as repercussões psicossociais que podem ser geradas ao se caracterizar a existência de um perfil psicopatológico a todos os casos de obesidade.

O capítulo aborda especificamente um tipo de obesidade chamado de Grau III, Severa ou Mórbida, no qual o indivíduo apresenta um IMC (índice de massa corporal) $\geq 40 \text{ kg/m}^2$. Tal índice é definido pela OMS e serve para aferir o grau de obesidade e a correlação desta com o risco de doenças e é amplamente utilizado em estudos epidemiológicos. Seu cálculo corresponde ao peso dividido pelo quadrado da altura e exprime-se em kg/m^2 . A Organização Mundial de Saúde define o excesso de peso como sendo um IMC igual ou superior a 25 kg/m^2 e a obesidade como sendo um IMC igual ou superior a 30 kg/m^2 (OMS, 2000).

O enfoque neste tipo de obesidade se dá pela forte associação que tem sido apontada na literatura com os aspectos psicopatológicos, uma vez que já há um comprometimento da condição física e de saúde que, por sua vez, parece comprometer o aspecto emocional. Além do que os tratamentos tradicionais já não se mostram eficazes no combate a esta enfermidade.

Outro aspecto que merece atenção é que a avaliação psicológica é parte integrante e decisiva no protocolo médico daqueles indivíduos que pretendem se submeter ao tratamento cirúrgico para redução de peso (PINTO, 2004). Dentre as finalidades desse processo estão: identificar aspectos psicológicos e psiquiátricos que possam comprometer a efetividade do tratamento e conduzir um prognóstico futuro do ponto de vista emocional destes indivíduos. Ou seja, avaliar favoravelmente as possibilidades psíquicas de o paciente suportar as transformações radicais de comportamento imposta pela operação (GARRIDO JÚNIOR, 2000). Contudo, é observada uma preocupação comum dos profissionais com os sintomas psicológicos e os quadros psiquiátricos na população obesa em tratamento e naqueles que se candidatam à cirurgia, pois se entende que se não forem adequadamente tratados podem comprometer o prognóstico a longo prazo.

Considerando os aspectos históricos da obesidade, que não é foco deste capítulo, observa-se que a preocupação com os indivíduos obesos e as consequências prejudiciais à sua saúde vêm de longa data, não sendo, portanto um “modismo” dos tempos atuais.

Talvez apenas a forma de interpretar a obesidade tenha mudado, uma vez que atualmente os valores culturais e estéticos parecem exercer uma influência maior do que propriamente a preocupação com a saúde. A cultura do controle do peso ganhou independência e espaço social, e o resultado disso, neste século, é uma mudança significativa das preocupações humanas. A sociedade ocidental vive um conflito entre o desejo e o controle. Isso significa dizer que as pessoas vivem um paradoxo entre o prazer proporcionado pelo ato de comer e a obsessão em controlar o peso corporal, para adequá-lo ao padrão estético dos dias

atuais, que em alguns casos põe em risco a saúde do indivíduo (STENZEL, 2004).

Diferenciar e estabelecer o que é e o que não é patologia nesta área tem sido, portanto, um desafio para os profissionais que lidam com transtornos alimentares (STENZEL, 2004) e obesidade. Paralelamente, há ainda discursos que remontam a um período em que a obesidade era vista como responsabilidade específica do indivíduo e não como doença. Como consequência, ela ainda é alvo de segregação social. Essa postura de estigmatização dificulta a que pessoas tenham acesso a tratamentos mais efetivos, pois se sentem atraídas por propostas terapêuticas mágicas e por vezes enganosas, sem uma correta abordagem da doença (SEGAL, 2003).

Destaca-se, ainda, que o presente capítulo aborda a partir da literatura, tanto nacional quanto internacional, a frequência da presença de psicopatologia, destacando especialmente a depressão e a ansiedade por considerar que nesse contexto são as que mais comumente aparecem na literatura sobre o assunto (FANDIÑO et al., 2004; GUIADO et al, 2002; MATOS et al, 2002; MATOS; ZANELLA, 2002; OLIVEIRA; LINARDI; AZEVEDO, 2004; OLIVEIRA, 2006; SARWER et al, 2004; VASQUES; MARTINS; AZEVEDO, 2004), além do transtorno da imagem corporal (LEMES et al, 2001; MATOS; ZANELLA, 2002; VASQUES; MARTINS; AZEVEDO, 2004) e dos transtornos do comportamento alimentar.

2 A produção científica sobre Obesidade Grau III e Psicopatologia

No que se refere à literatura científica atual, o estudo da obesidade tem sido intenso em três grandes áreas: a Medicina, que durante muito tempo dominou o que se escrevia e o que se falava

sobre obesidade; a Nutrição, com uma história mais recente neste campo, mas muito marcante nos dias de hoje; e a Psicologia, que além de abordar os transtornos alimentares sob enfoque dos sintomas e da patologia, busca aprofundar questões relacionadas à cultura e aos fenômenos psicossociais associados a estas patologias. Além destas três grandes áreas, de caráter científico, a obesidade também é retratada na escrita popular, na mídia, nas pinturas e na arte em geral. Ou seja, está presente no cotidiano das pessoas (STENZEL, 2004).

O excesso de peso e a obesidade podem apresentar repercussões psicossociais como, por exemplo: perda da produtividade, o absenteísmo, a deficiência funcional, a incapacitação física e a morte prematura, trazendo custos à sociedade e à própria pessoa.

Inúmeras são as investigações que relacionam a obesidade com certos problemas psicológicos como a depressão, a ansiedade, o stress, a autoestima, os distúrbios alimentares, entre outros. O que se observa é que esses aspectos, em grande parte, têm origem na rejeição social, num contexto social que dá primazia à beleza física, levando à discriminação educativa, social e culminando no isolamento social (OLIVEIRA; YOSHIDA, 2009).

Dentre os fatores envolvidos na obesidade, um grupo específico tem destaque não tanto pelo seu papel etiológico, mas pelas dificuldades que impõem ao enfrentamento da doença. Este é o grupo dos fatores psicológicos e psiquiátricos (SEGAL, 2003). Efetivamente, embora não se possa falar em um perfil de personalidade do paciente obeso ou alguma característica psicopatológica única, fatores psicológicos podem ser relevantes e interferir no manejo convencional da obesidade. Este, por exemplo, é o caso da presença de forte ansiedade, apontando para dificuldades internas, afetivas e relacionais, as quais requerem um tratamento psicoterápico adequado (MELLO, 2001).

As questões psicopatológicas envolvem a distorção da imagem corporal, o transtorno de compulsão alimentar periódica ou apenas a compulsão alimentar, a síndrome do comer noturno, a depressão, a ansiedade, entre outras.

Do ponto de vista psicopatológico, a literatura traz estudos que apresentam fortes associações entre obesidade e psicopatologia e outros não (CAPITÃO; TELLO, 2004; DIXON; DIXON; O'BRIEN, 2003; FABRICATORE et al., 2005; MAMPLEKOU et al., 2005; DYMEK et al., 2002; FRANQUES; ASCENCIO, 2006; MALONE; MAYER-ALGER, 2004, OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA; YOSHIDA, 2009). Na maioria desses estudos, enfoca-se especialmente a presença de sintomas de depressão e ansiedade tanto nos grupos de pacientes com obesidade que se submetem a tratamento tradicional quanto nos de pacientes com Transtorno da Compulsão Alimentar Periódica (TCAP).

O TCAP tem sido descrito com frequência em obesos (APPOLINÁRIO; CLAUDINO, 2002; AZEVEDO; SANTOS; FONSECA, 2004; DOBROW; KAMENETZ; DEVLIN, 2002; LALONI, 2004). Em algumas situações, tem se verificado casos de anorexia e bulimia em pacientes candidatos à cirurgia bariátrica e/ou aqueles que se submeteram ao tratamento cirúrgico (GUISADO et al, 2002; SARWER et al, 2004).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM IV-TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2002), o TCAP é uma nova categoria e está no apêndice B como critério para estudos adicionais.

O referido transtorno caracteriza-se pela ingestão em período de tempo limitado (p.ex., dentro de um período de duas horas), de uma quantidade de alimento definitivamente maior do que a maioria das pessoas consumiria em um período similar, com sentimento de falta de controle sobre a ingestão alimentar durante o

episódio. O indivíduo pode apresentar três dos seguintes comportamentos: comer muito mais do que o normal; comer até sentir-se incomodamente repleto; ingerir grandes quantidades de alimentos, quando não fisicamente faminto; comer sozinho, em razão da vergonha diante da quantidade de alimentos que consome; sentir repulsa por si mesmo, depressão ou demasiada culpa após comer excessivamente. Também tem sido apontado o grupo de obesos que apresenta a Síndrome do Comer Noturno (DOBROW; KAMENETZ; DEVLIN, 2002).

As pesquisas recentes (MATOS et al, 2002; SARWER et al, 2004) têm dado maior ênfase à investigação dos transtornos alimentares associados à obesidade e, nesse sentido, a principal conclusão é quanto à presença de compulsão alimentar ou TCAP, além de um aumento da psicopatologia geral quando esta presença se dá.

Borges (1998), em sua dissertação, verificou que mulheres com TCAP apresentaram escores mais elevados de depressão do que mulheres obesas sem esse transtorno. Esse dado pode sugerir que além da obesidade, a presença de transtornos alimentares aumentaria os níveis de depressão.

No caso específico da cirurgia bariátrica, as pesquisas (GEMERT et al., 1998; MADDI et al, 2001; MAMPLEKOU et al, 2005; OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA; YOSHIDA, 2009) têm sido mais congruentes quanto à melhora psicopatológica após a cirurgia e diversificadas quanto aos níveis elevados de psicopatologia.

Um estudo americano (MADDI et al, 2001) objetivou avaliar se a psicopatologia diminui depois da cirurgia. Foi administrado o MMPI-2 (*Minnesota Multiphasic Personality Inventory* – 2. ed.) antes da cirurgia, depois de seis meses e após um ano do procedimento cirúrgico. Os resultados indicaram alto nível de psicopatologia antes da cirurgia e um declínio significativamente estatístico

seguido da cirurgia bariátrica. O estudo sugeriu que os níveis de psicopatologia apresentados pelos pacientes antes deva estar ligado a fatores que surgem com a obesidade severa e uma reação da própria obesidade em si. Os autores concluíram que a psicopatologia declina para níveis esperados na população geral, indicando que os pacientes tornam-se mais positivos sobre suas vidas.

Guisado et al (2002) avaliaram a psicopatologia em pacientes pós cirurgia gástrica. Participaram da pesquisa 100 sujeitos, sendo 85 mulheres e 15 homens, 18 meses após a cirurgia. Os pacientes foram avaliados com o *Symptom Check List – 90 – R*. Os resultados indicaram que 40% apresentaram critérios de patologia psiquiátrica do CID-10 e 60% não apresentaram nenhum diagnóstico psiquiátrico. Dentre os 40%, os sintomas mais comuns foram: 75% de transtornos afetivos, 40% transtornos de ansiedade, 25% transtornos de bulimia e anorexia nervosa e 5% dependência de álcool. As pontuações mais altas (medidas pelo índice de severidade geral – GSI) apontam para somatização, obsessividade-compulsividade, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade e ideação paranóide. O estudo indicou a importância de se fazer a avaliação psiquiátrica em pacientes obesos grau III antes e depois da cirurgia.

Um estudo realizado na Grécia (MAMPLEKOU et al, 2005) avaliou mudanças na vida psicológica e emocional dos pacientes e a qualidade de vida durante os dois primeiros anos após cirurgia. Participaram do estudo 59 pacientes (45 mulheres e 14 homens) entre 18 e 64 anos, que responderam o SCL-90 (*Sypmtom Check List*) e o BAROS (*Bariatric Analysis and Reporting Outcome System*) antes e após dois anos da cirurgia. Mulheres apresentaram mais depressão do que homens no pré-operatório e a melhora emocional foi visível no pós-operatório. O índice de saúde mental geral foi mais alto nas mulheres do que nos homens. Após dois

anos, o IMC foi reduzido significativamente. As médias de todas as sub-escalas da SCL-90 mostraram uma redução significativa após dois anos, indicando melhora psicossomática dos pacientes. Maior perda de peso significou maior melhora na qualidade de vida, avaliada pelo BAROS.

Uma pesquisa realizada na Holanda (GEMERT et al., 1998) investigou os efeitos, em longo prazo, da perda de peso induzida pela cirurgia no funcionamento psicológico de obesos severos. Foi feita uma comparação dos resultados dos testes psicométricos, entre o pré e pós-operatório, em um estudo *cross-sectional*. Participaram do estudo 62 obesos grau III que responderam a quatro testes: *Groninger Intelligence Test* (GIT), *The Dutch Shortened MMPI* (NVM), *The Dutch Personality Inventory* (NPV) e a *Scale for Interpersonal Behavior* (SIG). A média de tempo utilizada após a cirurgia foi de 85,9 meses. O tratamento cirúrgico resultou na média de perda de peso de 45,0 kg. Os resultados psicométricos antes da cirurgia apontaram: somatização, depressão, sentimentos de insegurança, negação de estresse emocional, incompetência social e uma atitude indiferente em relação a certos aspectos do comportamento interpessoal e baixa autoestima. Toda a psicopatologia, exceto a somatização, foi revertida após a cirurgia. O melhoramento da psicopatologia foi determinado e sustentado pelo sucesso da perda de peso e não influenciado pelo procedimento cirúrgico, sugerindo que os transtornos psicológicos no pré-operatório são resultados mais do que causa da obesidade severa.

3 Depressão e Ansiedade

A depressão é definida no DSM IV-TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2002) em transtornos do humor, mais especificamente episódio depressivo maior. O humor é descrito pelas pessoas como deprimido, triste, desesperançado e desencorajado.

Na depressão ocorre a presença de sintomas como: perda de interesse ou prazer por todas as atividades, alterações no apetite ou peso, perturbação do sono, alterações psicomotoras, diminuição da energia, cansaço e fadiga. Também traz referência ao transtorno depressivo maior que é caracterizado pela presença de um ou mais episódios depressivos maiores que podem ser divididos em leve, moderado e grave (com ou sem características psicóticas).

A CID-10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2000) também explicita a depressão no código F-32 como “episódios depressivos”, com as mesmas especificações descritas pelo DSM IV-TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2002).

A ansiedade é descrita no DSM IV-TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2002) no item que se refere a “transtorno da ansiedade generalizada”, que ocorre quando há uma ansiedade e preocupação excessiva acerca de diversos eventos ou atividades, podendo incluir sintomas como: inquietação, fadigabilidade, dificuldade de concentração, irritabilidade, tensão muscular e perturbação do sono. A intensidade, duração ou frequência da ansiedade ou preocupação são claramente desproporcionais à real probabilidade do impacto temido.

De acordo com a CID-10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000), a ansiedade é descrita no item F41. 1 como

“ansiedade generalizada”, que é persistente e não ocorre por uma situação determinada. Também caracteriza-se pelos mesmos sintomas já mencionados no DSM IV-TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2002), incluindo também tremores, transpiração, sensação de vazio na cabeça, palpitações, tonturas e desconforto epigástrico.

O estudo brasileiro de Oliveira (2006) avaliou a depressão, a ansiedade, a alexitimia, os sintomas psicopatológicos e o estilo defensivo na obesidade grau III, antes e depois de cirurgia bariátrica. Participaram do estudo 65 pacientes (Gr 1: pré-cirúrgico vs. Gr 2: pós-cirúrgico), predominantemente do sexo feminino (92,3%), que responderam o *Inventário de Depressão de Beck (BDI)*, o *Inventário de Ansiedade de Beck (BAI)*, a *Escala de Avaliação de Sintomas (EAS-40)*, a *Versão em Português da Escala de Alexitimia de Toronto (TAS-26)* e a *Versão em Português da Defensive Style Questionnaire (DSQ-40)*. O Gr 1 apresentou nível de depressão e ansiedade leve e o Gr 2 nível mínimo. O escore médio total da EAS-40 e de fatores 2 e 3 (obsessividade-compulsividade e somatização) foram mais elevados no Gr 1 quando comparados aos do Gr 2. Na TAS, o escore médio total e do fator 1 (habilidade de identificar e descrever sentimentos e distingui-los de sensações corporais) foram maiores no Gr 1 do que no Gr 2. De acordo com o DSQ-40, houve tendência a um estilo defensivo imaturo no Gr 1 quando comparado ao Gr 2, apontando uma propensão de estilo mais maduro e adaptativo no Gr 2. Os resultados assinalaram uma diminuição da sintomatologia psicopatológica na proporção da perda de peso após a cirurgia.

Um estudo americano (SIMON et al, 2006) avaliou a associação entre obesidade e grau de humor, ansiedade, e transtorno no uso de substâncias. Foi a maior pesquisa já realizada com uma amostra representativa da população americana. Um total de

9125 participantes completaram dados de protocolo de avaliação psiquiátrica, peso e altura. Para avaliação dos transtornos mentais foi usado o *World Mental Health Organization Composite International Diagnostic Interview* (CIDI). Os resultados indicaram que as pessoas obesas têm aproximadamente 25% a mais de probabilidade de apresentar depressão e ansiedade do que a população geral. Essa taxa aumenta para 44% na população branca e com grau de escolaridade maior. A obesidade foi associada negativamente com a toxidependência, sugerindo que essa população tem menos de 25% de chance de apresentar esse transtorno do que a população geral. Não foi possível determinar no estudo se a depressão conduz a obesidade ou vice-versa, mas os autores consideram a possibilidade da associação funcionar nos dois sentidos.

Stunkard, Faith e Allison (2004) complementam essa posição e referem que tradicionalmente a depressão e obesidade eram vistas distintamente quanto à etiologia e tratamento e que atualmente esse ponto de vista está sendo revisto. Chamam atenção para a necessidade de estudos que permitam explicar o porquê destes transtornos coexistirem em certos indivíduos e como desenvolver intervenções mais eficazes.

Uma pesquisa da Austrália (DIXON; DIXON; O'BRIEN, 2003) examinou a associação da depressão com obesidade severa antes e depois da cirurgia. A amostra foi composta de 487 pacientes que completaram o BDI antes e um ano depois da cirurgia. A média do BDI no pré-operatório foi 17,7 e DP=9,5 e um ano após a cirurgia caiu para 7,8 e DP=6,5. Após quatro anos, os escores médios do BDI foram 9,6 e DP=7,7. O estudo mostra que a perda de peso foi associada com uma significativa e sustentada queda nos escores de depressão, o que também melhorou a avaliação da aparência entre os pacientes. A conclusão dos autores é que os obesos severos, especialmente as mulheres, com imagem corporal

frágil, têm altos riscos de desenvolverem depressão. A pesquisa também sustenta a melhora da depressão com a perda de peso e suporta a hipótese de que a obesidade severa causaria ou agravaria a depressão.

Wadden et al (2006) compararam o status psicossocial e as expectativas de mulheres com obesidade extrema que procuraram cirurgia, com aquelas com classe I e II de obesidade, que apenas controlavam o peso. Todas as participantes completaram o BDI e o *Weight and Lifestyle Inventory*, para avaliação de sintomas de depressão e baixa-auto-estima; histórico de complicações psiquiátricas, estressores e expectativas de perda de peso. As mulheres com obesidade grau III reportaram mais sintomas depressivos do que as do outro grupo. Cerca de 25% tiveram uma depressão significativa, histórico de complicações psiquiátricas, incluindo abuso sexual e físico, e um estresse maior com a saúde física e a problemas financeiros. Ambos os grupos apresentaram expectativa irreal sobre a perda de peso.

Um estudo americano (DYMEK et al, 2002) avaliou a qualidade de vida em quatro grupos de pacientes: T1 – antes da cirurgia, T2 – duas a quatro semanas depois da cirurgia, T3 –seis meses após e T4 – um ano pós-cirurgia. Num total de 326 sujeitos responderam a três medidas de qualidade de vida: SF-36, *The Impact of Weight on Quality of Life-Lite Questionnaire* (IWQOL-LITE) e o BAROS. Também completaram o BDI e a *Rosemberg Self-Esteem Scale* (RSE). Os resultados mostraram diferenças significantes entre o T1 e T2 no SF-36, nas escalas do IWQOL-LITE, no BDI e na RSE. Diferenças significantes foram encontradas em todas as medidas entre os grupos T2 e T3, no BDI e no RSE. Entre os grupos T3 e T4 diferenças foram encontradas nas escalas do IWQOL-LITE, mas não no SF-36, RSE ou no BDI. Fato relevante neste estudo foi com relação à depressão, os escores médios dos

grupos foram: T1 média de 17,8; T2 11,9; T3 6,0 e o T4 5,4. Indicando que antes da cirurgia esses pacientes apresentaram um nível leve de depressão e após o procedimento, os escores caíram para depressão mínima.

Outras pesquisas têm avaliado a depressão e a ansiedade em conjunto com os transtornos alimentares.

Malone e Mayer (2004) avaliaram os resultados da cirurgia bariátrica de acordo com a severidade da compulsão alimentar, verificada nos pacientes antes da cirurgia. Pacientes adultos responderam aos seguintes testes: SF-36, *Gormally Binge Eating Scale* (BES) e o BDI antes e um ano depois da cirurgia. Participaram 109 pacientes, divididos em três grupos: 1- sem compulsão alimentar (48%), 2- com compulsão alimentar moderada (28%), 3- e como severa compulsão (24%). Quanto aos escores médios do BDI, os resultados foram o seguinte: 1- M= 9, 2- M= 12 e, 3- M=19. De acordo com os resultados, a perda do excesso de peso no grupo 3 foi grande e não houve diferenças significativas entre os grupos. Segundo os autores, o grupo com compulsão alimentar severa teve escores maiores de depressão do que o grupo sem compulsão ou com moderada compulsão alimentar. Depois da cirurgia, os escores do BDI declinaram significativamente em todos os grupos e passaram a apresentar: 1- M=4, 2- M=4 e 3- M= 10. Não houve diferenças nos componentes físicos avaliados no SF-36 entre os grupos, e os componentes mentais avaliados pelo SF-36 foram significativamente baixos no grupo com severidade na compulsão alimentar. Após a cirurgia, não houve diferenças entre os grupos em nenhum escore do SF-36.

Um estudo brasileiro (MATOS et al, 2002) avaliou depressão, ansiedade, episódios de compulsão alimentar (CAP) ou TCAP, e imagem corporal em obesos grau III indicados para tratamento cirúrgico de obesidade. Participaram do estudo 50 pa-

cientes (40 M e 10 H) com idades entre 18 e 56 anos. Utilizaram quatro instrumentos: Questionário sobre Padrões de Alimentação e Peso, BDI, Inventário de Ansiedade, Traço e Estado (IDATE) e Questionário de Forma Corporal (BSQ). Os resultados indicaram que 100% dos pacientes apresentaram depressão, sendo que 84% apresentavam sintomatologia grave. A frequência de ansiedade como traço de personalidade foi de 70% e como estado ansioso foi 54%. O TCAP estava presente em 36% e episódios de compulsão alimentar em 54%. A preocupação com a imagem corporal esteve presente em 76% dos pacientes. O estudo sugere que a ocorrência de ansiedade como traço de personalidade e uma preocupação intensa com a imagem corporal sejam fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares em pacientes obesos graves.

Dentre os estudos que investigam a ansiedade está a pesquisa brasileira de Costa e Biaggio (1998), sobre as relações entre ansiedade e raiva. A amostra foi constituída por 120 sujeitos divididos em dois grupos: 60 obesos que estavam numa clínica em início tratamento de emagrecimento, e 60 não obesos. Foram utilizados três instrumentos: o IDATE, o Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço (STAXI) e um questionário complementar. Os resultados apontaram para uma relação significativa entre obesidade e as variáveis ansiedade-traço, ansiedade-estado e raiva voltada para dentro. O estudo sugeriu que esses achados se devam à condição de ser obeso e de estar em tratamento.

A ansiedade também foi verificada (RYDÉ et al, 2003) num estudo que avaliou dois anos de efeito da mudança de peso sobre as características de personalidade entre obesos severos tratados convencionalmente ou cirurgicamente. O estudo também avaliou diferenças entre obesos severos e um grupo de peso normal. As características de personalidade foram avaliadas utilizando sete

das 15 escalas do *Karolinska Scales of Personality*. Um total de 1380 candidatos à cirurgia, 1241 pacientes tratados convencionalmente e 1135 de peso normal foram avaliados. Os dois primeiros grupos foram avaliados duas vezes, antes do tratamento e dois anos depois, e o grupo de referência apenas uma vez. De acordo com os resultados, os obesos foram mais ansiosos, impulsivos, irritáveis e apresentaram menor capacidade de evitar monotonia do que o grupo sem obesidade.

Com o grupo tratado cirurgicamente, esses aspectos foram ainda maiores do que os com tratamento convencional. No *follow-up*, os achados mostraram que além da ansiedade diminuir, a perda de peso foi associada a quase todas as mudanças nas variáveis estudadas. Os dados sugerem que a melhora nas variáveis acontecem na proporção da magnitude da perda de peso.

Capitão e Tello (2004) verificaram se as mulheres com obesidade grau III apresentavam traço ou estado de ansiedade acima do esperado, utilizando o IDATE. Segundo a pesquisa, 55% das mulheres apresentaram nível de estado de ansiedade abaixo do normal, que é considerado como apatia. Apenas 20% das mulheres apresentaram estado de ansiedade, o que é uma porcentagem reduzida. Segundo os autores, a explicação para os dados serem menores é que a ansiedade provoca várias reações físicas. As pessoas dizem que quando estão ansiosas buscam se alimentar em demasia, conseguindo dessa forma, diminuir os sintomas ansiosos, o que acaba resultando em alguns quilos a mais. Significando dizer que a ansiedade pode ser compensada ou amenizada pelo ato de comer. No entanto, se a obesidade for considerada como um sintoma, os níveis de ansiedade poderão ficar mais baixos ou até imperceptíveis, pois nesse caso a obesidade poderia estar substituindo a ansiedade.

Conforme o que já foi discutido, a revisão da literatura não possibilitou uma posição consensual acerca da associação entre obesidade e psicopatologia. Na área da cirurgia bariátrica, as pesquisas apontam em duas direções, uma para a presença de comprometimento psicopatológico elevado e significativo nos candidatos à cirurgia (CAPITÃO; TELLO, 2004; DIXON, DIXON; O'BRIEN, 2003; FABRICATORE et al., 2005; MAMPLEKOU et al., 2005), enquanto outras não apontam nessa direção (DYMEK et al., 2002; FRANQUES; ASCENCIO, 2006; MALONE; MAYER, 2004; OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA; YOSHIDA, 2009). No pós-cirúrgico a mesma situação é vista, ou seja, há estudos que indicam comprometimento psicopatológico e outros com posições contrárias.

O que foi possível constatar é que os níveis de sintomas psicopatológicos, inclusive os de depressão e ansiedade, que já eram inferiores no pré-cirúrgico diminuíram ainda mais após a cirurgia.

A literatura tem sinalizado que a psicopatologia presente nos casos de obesidade é semelhante a da população geral (OLIVEIRA, 2006; RETO, 2003; ROSIK, 2005; TRAVADO, et al, 2004). Ou seja, os indivíduos com obesidade severa não necessariamente apresentam psicopatologia maior do que não-obesos. No entanto, é pertinente considerar os dados de estudos que apresentaram psicopatologia elevada (MAMPLEKOU et al, 2005; MATOS et al, 2002; SÁNCHEZ et al, 2003; SARWER et al, 2004).

A melhora psicopatológica após a cirurgia foi percebida na maioria dos estudos. (CAPITÃO; TELLO, 2004); DIXON, DIXON; O'BRIEN, 2003; FABRICATORE, et al., 2005; DYMEK et al, 2002; GEMERT et al, 1998; MADDI et al, 2001; MALONE; MAYER, 2004; MAMPLEKOU et al, 2005).

Baseado nessas pesquisas, o que se observa é que nem todos os indivíduos com obesidade parecem apresentar algum comprometimento psicológico e social comparado à população com peso normal. A existência de um perfil psicopatológico em pessoas com obesidade grau III, de acordo com a literatura, não parece consensual. Neste sentido, tem-se verificado que a natureza e dimensão da psicopatologia nos indivíduos com obesidade é variável de estudo para estudo, constatando-se que nem todos apresentam humor deprimido ou baixa autoestima devido a sua condição física (ROSA, 2011).

Alguns pesquisadores defendem uma posição de cautela na generalização sobre o aspecto psicopatológico na obesidade (BENEDETTI, 2003; FABRICATORE; WADDEN, 2006; OLIVEIRA, 2006; WAJNER, 2000).

O importante é perceber quando e como a psicopatologia aparece e que papel ela desempenha, dependendo de cada caso. Pode-se pensar que a psicopatologia pode ser maior em casos específicos no qual a obesidade severa está associada a transtornos alimentares. Ou até na população com obesidade severa em tratamento convencional. Sendo pertinente apoiar a posição de não atribuir problemas psicopatológicos a toda a população que apresenta obesidade. Acima de tudo, é importante distinguir as diferentes formas de obesidade e o contexto no qual ela está inserida, diminuindo assim a estigmatização social que surge ao se atribuir tais problemas às pessoas que sofrem de obesidade.

Os estudos que mostraram que não existe uma relação direta entre a obesidade e os problemas psicológicos apontam o papel regulador das competências emocionais, *coping* variáveis sócio-familiares para este contexto (ROSA, 2011).

4 Considerações Finais

Baseado na literatura, não se pode supor um perfil psicopatológico específico para a população obesa. Posição esta que é sustentada por Franques (2006) ao referir que a obesidade, em si e por si só, não é sinônimo de psicopatologia. A população obesa deve ser considerada um grupo heterogêneo e qualquer generalização pode desconsiderar fatores importantes que possam concorrer para o entendimento dessa patologia. Mais do que compreender a causa e as consequências da obesidade, é necessário falar em prevenção. Com a dificuldade de se diagnosticar e tratar a obesidade, questões acerca da prevenção e promoção da saúde devem ser contempladas.

Aqueles que apresentam comprometimento psicológico e psicopatológico maior devem ser acompanhados por uma equipe multidisciplinar e devidamente tratados. A cirurgia como forma de tratamento é positiva e possibilita uma perda de peso eficaz. A mudança da condição de obesidade grau III para uma obesidade ou sobrepeso está de fato relacionada com uma melhora em todo o aspecto de vida: clínico, físico, social e psicológico.

Uma característica relevante é que indivíduos com esse tipo de obesidade podem apresentar comprometimentos emocionais decorrentes da condição de obesidade, das complicações clínicas e do aspecto psicossocial. No entanto, esses aspectos também não permitem necessariamente inferir a presença de problemas psicológicos a todos os casos de obesidade grau III nem tampouco adotar uma característica de personalidade única do indivíduo obeso. O importante é compreender quais fatores estão presentes e quais desenvolvem sofrimento emocional e, nesse sentido, buscar propostas terapêuticas adequadas.

Há que se levar em conta que a diversidade cultural e social é um fator importante e deve ser considerado nas pesquisas, e até os métodos de avaliação psicopatológica utilizados.

Dentre as sugestões para futuros estudos, as complicações tardias ainda precisam ser elucidadas do ponto de vista da psicopatologia, como a perda de peso excessiva ou ganho de peso, e até a volta ao patamar de obesidade grau III.

Novos estudos devem ser feitos para verificar a efetividade e manutenção tanto da perda de peso quanto da melhora da condição psicopatológica por um longo tempo, além de estudos que avaliem a questão da restrição alimentar, imposta pela cirurgia, principalmente em pacientes que apresentam transtornos alimentares (compulsão), antes e depois da cirurgia, e por fim, pesquisas sobre a obesidade severa no sexo masculino.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e estatístico de Transtornos mentais – DSM-IV-TR**. 4th ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- APPOLINÁRIO, J. C. Obesidade e psicopatologia. In: HALPERN, A. et al. (Orgs.). **Obesidade**. São Paulo: Lemos Editorial, 1998, p. 217-227.
- APPOLINÁRIO, J. C.; CLAUDINO, A. M. Transtornos alimentares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, (Supl. II), p. 28-31, 2002.
- AZEVEDO, A. P.; SANTOS, C. C.; FONSECA. Transtorno da compulsão alimentar periódica = binge eating disorder. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 170-172, 2004.
- BENEDETTI, C. **De obeso a magro: a trajetória psicológica**. São Paulo: Vetor, 2003.
- BORGES, M. B. F. **Estudo do transtorno da compulsão alimentar periódica em população de obesos e sua associação com depressão e alexitimia**. 1998. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BRANDER, N. **Auto-estima e os seus seis pilares**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CAPITÃO, C. G.; TELLO, R. R. Traço e estado de ansiedade em mulheres obesas. **Psicologia hospitalar**, São Paulo, v. 2, n. 2, dez. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092004000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 fev. 2013.
- COSTA, J. M. A.; BIAGGIO, A. M. B. Aspectos emocionais da obesidade: ansiedade e raiva. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.30-50, 1998.
- DIXON, J. B.; DIXON, M. E.; O'BRIEN, P. E. Depression in association with severe obesity: changes with weight loss. **Archives of Internal Medicine**, v. 163, n. 17, p. 2058-2065, 2003.
- DYMEK, M. et al. Quality of life after gastric bypass surgery: a cross-sectional study. **Obesity Research**, v. 10, n. 11, p. 1135-1142, 2002.

DOBROW, I. J.; KAMENETZ, C.; DEVLIN, M. J. Aspectos psiquiátricos da obesidade. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 14, p. 63-67, 2002.

FABRICATORE, A. N. et al. Health-related quality of life and symptoms of depression in extremely obese persons seeking bariatric surgery. **Obesity Surgery**, v. 15, n. 3, p. 304-309, 2005.

FANDIÑO, J. et al. Cirurgia bariátrica: aspectos clínico-cirúrgicos e psiquiátricos. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 47-51, 2004.

FRANQUES, A. R. M.; ASCENCIO, R. F. R. Depressão e obesidade. In: FRANQUES, A. R. M.; LOLI, M. S. A. (Orgs.). **Contribuições da psicologia na cirurgia da obesidade**. São Paulo: Vetor, 2006, p. 125-135.

GARRIDO JUNIOR, A. B. Cirurgia em obesos: experiência pessoal. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 106-110, 2000.

GEMERT, W. V. et al. Psychological functional of morbidly obese patients after surgical treatment. **International Journal of Obesity**, v.22, p. 393-398, 1998.

GUISADO, M. J. A. et al. Psicopatologia en pacientes com obesidad mórbida poscirugía gástrica. **Revista Cubana de Endocrinologia**, Havana, v. 13, n. 1, p. 29-34, 2002.

LALONI, D. T. Transtorno alimentar: obesidade, análise das contingências do comportamento de comer. In: BRANDÃO, M. Z. S.; CONTE, F. C. S. **Sobre comportamento e cognição**. Santo André, SP: Esetec, 2004, v. 13.

LEMES, S. O. et al. Percepção de imagem corporal em adultos (obesos e sobrepesos) do Spa Médico São Pedro/Sorocaba-SP. **A Folha Médica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 229-234, 2001.

MADDI, S. R. et al. Redution in psychopathology following bariatric surgery for morbid obesity. **Obesity Surgery**, v. 11, n. 6, p. 680-685, 2001.

MALONE, M.; MAYER-ALGER, S. Binge status and quality of life after gastric bypass surgery: a one-year study. **Obesity Research**, v. 12, n. 3, p. 473-481, 2004.

MAMPLEKOU, E. et al. Psychological condition and quality of life in patients with morbid obesity before and after surgical weight loss. **Obesity Surgery**, v. 15, n. 8, p. 1177-1184, 2005.

MARCELINO, L. F.; PATRICIO, Z. M. A complexidade da obesidade e o processo de viver após a cirurgia bariátrica: uma questão de saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.12, p. 4767-4776, 2011.

MATOS, M. I. et al. Binge eating disorder, anxiety, depression and body image in grade III obesity patients. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 24; n. 4, p. 165-169, 2002.

MATOS, M. I.; ZANELLA, M. T. Alterações do comportamento alimentar, ansiedade, depressão e imagem corporal em pacientes com obesidade grau III. **Revista Abeso**, São Paulo, v. 3, n. 9, 2002. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/pagina/210/alteracoes+do+comportamento+alimentar,+ansiedade,+depressao.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MELLO, C. A. P. **Gastroplastia vertical em Y de Roux**: Resgate da qualidade de vida dos obesos. 2001. 79 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, V. M.; LINARDI, R. C.; AZEVEDO, A. P. Cirurgia bariátrica: aspectos psicológicos e psiquiátricos. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 199-201, 2004.

OLIVEIRA, J. H. A. de. **Aspectos psicológicos de obesos grau III antes e depois de cirurgia bariátrica**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, J. H. A.; YOSHIDA, E. M. P. Avaliação psicológica de obesos grau III antes e depois de cirurgia bariátrica. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n.1, p. 12-19, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Centro Colaborador da OMS para classificação de doenças em português. **CID-10.8.ed**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

PINTO, M. J. C. Cirurgias definitivas exigem acompanhamento terapêutico. **Psi Jornal de Psicologia**, São Paulo, v. 141, 2004.

REPETTO, G.; RIZZOLLI, J.; BONATTO, C. Prevalência, riscos e soluções na obesidade e sobrepeso: Here, There, and Everywhere. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo**. São Paulo, v. 47, n.6, p. 633-635, 2003.

RETO, C. S. Psychological aspects of delivering nursing care to the bariatric patient. **Critical Care Nursing Quartely**, v. 26, n. 2, p. 39, 2003.

ROSA, M. F. Moderadores e mediadores da relação entre a psicopatologia e a obesidade ou sobrepeso na adolescência. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 224-236, 2011.

ROSIK, C. Psychiatry symptoms among prospective bariatric surgery patients: rates of prevalence and their relation to social desirability, pursuit of surgery and follow-up attendance. **Obesity Surgery**, v. 15, n. 55, p. 677-683, 2005.

RYDÉ, A. et al. A comparative controlled study of personality in severe obesity: a 2-y follow-up after intervention. **International Journal of Obesity**, v. 28, p. 1485-1493, 2003.

SÁNCHEZ, R. S. et al. Prevalencia de trastornos psiquiátricos en pacientes con obesidad extrema candidatos a cirugía bariátrica. **Revista de Investigación Clínica**, Ciudad de Mexico, v. 55, n. 4, p. 400-406, 2003.

SARWER, D. B. et al. Psychiatric diagnoses and psychiatric treatment among bariatric surgery candidates. **Obesity Surgery**, v. 14, p. 1148-1156, 2004.

SEGAL, A.; FANDIÑO J. Indicações e contra indicações para a realização das operações Bariátricas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 24, Supl. 3, p. 68-71, 2002.

SEGAL, A. Aspectos psiquiátricos da obesidade. **Revista Abeso**, São Paulo, v. 4, n. 12, 2003.

SIMON, G. E. et al. Association between obesity and psychiatry disorders in the US adult population. **Archives General Psychiatry**, v. 63, p. 824-830, 2006.

STENZEL, L. M. O percurso da psicologia no estudo da obesidade. **Revista Abeso**, São Paulo, v. 4, n. 17, 2004. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/pagina/172/o+percurso+da+psicologia+no+estudo+da+obesidade.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2012.

STUNKARD, A.; FAITH, M. S.; ALLISON, K. C. Depression and obesity. **Psychiatric Times**, v. 1, p. 81, 2004.

TRAVADO, L. et al. Abordagem psicológica da obesidade mórbida: caracterização e apresentação do protocolo de avaliação psicológica. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 3, n. 22, p. 533-550, 2004.

VASQUES, F.; MARTINS, F. C.; AZEVEDO, A. P. Aspectos psiquiátricos do tratamento da obesidade. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 195-198, 2004.

WADDEN, T. A. et al. Comparison of psychosocial status in treatment-seeking women with class III vs. class-I-II obesity. **Obesity**, v. 14, p. 90-98, 2006.

WAJNER, S. M. Aspectos dinâmicos, psicossociais e comportamentais da obesidade. **Aletheia**, Canoas, v. 12, p. 91-97, 2000.

Capítulo VI

Precarização e exclusão no mundo do trabalho:
as vivências de trabalhadores docentes
no Ensino Superior privado

Carla Vaz dos Santos Ribeiro
Denise Bessa Léda

I Introdução

Nas últimas décadas, os trabalhadores têm vivenciado um quadro crítico de grande complexidade frente à crise estrutural do capital, marcada por um contínuo depressivo. Esse panorama tem gerado, entre tantas consequências, profundas mudanças no interior do mundo do trabalho. Tornam-se necessários novos modos de produção e de relacionamento entre o capital e o trabalho.

Essas mutações no processo produtivo promovem uma série de impactos decisivos, como: desregulamentação dos direitos do trabalho, terceirização e precarização da classe trabalhadora, níveis relativamente altos de desemprego estrutural e enfraque-

cimento do sindicalismo de classe. Tais mudanças propiciam um terreno fértil para as mais diversas vivências de exclusão.

De algum modo, todas as categorias de trabalhadores são impactadas pelos elementos dessa conjuntura. Contudo, neste texto destacam-se reflexões e análises, fruto de uma pesquisa realizada sobre a realidade dos trabalhadores docentes nas instituições privadas de ensino superior¹. As condições laborais do docente nessas instituições constituem uma realidade que não pode ser ignorada e, muito menos, aceita de forma natural, pois, esses trabalhadores, como boa parte da classe-que-vive-do-trabalho, vivenciam constantes rotinas de constrangimentos, pressões e medo, sujeitos a vínculos precários, a coletivos fragmentados, com sérias repercussões físicas, psíquicas, financeiras, entre outras.

A metodologia utilizada sustenta-se no materialismo histórico e dialético, considerando, desse modo, como fundamentais as seguintes categorias: historicidade, contradição, totalidade e mediação. Cabe lembrar que nela subjaz uma determinada concepção de sociedade, de homem e de conhecimento, onde se afirma ser impraticável a neutralidade nas ações cotidianas e na construção do saber científico.

Acredita-se que a Psicologia deve participar dos debates contemporâneos sobre a temática do presente texto, na posição de crítica e de denúncia, propondo intervenções, especialmente no âmbito das políticas públicas, adotando diálogo com outros

¹ Entrevistas realizadas, entre 2007 e 2008, com docentes e coordenadores de curso de instituições privadas de ensino superior da cidade de São Luís (MA); diretor de instituição confessional; dirigentes sindicais, entre outros sujeitos, como parte da pesquisa de doutorado da professora Denise Bessa Léda, intitulada: “Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão” (2009).

campos do saber e contribuindo sempre para a qualidade de vida de todos os cidadãos.

2 Transformações no mundo do trabalho e repercussões na classe-que-vive-do trabalho

As transformações no mundo do trabalho, intensificadas por uma reestruturação produtiva de amplitude global na virada do século XX para o XXI, têm desencadeado uma onda enorme de desregulamentações, altos índices de precarização, informalidade e exclusão nas mais distintas categorias de trabalhadores.

Essas transformações implicam, na verdade, em significativas mudanças na morfologia da atividade laboral, sinalizadoras de um processo de metamorfose e não de desaparecimento e perecimento da mesma, como defendem alguns críticos da sociedade do trabalho, originários das correntes eurocêtricas, como: André Gorz; Claus Offe; Dominique Méda (ANTUNES, 2005). A classe-que-vive-do-trabalho – expressão cunhada por Antunes (1999) –, hoje em dia apresenta uma conformação mais complexa, heterogênea e fragmentada, diversa da que predominou nos anos de apogeu do taylorismo/fordismo. Essa classe revela um caráter polissêmico e multifacetado: composta, de um lado, por uma minoria de trabalhadores qualificados, polivalentes e multifuncionais, com maior possibilidade de exercer a sua dimensão “intelectual” e experimentar “maior realização no espaço de trabalho”; de outro lado, compõe-se por um enorme incremento do subproletariado constituído por trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalidade e precarização do trabalho disseminadas em todas as partes do mundo.

Identifica-se nesse contexto um movimento crescente de intensificação da atividade laboral, a qual está sempre cercada da palavra “mais”, que é usada tanto para o trabalhador desempenhar diversas atividades, quanto para impor maior engajamento. Os empresários lançam mão de novos modos de organização do trabalho e de formas de controle sofisticadas intermediadas pelo uso das tecnologias da informação – na incansável busca da eliminação dos tempos mortos e da porosidade – tornando o processo de trabalho mais denso e concentrado mediante a microrregulação do exercício profissional. Exigem dos trabalhadores um empenho mais firme, um envolvimento superior, associados a um aumento de dispêndio de energia física e psíquica para dar conta do “plus”, em termos de carga adicional ou da tarefa mais complexa. Não é só o trabalhador da indústria que tem seu trabalho intensificado com a implantação do sistema de um operário/diversas máquinas, o trabalhador da área de serviços é também bastante cobrado por melhores resultados. Pode-se citar como exemplo a intensificação do trabalho no setor bancário, no ensino privado, na telefonia, construção civil e em grandes cadeias de abastecimento urbano (ROSSO, 2008).

Isso foi observado na pesquisa apresentada neste texto, por alguns entrevistados que trouxeram, de forma explícita, em suas falas essa intensificação:

Eu sou muito assoberbada. Eu estou sempre trabalhando [...] a Coordenação tem uma sobrecarga imensa [...] E o Coordenador tem que estar sempre disponível. (Coordenador de curso).

[Tenho] rotinas pesadas, árduas em relação ao volume de trabalho. Como a remuneração é baixa... Pra que ela se torne razoável o nosso volume de horas tem que ser alto, isso

acaba comprometendo a nossa qualidade de vida. (Entrevistado 5).

Outro exemplo é o setor de supermercados, que, nos últimos tempos, tende a não contratar mais empregados para cargos específicos, como: caixa, padeiro, açougueiro, auxiliar de reposição. Hoje, é comum a contratação de um “faz tudo”, formalmente conhecido como operador de supermercado, o que representa uma designação genérica, que visa atender de forma polivalente todas as funções que se fizerem necessárias e esgotar, certamente, a existência de tempos mortos (ROSSO, 2008).

Além da inserção cada vez mais frequente em atividades produtivas precarizadas e intensificadas, a classe trabalhadora convive diuturnamente exposta à ameaça de demissão². O desemprego global na virada do século XX para o XXI atingiu um dos seus mais altos níveis desde a grande depressão de 1930. Milhares de trabalhadores foram excluídos do processo produtivo, funções e categorias de trabalho foram extintas, reduzidas ou reestruturadas.

Os “sobreviventes” permanecem em estado de alerta frente às oscilações e incertezas do mercado. Temem não alcançar os resultados esperados e não atingir as metas estabelecidas. Experimentam fortes sentimentos de ansiedade diante do risco constante de fracasso e da consequente perda de posto de trabalho. As incertezas do capitalismo flexível geram um aumento de desconfiança e desamparo.

Para fugir do fantasma do desemprego, alguns, mesmo capacitados, acabam por aceitar qualquer tipo de trabalho. O medo da exclusão repercute diretamente nas relações de trabalho, incre-

² Como disse uma professora: “*Você sabe, se você fizer isso, você vai ser demitido. A ameaça é a demissão... A ameaça é a demissão*” (Entrevistada 2).

mentando a competição, o individualismo e a inevitável ruptura dos laços sociais e fragilização do coletivo.

Dessa forma, é crescente o número de pessoas que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização. Há apenas uma minoria atuando em funções que permitem envolvimento e identificação. Existe, na realidade, um grande grupo que se mantém em determinadas organizações apenas por necessidade financeira e medo de não conseguir outro emprego, que, diante de uma oferta melhor, trocaria facilmente de atividade profissional. Para esse grupo, o trabalho não é um fim em si mesmo, é, principalmente, um meio para alcançar outros objetivos (RIBEIRO; LÉDA, 2004).

Camps (1993, p. 124) salienta que, para a concepção dominante, só tem sentido o trabalho bem remunerado, “[...] já não existe um trabalho que valha mais do que o outro: é mais válido o que paga melhor. Já não existem, portanto, profissões de maior prestígio, e sim profissões que abrem as portas para o dinheiro e o êxito”.

Nesse mundo do trabalho imerso em constantes flutuações, um indivíduo que prioriza suas aspirações e desejos é naturalmente rotulado de sonhador e excêntrico. A atitude sensata é a de ajustamento e submissão à lógica produtivista, enquanto “[...] o protesto e a libertação individual parecem, além de inúteis, absolutamente irracionais.” (MARCUSE, 1999, p. 82). Há um “[...] banimento gradual dos sonhadores, dos pensadores utópicos, dos poetas, dos homens sensíveis, dos divergentes e *outsiders* de todo tipo para os domínios da loucura e da exclusão social” (SOARES, 2002, p. 14). Valoriza-se o homem racional amputado de suas paixões, de suas capacidades imaginativas e principalmente da necessidade de dar sentido a sua existência (GAULEJAC, 2007).

Para sobreviver diante das mudanças constantes e velozes do mundo do trabalho, o indivíduo anula seus desejos mais autênticos e toma atitudes e posicionamentos conforme a ocasião, passando por inúmeras transformações aparentes e reversíveis. É como se tivesse máscaras para cada situação. Age de forma calculada, planejada e pouco autêntica, constituindo-se em um sujeito camaleônico adaptável ao sabor das demandas do mercado (GRISCI; CARVALHO, 2004). Tal qual um camaleão, o trabalhador “muda sua cor”, como mecanismo de defesa para enfrentar o ambiente hostil.

Identifica-se, dessa forma, o triunfo de uma racionalidade instrumental, que, segundo Maciel-Lima, Hopfer e Souza-Lima (2004), comparece como sustentáculo da civilização do trabalho, tendendo a colonizar todas as dimensões da vida associativa e negando espaços para a autorrealização humana.

É uma racionalidade limitada, deformada, que perde seu caráter crítico, diferente da vislumbrada no Século das Luzes. Em vez de esclarecer e emancipar, favorece um processo de conformismo, alienação e embrutecimento do homem. Não cria condições propícias para ele agir livremente fazendo uso de sua autonomia.

Jamais na história da humanidade se produziu tanto, infinitas possibilidades tecnológicas foram desenvolvidas, disponibilizou-se bens e serviços abundantes e de melhor qualidade. Mas o trabalho continua sendo “organizado e disciplinado em condições desinteressantes e estressantes que levam ao embotamento da inteligência, a alienação de muitos para benefícios de poucos.” (CATTANI, 2008, p. 8). Diante de uma rotina estressante, um professor revelou a intensidade de sua produção, em detrimento da dedicação na melhoria da qualidade: “[...] *durante esses três anos, eu sinto que o meu discurso, a minha fala, ela é repetitiva porque eu*

não tive tempo de buscar uma qualificação, e quando eu busquei, não abri mão das faculdades privadas... ainda.” (Entrevistado 5).

Há predominância de uma racionalidade fundamentada em uma lógica fria, utilitarista e calculista, que restringe a atividade laboral a mero instrumento de acesso a bens materiais. “É o completo vazio do dinheiro elevado a fim em si mesmo, que agora domina definitivamente a existência como deus secularizado da modernidade” (KURZ, 2002, p. 15).

Os indivíduos são subjugados ao controle das relações capitalistas que manipula seus pensamentos e desejos. “[...] deixam de pertencer a si próprios porque são compelidos a vender-se para subsistir.” (CAMPS, 1993, p. 123). É possível observar que, ao longo de todo o desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo, o trabalhador vivencia uma perda progressiva do controle sobre o processo produtivo, com consequência sobre o seu próprio trabalho (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Nesse quadro de efemeridade, transitoriedade e descontinuidade, em um contexto marcado por incertezas e tensões, desenvolvem-se relações superficiais e descartáveis. Na lógica do flexível e do curto prazo, afrouxam-se laços de lealdade, confiança e compromisso mútuo (SENNETT, 1999).

Em contraposição às grandes e pesadas indústrias do modelo taylorista/fordista, nasce a fábrica “mínima” e “magra” do toyotismo, “reduzida às suas funções, equipamentos e efetivos estritamente necessários para satisfazer a demanda diária ou semanal.” (CORIAT, 1994, p.33).

A conformação dura e estável, característica do taylorismo/fordismo, é associada a um padrão obsoleto e antiquado. Compreende como sinal de fraqueza, indicando ao mercado que a empresa não é capaz de inovar, gerir processos de mudanças e atender as exigências voláteis da sociedade (SENNETT, 2006).

A administração de um grande número de funcionários torna-se onerosa, pouco produtiva e arriscada. No capitalismo leve, vínculos empregatícios duradouros não são indicados. Na obsessão pela “dieta de emagrecimento” os empresários elegem como principal estratégia da arte de administrar a redução de excessos, de gorduras, propiciando leveza e agilidade para o capital (BAUMAN, 2001).

Em um mundo do trabalho imerso em constantes transformações, a instabilidade, transitoriedade e descontinuidade assumem ares de lugar comum. A palavra do dia, o discurso do momento é: flexibilidade, anunciando empregos sem segurança e direitos. Nessa direção, uma dirigente sindical entrevistada revela um conjunto de flexibilizações nos direitos trabalhistas que vem ocorrendo no capitalismo contemporâneo:

Mas, tem uma coisa que se chama CLT Flex. CLT Flex é quebrar todas as garantias trabalhistas. A pessoa assina lá abrindo mão dos seus direitos que vai receber. Tipo: O salário mínimo, o pagamento dos encargos diminui suficiente pra que eles possam ter lá a margem de lucro deles, eles assinam que estão recebendo o salário mínimo pra por fora receber as benesses [...] É como se tivesse dando auxílio alimentação, como se tivesse dando auxílio transporte, aí eles vão recompondo, a faixa salarial. (Dirigente sindical).

A flexibilidade tornou-se um imperativo organizacional para a sobrevivência das empresas. Elasticidade institucional, rapidez e leveza são priorizadas, em contraposição à rotina burocrática das hierarquias piramidais, que precisa ser abolida dos setores dinâmicos da economia.

Identifica-se, portanto, a implementação de novos modelos de gestão organizacional direcionada para o trabalhador autônomo/empreendedor, alguém capturado pela ideologia da

excelência, sobreimplicado³, dedicado, com uma sede de desenvolvimento insaciável, convidado a se vender para enriquecer. Trabalhadores receptivos à mudança, à desordem, à descontinuidade, ao inusitado, prontos para mudar de emprego, de modo de vida e, certamente, enfadados com a rotina, a previsibilidade e a estabilidade.

A preferência entre os empregadores aponta para os trabalhadores generalistas, flutuantes, sem vínculos estáveis, apego a pessoas, coisas, lugares e modos adquiridos de agir e ser. Disponíveis para atender a todo chamado de emergência, assumir as mais diferentes tarefas (do tipo pau-para-toda-obra). Buscam-se pessoas avessas a perspectivas de longo prazo, às trajetórias de carreira gravadas na pedra e a qualquer tipo de estabilidade (BAUMAN, 2008).

A regularidade de uma carreira linear construída em uma única empresa, a especialização em uma atividade determinada, a possibilidade de planejamento a longo prazo e a segurança em relação ao futuro – características presentes principalmente nos países mais avançados onde o Estado de Bem-Estar Social revelou uma estrutura sólida, como por exemplo países da Europa Central – são diretamente afetadas pelo processo de reestruturação produtiva.

No capitalismo flexível, a estrada reta da carreira tradicional é bloqueada; surgem no percurso múltiplos desvios. A concepção de carreiras lineares associada a degraus/subida/verticalidade dá lugar a mobilidades horizontais ou transversais. O trabalha-

³ Para Lourau (2004, p.195), sobreimplicação deriva do conceito de implicação, relacionando-se à cooptação e à exploração da subjetividade pelo mercado, produzindo além do sobretrabalho “[...] estresse rentável, doença, morte, como também *cash-flow* – benefício absolutamente consagrado ao reinvestimento – e portanto, ao crescimento indefinido da instituição[...].”

dor precisa reconverter-se permanentemente, enfrentar acontecimentos inesperados, buscando sempre novas especialidades. Para manutenção da sua empregabilidade, torna-se estratégico de tempos em tempos mudar de empresa, como meio de adquirir novas competências (RAMOS, 2002).

Contratantes e contratados mantêm laços frouxos. O setor de trabalho temporário está em franca expansão; hoje, o maior empregador dos Estados Unidos já não se chama General Motors ou IBM – é a empresa Manpower, fornecedora de mão de obra temporária. Esta empresa disponibiliza para o mercado americano um gigantesco exército de reserva nas mais diversas especialidades, que podem trabalhar por vezes em dois ou três lugares no mesmo dia.

Surge, dessa forma, um novo perfil de trabalhador, não mais um executor disciplinado de tarefas prescritas, mas um “[...] trabalhador competente, versátil, que deve vivenciar a flexibilidade e a insegurança das condições de trabalho como um desafio inevitável na sua vida profissional.” (LOPES, 2009, p.98).

Buscam-se pessoas abertas ao sacrifício e à renúncia, com grande capacidade de trabalhar sob estresse, que almejem incessantemente o sucesso profissional, que consigam equilibrar sentimentos de pertencimento e devoção incondicional a uma empresa com uma postura de indiferença e naturalização frente às situações de ruptura de vínculos empregatícios.

Procuram-se trabalhadores que façam de si próprios seu melhor patrimônio e empreendimento, sejam seus próprios empresários, assumindo assim a obrigação de gerir a sua vida profissional. Alguém desprendido do passado e voltado para o futuro que subverte as hierarquias instituídas, revela gosto pelo risco, pela autonomia e vê ganhos em um ambiente incerto, não se inquieta com o transitório e nem cultiva relações duradouras com

a empresa. Alguém provavelmente “liberto de amarras”, que vive por sua conta e risco, incorporando, assim, o personagem do colaborador autônomo.

Cooptado pela cultura da flexibilidade caracterizada por vínculos frouxos e relações superficiais e fluidas, o trabalhador empreendedor não se restringe à concepção tradicional de qualificação profissional, normalmente associada ao atendimento dos requisitos do cargo e da posição ocupada. Não há mais lugar para o especialista, detentor de conhecimentos circunscritos a espaços organizacionais e sim para aquele que busca investir ao máximo no desenvolvimento de competências transferíveis para o exercício de diferentes atividades profissionais em novos ambientes laborais, mantendo-se dessa forma competitivo e empregável à acelerada mutação de um mercado globalizado.

Tudo isso propicia ambientes bastante competitivos e áridos, gerando um sentimento de desproteção e vulnerabilidade nos trabalhadores. Diante a lógica da primazia do êxito, não raramente como reação às imposições, comportam-se como verdadeiros “drogados” em relação ao trabalho, revelando mobilização e adesão total a serviço da organização. As palavras de um professor elucidam, de forma clara, esse vício: *“Eu sou viciado por trabalho. Ao mesmo tempo, eu vivo as coisas com uma intensidade muito grande, assim, e presto assessoria pra três, quatro empresas ao mesmo tempo, e se a gente for avaliar segundo o espaço vital de Kurt Lewin, oitenta por cento é trabalho.”* (Entrevistado 5).

Frente às incertezas do capitalismo flexível cresce o aumento da desconfiança. Todos sofrem, o desempregado com a dúvida, se conquistará um novo emprego, e o empregado pelo medo de deixar de tê-lo amanhã.

Conclui-se, portanto, que a apologia ao trabalhador autônomo/empreendedor revela rachaduras, deixando à mostra que

atende, especialmente, aos ditames do mercado e não às necessidades da classe-que-vive-do-trabalho. O trabalhador está mergulhado em um intenso movimento de desestabilização nos seus ambientes laborais. Os vínculos frouxos não o permitem vivenciar a afiliação a grupos, a manutenção de valores, estilos de vida, a realização de projetos profissionais associados a sonhos e vocação. Toda essa turbulência pode se converter em um perigoso e preocupante processo de alienação, sofrimento e adoecimento no trabalho.

O trabalho docente no ensino superior privado não escapa a esse contexto e, na pesquisa realizada, revelou-se um conjunto de circunstâncias, historicamente determinadas, que induzem, na sociedade atual, grande parte dos trabalhadores desse campo à precarização, o que os deixa vulneráveis às investidas do capital, com ameaças constantes à sua saúde.

3 As relações de trabalho no contexto das instituições particulares de ensino superior

Ao analisar a capacidade de enfrentamento dos trabalhadores no contexto do novo contrato social, é importante que se compreenda o que está para além de palavras tão difundidas atualmente, como por exemplo, “negociação”, que, do ponto de vista dos padrões significa redução de salários e de benefícios, que, diga-se de passagem, juntamente com a informalização das relações de trabalho não é característica apenas de empresas de pequeno porte. Como ressalta Boito Júnior (1999, p.51): “[...] Ela é praticada também pelas grandes empresas, dentre outras maneiras, pelo recurso à terceirização – prática que permite que o conjunto da burguesia tenha acesso democraticamente, à exploração sem freio dos trabalhadores [...]”.

Outro autor que discute o choque nas relações entre capital e trabalho é Ferretti (2002, p.114), destacando que muitos dos direitos históricos foram frutos de lutas e negociações, contudo: “[...] muito do que se denomina de negociação, nas atuais relações entre trabalhadores e empresários na grande empresa automatizada, nada mais é do que constrangimento e subordinação sob a aparência de respeito e participação”. E como foi comentado anteriormente, empresas de todos os portes lançam mão dos mais diversos artifícios para aprofundar a exploração de seus trabalhadores. É o acordo de trabalho, com um claro desfavorecimento do segmento dos trabalhadores, explicitando a diferença de poder entre as partes. Em outro momento do texto, esse autor denuncia: “[...] Isto pode significar, no limite, a ‘naturalização’ da produção capitalista e a negação, como ‘atrasado’, do embate político em torno de interesses divergentes.” (FERRETTI, 2002, p. 115). Como enfatiza Alves (2006, p. 35) sobre a precarização das relações sociais na modernidade do capital: “No caso do mundo do trabalho, a *financeirização* pressupõe trabalho (e vida social) precário, elemento catalisador do *medo*, que é a matriz do consentimento”.

É com base no elemento medo que os patrões estabelecem relações com seus subordinados e as mantêm com base em diversos tipos de punições e ameaças. Esse aspecto se explicitou na entrevista de uma docente ao expor uma ocorrência de constrangimento ocorrida na IPES em que trabalha:

[...] as pessoas tinham até medo de conversar umas com as outras, porque uma vez uma pessoa foi demitida em pleno corredor, pelo próprio Deputado [dono da IPES], porque ele quase não aparece, mas [um dia] ele foi subindo e um professor estava no corredor passando e falando que era inadmissível um atraso desses [três meses de salários atrasados] e tudo mais. Ele perguntou de que curso esse professor era e

imediatamente ele mandou demitir o professor. Uma forma de... como é que a gente fala? De calar a boca dos outros, porque isso todos os outros disseram. (Entrevistado 1).

Outro aspecto do amedrontamento em que vive a classe trabalhadora são as exigências de aperfeiçoamento permanente e de altos níveis de competência exigidos para as mais diversas atividades de trabalho, o que demanda dos trabalhadores uma corrida a cursos de qualificação e para o alcance de metas de forma incessante. Esse contexto traz necessariamente à discussão uma preciosa norma do neoliberalismo, condutora das relações que se efetivam entre pessoas, grupos ou nações – a competitividade. Esse componente que sustenta a vitalidade do capitalismo flexível pressupõe, necessariamente, diferenciações e exclusões.

Mas, como entrar em um esquema de competitividade onde os jogadores detêm condições desiguais no jogo? Esse é o espírito do capitalismo. Dar uma aparência de igualdade de condições a todos. Os vencidos são excluídos de uma realidade, da qual sempre foram apenas figurantes, e “[...] são levados a se considerar indignos dela, e, sobretudo responsáveis pela sua própria situação, que julgam degradante (já que degradada) e até censurável. Eles se acusam daquilo de que são vítimas.” (FORRESTER, 1997, p. 11).

Nessa arena, o capitalismo gera um “exército de reserva” e sustenta a argumentação de que as exclusões e inclusões das oportunidades de trabalho se dão sob a insígnia da competência, que, por sua vez, atrela-se fortemente ao conceito de empregabilidade, no qual se encontra a ideia de que o indivíduo deve agregar qualidades ao seu repertório profissional para competir no capitalismo flexível. Isso demonstra que:

O desemprego, antes um flagelo que lembrava a triste mancha da crise dos anos 1930, assume uma feição na-

turalizada, parte integrante de um modelo de vida social *darwinista*, onde se entende que a sobrevivência no mercado é um processo de seleção natural. (GURGEL, 2003, p. 119).

A expressão “exército de reserva” compareceu em alguns discursos dos entrevistados, como representação da análise crítica dos mesmos sobre a precarização do trabalho docente nas IPES:

Porque o professor era contratado para aquela cadeira, [ao finalizá-la] o soltavam e depois queriam que o professor estivesse ao bel-prazer deles, como exército de reserva mesmo. (Entrevistado 1).

Hoje você tem dezesseis [turmas], amanhã virou o semestre, sumiu uma turma porque houve evasão, se quiser ficar fica, se não quiser... Tem quem quer. É um exército de reserva, porque as pessoas não estão empregadas num lugar só. (Dirigente sindical).

Nesse contexto, as qualidades não se resumem aos aspectos técnicos de uma atividade de trabalho, mas requerem, também, um aprendizado do chamado “jogo de cintura” ou o princípio da adaptabilidade, a ser exercido em uma mesma empresa ou em outra, na medida em que “[...] a mudança de emprego passa a ser uma contramedida ao desgaste da competência profissional dos indivíduos.” (RAMOS, 2002, p. 282). Tudo isso sem se deixar dominar por sentimentos como: medo, ansiedade, desespero, raiva, pelo contrário, deve-se enfrentar tudo com otimismo e autoconfiança (como se isso fosse possível!). Nessa perspectiva, a autora conclui que “[...] são as capacidades de ordem psicológica, muito mais que as de ordem técnica, aquelas intensamente solicitadas.” (RAMOS, 2002, p. 250). Isso guarda proximidade com as discus-

sões de Gurgel (2003, p. 27) sobre as exigências na formação das novas técnicas gerenciais no capitalismo contemporâneo:

Os gerentes são armados, na sua formação, não apenas, da razão instrumental, que os faz gestores da reprodução econômica. Mas também o são, e hoje de modo privilegiado, gestores da reprodução das condições de produção, dentre elas as condições ideológicas e a condição social convenientes.

Voltando a Ramos (2002), percebe-se que a autora, ao discutir os conceitos de qualificação e competência, apoiada em diversos autores, atribui à competência um caráter instável, de algo que está sempre sendo colocado à prova. Quanto à qualificação, esta tem sua validade certificada pelo diploma e pelo tempo de exercício profissional. Ambas são voltadas para características adquiridas individualmente, levando-se em consideração que a velocidade das mudanças conduz à necessidade de revisões permanentes de adequação dos indivíduos aos seus postos de trabalho, resultando daí promoções ou até mesmo, demissões, conforme seus resultados. Esta autora, ao finalizar seus estudos sobre a “Pedagogia das Competências”, conclui:

A competência, inicialmente tomada como fator econômico e aspecto de diferenciação individual, reverte-se em benefício do consenso social, envolvendo todos os trabalhadores supostamente numa única classe: a capitalista; ao mesmo tempo, forma-se um consenso em torno do capitalismo como único modo de produção capaz de manter o equilíbrio e a justiça social. Em síntese, a questão de classe é resolvida pelo desenvolvimento e pelo aproveitamento adequado das competências individuais, de modo que a possibilidade de inclusão social subordina-se à capacidade de adaptação natural. A flexibilidade econômica vem

acompanhada da estetização da política e da psicologização da questão social. (RAMOS, 2002, p. 291).

Na pesquisa realizada verificou-se que todos os docentes entrevistados relataram passar, com certa periodicidade, por processos de avaliação de suas atividades profissionais, o que vai ao encontro do que foi comentado anteriormente sobre as revisões periódicas que ocorrem para verificar a competência e adequação dos trabalhadores aos seus postos de trabalho nas organizações contemporâneas. Os seus dirigentes justificam que esse processo se faz necessário para que o trabalhador dê conta de produzir com qualidade, pois ele: “[...] é responsável pela mercadoria que fornece e que tem que fornecer com certo nível de qualidade se não quiser ceder o seu lugar a outros vendedores de mercadorias do mesmo gênero.” (MARX, 1969, p. 100). Isso significa que os trabalhadores estão correndo constantes riscos de verem seus lugares serem ocupados por outros que se apresentem como mais competentes. Sobre essas avaliações, os entrevistados assim se expressaram:

[...] porque lá no [IPES] todo semestre tem um sistema de avaliação, eles avaliam tudo. Desde se você leu o programa de disciplina no primeiro dia de aula, até se eles [alunos] querem você como professor de novo. (Entrevistado 3).

Há um processo, só que o professor não toma conhecimento do resultado. Não é dado um feedback, não é socializado e nem conversado, a punição só vem para ele receber mais ou menos disciplinas. A avaliação é um documento formal onde o MEC exige e eles têm que atender. Mas, quando querem prejudicar, eles pegam uma pasta, colocam todo teu histórico e provam isso. Fazem um dossiê juntando tudo. (Entrevistado 4).

Professor que não está dando certo vai embora [...] a gente recebe um gráfico por turma. Você sabe qual foi a turma que gostou do seu trabalho e a turma que não. E a Diretora Acadêmica tem um mapa de desempenho de todos os professores [...] todo semestre é uma enxurrada de demissões aqui. Todo semestre, por conta de má avaliação. E a questão mesmo, é quando o professor não está dando conta da exigência. (Entrevistado 5).

Esse movimento de intensa substituição dos trabalhadores marca a história do capitalismo. As análises marxiana e marxista⁴ registram que a classe burguesa, em seu período revolucionário, propôs uma forma dinâmica de organização da sociedade, considerando, desse modo, todas as formas anteriores, tipos que ressaltavam a determinação “natural” e fixavam o lugar do indivíduo na sociedade, conforme sua origem social. Pode-se dizer com isso, que ela conseguiu avançar “[...] para a construção do seu domínio de classe, que assinalou, em face da feudalidade, um gigantesco progresso histórico.” (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 18).

A ordem capitalista estabeleceu a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) e a ilusão de superação da origem de classe gerando, a cada instante, novas necessidades nos indivíduos que são incitados a acompanhar as mudanças desse modelo de organização social. A incessante produção de necessidades é o motor do capitalismo, cuja satisfação, entretanto, está na correspondência direta com a quantidade de riqueza acumulada. Isso demonstra que a igualdade econômico-social não se concretizou (nem poderia nesse sistema social) e sem ela “[...] a emancipação humana é impossível.” (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 19).

⁴ Consideram-se aqui as diferenciações entre as expressões: análise marxiana e análise marxista, no qual a primeira refere-se aos próprios escritos de Marx e a segunda aos estudos dos intérpretes de Marx.

A diferença marcante da sociedade capitalista foi estabelecer o artifício da igualdade de oportunidades, que são aproveitadas conforme competências a serem desenvolvidas por cada sujeito individualmente. Dessa maneira, criou um clima favorável para a aceitação de todas as medidas a serem tomadas no caminho da acumulação de riquezas, tornando a exclusão social um processo “justo”. Esse mecanismo tem possibilitado o refinamento de recursos ideológicos extraordinários, cujos efeitos acentuam processos contraditórios de alienação e, por outro lado, de transformação do indivíduo e de suas relações sociais (LÉDA, 1998).

Sobre essa falácia da mobilidade social no capitalismo Forrester (1997, p. 58) denuncia a concentração de renda, as exclusões, rejeições e promessas cínicas de integração e diz: “É imediata e flagrante aqui a situação de injustiça e de desigualdade, sem que os interessados sejam os responsáveis, sem que eles próprios se tenham colocado nessa situação. Seus limites já estavam fixados desde antes de nascer [...]”. Sobre a disfarçada indiferença, a autora comenta que: “[...] a sociedade desperta sempre assustada, escandalizada: ‘eles’ não se integram; ‘eles’ não aceitam tudo com a gratidão que era de esperar.” E conclui: “Mas integrar-se a quê? Ao desemprego, à miséria? À rejeição? Às vacuidades do tédio, ao sentimento de ser inútil ou até mesmo parasita? Ao futuro sem projeto?”.

Os depoimentos acima apresentados e outros colhidos na pesquisa de campo denotam a importância que o trabalho representa para a constituição do ser humano e muitos são os prejuízos, internos e externos ao sujeito, quando de sua ausência. Na atualidade, “[...] para categorias cada vez mais numerosas da população ativa, e *a fortiori* para as que estão colocadas em situação de inatividade forçada, a identidade pelo trabalho está perdida.” (CASTEL, 1999, p. 531). Esse autor também enfatiza o papel cen-

tral do trabalho para a integração social, papel este que vem sendo degradado em função do processo de precarização das relações de trabalho, deixando um crescente número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, que culmina com o desemprego, estado de “isolamento social” ou “zona de exclusão ou, antes, de desfiliação.” (CASTEL, 1999, p.532).

4 Considerações Finais

Entende-se que não cabem mais atitudes de indiferença e de naturalização diante do vertiginoso processo de exploração da força de trabalho no capitalismo contemporâneo e das suas repercussões à saúde do trabalhador. A denúncia dessa dinâmica foi uma das propostas deste estudo. Tal processo é oriundo de uma conjuntura nacional e internacional, em que os Estados, orientados por organismos estrangeiros, tornaram-se espaços livres de restrições para a supremacia do capital financeiro. No caso do Brasil, isso tem implicado, entre outras situações, em políticas públicas regidas pelas regras do mercado e eliminação de direitos sociais básicos. Nesse contexto, há um vasto número, impressionante pela sua magnitude, de trabalhadores que vivem na informalidade, quase sempre sem nenhum tipo de proteção social, submetidos a vínculos instáveis, diante de um patronato que obtém o consenso de seus serviços, pela coerção, disfarçada ou não. Todos envolvidos na alienação concernente ao processo de trabalho, sob as condições históricas da produção capitalista.

Muitos desses trabalhadores estão buscando, incessantemente, qualificação profissional, principalmente em algumas das instituições que compõem o mercado educacional, como forma de sobreviver à exclusão do competitivo mundo do trabalho, estimulados pela culpa de não portarem os títulos exigidos e sedu-

zidos pelas inúmeras possibilidades de obtê-los, pois estão envolvidos pela ideologia do mérito. Entretanto, considera-se que estes determinantes ocultam a responsabilidade da complexa dinâmica do sistema capitalista, excludente em sua própria essência e fetichizada por produtos e modos de vida que delineiam as subjetividades, imersas na cultura do efêmero e do instável.

Romper com essas práticas discriminatórias e seus disfarces, a cada dia, mais exacerbados, é uma necessidade urgente dos setores que assumem a tarefa de superação da sociedade de classes e afirmam o princípio da igualdade entre os homens, como objetivo do desenvolvimento histórico.

Referências

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, V. (Org.) **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p.19-49.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CAMPS, V. O sentido do trabalho e o ethos individualista. **O socialismo do futuro**, n. 6, p.123-132, 1993.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CATTANI, A. C. Apresentação. In: ROSSO, S. D. (Org.). **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 07-10.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e de organização**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

FERRETTI, C. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 97-118.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2007.

GRISCI, C. L. I.; CARVALHO, M. L. Gerenciamento de impressão e entrevista de seleção: camaleões em cena. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p.72-85, jun. 2004.

GURGEL, Cláudio. **A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2003.

KURZ, R. A pulsão de morte da concorrência. **Folha de São Paulo**, 26 maio 2002. Caderno Mais, p. 3.

LÉDA, D. **A representação de escola na concepção das classes populares e sua contribuição no processo de formação de identidades sob o ideário social dominante**. 1998. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

LÉDA, D. **Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LOPES, M. C. R. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-113, mar./jun. 2009.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sônia (Org.) **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 186-198.

MACIEL-LIMA, S.; HOPFER, K. R.; SOUZA-LIMA, J. E. Complementaridade entre racionalidades na construção da identidade profissional. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-20, 2004.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, D.(Org.). **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 73-104.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1969.

NAVARRO, V.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 14-20, 2007.

PAULO NETTO, J; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, C.; LÉDA, D. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812004000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 fev. 2008.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, J. C. Em busca de uma “razão sensível” no reino da cultura de massa. **Logos, Comunicação e Universidade**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 17, p. 7-18, 2002.

Capítulo VII

Preconceito, exclusão e identidade do afrodescendente¹

Ricardo Franklin Ferreira
Amilton Carlos Camargo

I Introdução

O Brasil, como outros países da América, desenvolveu-se como nação a partir da vinda dos europeus, do genocídio das populações indo-americanas e de um sistema econômico baseado na mão-de-obra escrava de populações africanas sequestradas e aprisionadas. Tais condições históricas favoreceram a presença dos valores africanos nas manifestações culturais brasileiras, que permaneceram preservados ao longo da sucessão de gerações, mostrando-se tacitamente

¹ Capítulo originalmente publicado com o título “A naturalização do preconceito na constituição da identidade do afrodescendente” na *EccoS – Revista Científica*, v. 3, n. 1, 75-92, 2001. A comissão editorial da citada Revista autorizou sua nova publicação, com a realização, assim, de alterações e atualizações pelos autores.

ativos e constituintes do processo de formação da cidadania (RIBEIRO, 1996).

Entretanto, a pessoa negra traz do passado a negação da tradição africana, a condição de escravo, o estigma de ser um objeto de uso como instrumento de trabalho e tem de lidar, no presente, com a constante discriminação racial e, mesmo sob tais circunstâncias, tem a tarefa de construir um futuro promissor.

O Brasil, em relação às outras nações americanas, foi o país a escravizar o maior número de africanos² e foi o último do mundo cristão a abolir a escravidão. Apesar destes dados, entre 1900 e 1950, o Brasil cultivou, com sucesso, a imagem de ser a primeira “democracia racial” do mundo, onde a convivência entre brancos e negros era descrita como harmoniosa e igualitária.

Tal concepção, tornada discurso oficial, é na verdade um mito. Este, hoje questionado, ainda encobre perversamente a discriminação negativa e o preconceito contra essa população, tornando muito difícil o combate efetivo da injustiça para com indivíduos e grupos etnoraciais diversos do branco-europeu.

É importante enfatizarmos algumas categorias usadas neste capítulo. Do ponto de vista da genética, consideramos o conceito ‘raça’ desprovido de valor científico. Entretanto, alinhados com D’Adesky (2001), o termo ‘raça’ refere-se a uma categoria construída socialmente, utilizada como referência para classificar indivíduos em função de características fenotípicas perceptíveis. Neste sentido, tal categoria é de grande importância, pois comumente

² Pinsky (2000) relata que dos 8.330.000 de africanos apresados, cerca de 40% morriam nos seis primeiros meses após sua captura, ainda na África, enquanto esperavam serem transportados para o Brasil, 12% morriam durante o mês em que ficavam nos portos aguardando o embarque, 9% morriam durante a viagem e cerca de 4.400.000 chegaram nos portos brasileiros, com 2 milhões sobrevivendo mais de cinco anos.

serve de referência para processos de exclusão social. Exclusão, aqui, é considerada um “processo complexo, multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas” (SAWAIA, 1999, p. 9), dentro de uma dialética “exclusão/inclusão”, como definido por esta autora. Para Fernandes (2007), trata-se de um processo de segregação da pessoa negra³, sutil e dissimulada, pois ela é confinada “[...] ao que os antigos líderes dos movimentos negros de São Paulo chamavam de *porão da sociedade*.” (FERNANDES, 2007, p. 63).

2 Cenas do cotidiano

A discriminação é mantida por processos sutis, no cotidiano do afrodescendente, através das relações pessoais. São processos muitas vezes silenciosos, encobertos por ‘frases educadas’ e eufemismos. Vejamos um exemplo. Uma pesquisadora negra, em seu trabalho de mestrado (CAVALLEIRO, 1998), cita literalmente a fala de uma professora de pré-escola, localizada na cidade de São Paulo, que se considera sem preconceito racial. A professora acredita que algumas pessoas ainda o mantém e sugere uma ‘saída’ para o problema da discriminação:

[...] porque o preconceito de raça, se você pensar bem, geralmente é em matéria de cheiro. Uma pessoa que é negra, a pele, a melanina faz com que o cheiro fique mais forte. Hoje em dia, esse preconceito de cheiro já melhorou muito com os produtos modernos das nossas indústrias – os desodorantes, as ‘minâncoras’ da vida (*pomadas*). Esses tipos de antitranspirantes fazem com que não exista o cheiro.

³ Neste texto, usamos as denominações ‘negro’ e ‘afrodescendente’ para nos referirmos às pessoas classificadas pelo IBGE como ‘pretas’ e ‘pardas’, considerados constructos sociais, não se referindo a categorias biológicas.

Não havendo o cheiro, não existe o porquê de o branco não conversar com o preto e vice-versa. Tem gente que melhorou e muito. Por que, o que é o preconceito? Preconceito é por causa da sujeira. O cheiro é ruim e gera sujeira. É exatamente por causa do cheiro. É o cheiro que fez com que aparecesse esse preconceito (CAVALLEIRO, 1998, p. 103).

Este exemplo reproduz ‘máximas’ praticadas diariamente no Brasil, ficando evidente que o preconceito contido em tais afirmações já nem é mais percebido por quem as profere, considerando que a entrevistadora que colheu tais depoimentos é uma mulher negra, de maneira tal que sugere estar incorporado nas construções pessoais dos indivíduos uma concepção de menor valia do negro em comparação ao branco.

Isso nos remete a uma ideia de desumanização do negro. O afrodescendente deixa de existir como uma totalidade, sendo representado e reduzido, neste caso, a um ‘problema de cheiro’, descrito como natural, forte, desagradável e associado à sujeira. Assim, vemos ‘explicado’ todo um complexo processo historicamente construído que, através de mecanismos sutis e perversos, remetem o negro ao desprestígio e à exclusão social.

Queremos ressaltar que tal frase foi proferida por uma professora, que contribui diariamente no processo de socialização de várias crianças na pré-escola. Pode-se perceber que seu argumento aponta uma ‘possível solução’ para o problema do preconceito – como a indústria de cosméticos está evoluída, há a tendência de acabar com o ‘cheiro desagradável do negro’. Assim, eliminado o cheiro, estará acabado o preconceito.

Ouçamos outro exemplo. É o de outra professora, querendo mostrar à pesquisadora como lida com as histórias infantis e o quanto suas relações pessoais com crianças negras estão desprovidas de preconceito.

Nas próprias histórias infantis, existe aquela história da madrasta, da bruxa. Em relação a uma coisa má e a uma coisa boa. Então, a gente pode aproveitar a raça nesse sentido. Porque, às vezes, uma pessoa, por exemplo, é preta e tem a alma branca. As pessoas também são diferentes, podem ser negras (ou) da raça branca, mas todas são iguais. São feitas de carne e osso. Porque, às vezes, uma pessoa, por exemplo, é preta e tem a alma branca. E a branca pode ter a alma preta. (CAVALLEIRO, 1998, p. 129).

Tal fala mostra outra das maneiras do preconceito ser veiculado. Trata-se de uma frase que pretende ‘mostrar’ como a professora, a partir das histórias infantis, ‘aproveita’ para lidar com a questão do preconceito com as crianças da sala de aula. Pode-se perceber que a cor negra está associada ao mau e a cor branca ao bem.

Se considerarmos as práticas sociais diárias, através das relações interpessoais, como é o caso da escola, um fator de fundamental importância para a construção de identidades, vislumbraremos a possibilidade de os brancos terem seus constructos de identificação referenciados em uma ‘superioridade’ sustentada por raízes europeias e o negro uma ‘inferioridade’ construída pela desvalorização de suas características pessoais e suas matrizes africanas.

3 O racismo silencioso

Para falarmos do preconceito, torna-se importante compreendermos certas especificidades brasileiras. Uma delas é que a cor e as características físicas acabam operando como referências que contêm duas faces associadas de forma inseparável, a raça e a condição social, o que leva o afrodescendente a julgar-se inferior,

não somente quanto ao aspecto racial, mas também em relação aos aspectos socioeconômicos, o que cria condições para uma concentração racial de renda, de prestígio social e de poder por parte do grupo dominante (SOUZA, 1991). Entretanto, há muitas pessoas negras que ainda negam a existência do preconceito, claramente reproduzindo a crença em uma democracia racial, atitude que tende a manter a ideia de serem as mazelas inerentes ao destino humano do negro. Mecanismos decorrentes dessa negação podem ser historicamente observados – desde o extermínio dos afrodescendentes⁴, como na época do Brasil Colônia, até um mecanismo de ‘branqueamento’⁵. Esse mecanismo implica em assumirem-se as características do branco-europeu como representativas de sua superioridade étnica. Em contrapartida, o negro é considerado como o tipo étnica e culturalmente inferior. Entre essa dicotomia, estabeleceu-se uma escala de valores, um ‘gradiente étnico’, de tal maneira que a pessoa com características mais próximas do tipo branco tende a ser mais valorizada e aquela, cujas características a aproximam do tipo negro, tende a ser desvalorizada e socialmente repelida. Assim, no Brasil, criou-se historicamente a crença de ser a miscigenação um processo pelo qual o afrodescendente tornar-se-ia mais respeitado e teria mais possibilidades de ascender na escala social, além de servir de ar-

⁴ PINSKY (2000), cap. 4.

⁵ Este mecanismo baseava-se no mito de que o ‘branqueamento’ seria uma forma de viabilizar o Brasil e traduzia-se pelo aumento do influxo dos imigrantes brancos, principalmente nórdicos. Estes, disseminados por todo o território, proporcionariam uma mistura racial que resultaria numa população mais clara. Esta posição, adotada, por exemplo, por Silvio Romero, seria uma saída viável para que fosse atingida uma maior pureza racial, limpando a ‘mancha negra’ que nos inferiorizava perante as nações consideradas civilizadas (PINTO, 2001).

gumento para afirmar o quanto o brasileiro ‘aceita’ a convivência de raças, isto é, o quanto ‘não há preconceito no Brasil’.

Este processo torna-se dramático, pois o preconceito é veiculado de uma forma geralmente encoberta, alimentando a ideologia de estarmos vivendo num paraíso de coexistência e de aceitação das singularidades, visão que *conserva* o problema, pois deixa de ser enfrentado em função da ideia dele não existir.

Parece ser ‘politicamente correto’ tratar o afrodescendente como ‘moreno’. Este eufemismo, fortemente enraizado na cultura brasileira, é um recurso simbólico de fuga de uma realidade em que a discriminação impera. Assim, os aspectos etnoraciais são escamoteados pela maioria das pessoas que procuram elementos de identificação em símbolos do grupo social e economicamente dominante.

Outro problema adicional está ligado à percepção das características etnoraciais. É comum a autopercepção diferir da percepção do outro no que se refere às características físicas e étnicas. Frequentemente, indivíduos que se consideram brancos são vistos como negros por outros. D’Adesky (2001) aponta como o modo de vida e o *status* acabam sendo fatores determinantes na classificação da cor. É muito comum a pessoa, principalmente no caso do mestiço, com características negróides leves e com posição social elevada ser considerado branco. Em função de especificidades socioeconômicas adversas, a pessoa, com características físicas semelhantes, pode ser considerada negra. Há uma ausência de unanimidade, o que vem a criar dificuldades adicionais para a construção da identidade do afrodescendente. No caso do mestiço, este processo torna-se mais intenso, pois, como nos aponta Reis (1997), ele está submetido a uma ambiguidade de ser um e outro, um branco-não-branco e um negro-não-negro.

É importante entendermos o processo de construção do preconceito etnoracial e a discriminação, sua expressão comportamental. O preconceito é um julgamento de valor, construído culturalmente e destituído de base objetiva, pertencendo à classe de mitos desenvolvidos através da socialização.

No Brasil, o preconceito racial foi construído a partir da interação entre dois grupos – uma classe política e economicamente dominante, com uma concepção de mundo considerada superior, que passou a dominar um outro grupo, em função da estrutura econômica baseada na escravidão. O grupo dos negros passou a ser considerado inferior, crença que passou a ter a função de justificar a dominação sobre ele. À medida que o grupo dominado passa a compartilhar das mesmas crenças sobre si mesmo e se submeter ao controle imposto, o processo passa a ser legitimado.

Os aspectos étnicos de matrizes africanas têm servido de referência para a avaliação negativa de pessoas. O processo de construção e manutenção do racismo, considerado aqui como a prática discriminatória institucionalizada (PEREIRA, 1996), apresenta as culturas africanas como folclóricas, primitivas e inferiores, se comparadas com a branco-europeia. A partir de tal visão, alguns de seus elementos são simplesmente omitidos nos estudos da formação do brasileiro, com exceção dos aspectos ligados à escravidão a qual o africano foi submetido.

Assim, a sociedade brasileira criou mecanismos desfavoráveis ao desenvolvimento de identidades articuladas em torno de valores percebidos como positivos, o que evidentemente determina dificuldades aos afrodescendentes no exercício de sua cidadania.

Há, entretanto, como já apontamos, dificuldades em se compreender o preconceito contra a população negra em virtude do mito que o nega, pois ‘não temos que compreender o que

não existe'. Em função de tal processo, o afrodescendente tem sido induzido a acreditar que, ao perceber-se discriminado, seu sentimento de menos valia decorre de uma fantasia sua ou, o que é pior, da falta de qualidades pessoais.

Sabe-se da discriminação, mas não se fala a respeito. Uma pesquisa da Datafolha (RODRIGUES, 1995) ressaltou que o preconceito e a discriminação raciais são sistematicamente considerados como atributos do "outro". Seus resultados apontam que 89% dos brasileiros afirmam saber existir preconceito contra os brasileiros negros, mas somente 10% o admitem. Schwarcz (1998) chegou a resultados mais extremos – 97% das pessoas afirmaram não ter preconceito e 98% dos entrevistados diziam conhecer, sim, pessoas com preconceito racial. Portanto, tem-se consciência do racismo, porém, considera-se como um problema do outro.

Assim, no Brasil, 'vive-se' o preconceito tacitamente. Ele não é abertamente afirmado, dificultando a avaliação da inclusão social do afrodescendente e a elaboração de leis que possam favorecer a reversão desse problema.

Torna-se difícil, dessa forma, a construção de uma identidade associada a valores positivos por parte da população afrodescendente e, em decorrência, o desenvolvimento de políticas efetivas voltadas para a melhoria de suas condições sociais.

No dia a dia das práticas sociais, tanto as pessoas que se consideram parte do 'outro grupo' quanto o próprio afrodescendente tendem a introjetar valores negativos associados às características etnoraciais negras. Identidades assim constituídas mantêm a incapacidade de desenvolver atitudes afirmativas quanto às especificidades raciais.

Tais condições constituem-se em terreno fértil para a exclusão social desta grande parcela da população brasileira, condição para um verdadeiro genocídio silencioso, gradual e lento.

A experiência da escravidão no Brasil transformou o africano em escravo, o escravo em negro e o negro numa pessoa a ‘desaparecer’, em nome da constituição de um povo cordial e moreno. É o que Passos, no Capítulo 1 desta obra, apoiado em Levinas, ressalta – a alteridade é muitas vezes considerada como uma anomalia que deve ser reparada. A alteridade que, dentre várias formas de expressão, se manifesta pelas diferenças raciais, no mais das vezes foi considerada negativamente. Assim, transforma-se o negro em moreno, através do branqueamento.

Nessa direção, a ideia do branqueamento como solução foi defendida, no começo do século XX, por vários cientistas e representantes da intelectualidade brasileira. Não podemos nos esquecer de que, na modernidade, os representantes da ciência passaram a ser os legitimadores das ‘verdades’ estabelecidas na comunidade.

Os trabalhos de Schwarcz (1996) e Consorte (1999) analisam com muita propriedade esse período. Muitas justificativas, consideradas científicas, legitimavam o eurocentrismo⁶, favorecendo políticas de branqueamento que, para Nascimento (2000, p. 117), apoiavam-se em duas condições básicas: “a imigração europeia em massa, subsidiada pelo Estado, sob legislação que excluía raças não desejáveis; e o cultivo do ideal do embranquecimento”.

Vejamos alguns exemplos. Em 1911, no I Congresso Internacional das Raças, João Batista Lacerda defendia uma tese que previa, na entrada do novo século, a extinção dos mestiços e pessoas de raça negra (SCHWARCZ, 1998). Nessa mesma direção, o antropólogo Roquete Pinto, em 1927, no Congresso Brasileiro de Eugenia, fazia sua previsão de que em 2012, a população brasileira

⁶ Cf. Nascimento (2000, p. 54), “o termo eurocentrismo refere-se a essa imposição sobre os povos dominados de um universalismo hegemônico que define o mundo do ponto de vista do dominador”.

seria constituída por 80% de brancos e 20% de mestiços, nenhum negro e nenhum índio. O psiquiatra Nina Rodrigues, o pioneiro dos estudos científicos da população afrodescendente brasileira, estudou a origem, a cultura, a religião e a influência dos africanos e de seus descendentes na Bahia, embora defendesse teses racistas. Adepto do darwinismo social, defendendo a existência de uma diferença ontológica entre as raças no Brasil, no começo do século XX, talvez tenha sido quem proclamou com maior ênfase a inferioridade do negro e a degenerescência do mestiço, considerando a raça negra “um dos fatores da nossa inferioridade como povo.” (RODRIGUES, [1932]2004, p. 21).

Podemos, então, sintetizar duas condições que legitimavam concepções de menos valia em relação às especificidades etnoraciais dos negros e a decorrente discriminação negativa: (a) um processo histórico, apoiado inclusive pela Igreja, que levou à escravidão do africano e redução de sua condição a mero objeto de uso; (b) posteriormente, já após a Abolição, o desenvolvimento de concepções científicas, acerca da inferioridade racial do negro, a ponto de se ‘prever’ sua extinção na constituição do povo brasileiro.

Para Telles (2003, p. 62), o branqueamento da população brasileira, através da mestiçagem, e a democracia racial são os dois pilares da ideologia racial no Brasil. “A ideologia do branqueamento via a miscigenação de forma negativa, enquanto a democracia racial a promovia como solução brasileira para o racismo”.

Temos aqui o terreno para a constituição do racismo silencioso, o peculiar racismo à brasileira – preconceito ‘encarnado’, constituinte do mundo simbólico dos brasileiros, que alimenta uma visão negativa do afrodescendente, coexistindo simultaneamente com um discurso que a nega. São essas as condições em que é gestada a identidade do brasileiro afrodescendente.

4 A escola e a mídia na manutenção do preconceito

Neste ponto, cremos ser importante entendermos alguns processos que levam à manutenção do preconceito e da discriminação.

Lugares de muita importância no processo de socialização e construção de cidadania, como o ensino e a mídia, têm se mostrado fontes de retroalimentação do processo de discriminação racial e da diminuição da importância da cultura africana (RIBEIRO, 1996; GUSMÃO, 1990). Na mídia, os afrodescendentes têm sido representados através de imagens estereotipadas; frequentemente expostos em posições subalternas em relação ao branco, como uma minoria desprezada e sem qualidades estéticas (LIMA, 1991). O que parece mais grave: a escola constituiu-se num espaço onde essas concepções se perpetuam em função das distorções da realidade histórica, omissão de fatos, reprodução de inverdades, sempre no sentido de mostrar os povos africanos como ‘tribos’ estáticas no tempo, alheias ao conhecimento científico e ao progresso humano (NASCIMENTO, 1991). É esclarecedor, neste sentido, o trabalho de Gusmão (1990), ao mostrar como a escola propaga aspectos legitimadores da dominação branca e dificulta, quando não impede, o desenvolvimento de uma consciência negra; nega o direito à diferença e aponta como as crianças, tanto brancas quanto negras, já têm estes aspectos internalizados e presentes nas interações do dia a dia escolar.

A escola reproduz em seu microcosmo a mesma estrutura de relação que se dá na sociedade como um todo, isto é, uma relação assimétrica de dominação/subordinação (MIRANDA, 1989). Assim, em vez de ser um lugar favorável à reversão do problema, estimula os estereótipos referentes a essa população e a submissão do afrodescendente aos valores brancos. Cria-se, assim, um

processo pedagógico tal que leva o afrodescendente a inibir sua capacidade de advogar seus interesses culturais, políticos e econômicos aos quais tem direito como cidadão. Sua história é interpretada de maneira distorcida. Por exemplo, a escravidão é apontada como uma simples experiência civilizatória. É muito comum que os problemas etnoraciais sejam considerados sob o prisma da “culpabilidade da vítima”, isto é, que as condições sociais e econômicas precárias são fruto da inépcia e falta de capacidade pessoal dos indivíduos afrodescendentes. Em consequência, eles tendem a acreditar na responsabilidade individual das situações adversas sofridas, mesmo quando se deram em função de suas características etnoraciais. Alimentam, comumente, a convicção de que a aceitação pelo outro depende de seu esforço pessoal, pois o discurso de que no Brasil não há preconceito é internalizado.

5 Dificuldades na construção de uma identidade referenciada em torno de valores positivos e no exercício da cidadania

Aqui, queremos discutir algumas ideias acerca da identidade e a importância de tal categoria para a compreensão das questões levantadas.

A existência do homem constitui-se numa contínua tentativa de ‘instalar-se’ em seu mundo de uma maneira segura. Para isso, tem de buscar uma ordem significativa entre suas experiências de vida. Quando afirmamos ‘buscar uma ordem significativa’ estamos querendo sugerir que o indivíduo desenvolve um mundo simbólico que lhe permite organizar suas vivências através de ‘construções’ acerca do real. São referências sobre seu mundo e sobre si mesmo – suas crenças, conceitos, atribuições, padrões de pensamento. Tal processo favorece ao indivíduo identificar os ob-

jetos em sua especificidade, construir pautas de ação, levando-o a organizar-se em seus contextos de vida com relativa segurança.

As concepções de realidade, construídas nas relações interpessoais, são mediadas pelas crenças, padrões, práticas e normas veiculadas pela sociedade que, por sua vez, em parte, é constituída pelo indivíduo dela participante, num processo contínuo e dinâmico de mútua construção, cuja direção não é casual, mas determinada pela somatória das ações políticas de todos os indivíduos que a constituem. Assim, em seu conjunto, os indivíduos, em função de suas concepções de realidade, desenvolvem uma sociedade e cultura específicas onde se inserem e, concomitantemente, seu mundo simbólico é também por elas constituído, formando uma estrutura orgânica, onde todo e partes influenciam-se mutuamente, submetidos a um duplo movimento – o de manter certa estabilidade ao longo do tempo e o de prover transformações na própria estrutura.

Sintetizando, as concepções de realidade, constituintes do mundo simbólico pessoal, são desenvolvidas socialmente, através de um processo dialético em que o indivíduo é coprodutor tanto da sociedade como de si próprio, já amplamente e de maneira consistente discutido, dentre outros, por Berger e Luckmann (2002).

Assim, a experiência psicológica tem um caráter de construção permanente, em que as especificidades das experiências pessoais determinam a maneira pela qual as referências de mundo vão sendo construídas, incluindo aquelas através das quais alguém pode reconhecer-se como uma determinada pessoa – sua *identidade*. São referências, coletivamente compartilhadas, em torno das quais ele organiza a si mesmo e sua relação com o mundo. Assim, a construção da experiência desenvolve-se através de estruturas de significado operando sempre como um conjunto organizado, como um sistema de constructos (ALVAREZ, 1992), e

a identidade é um constructo central e determinante para a constituição e manutenção da integridade do próprio sistema pessoal.

Falar de identidade é falar de atores sociais voltados à construção de uma trama dramática. Portanto, não se refere a uma categoria a expressar uma estrutura pessoal fixa. É um constructo que reflete um ‘processo em constante transformação’, cujas mudanças vêm sempre associadas a mudanças de referências e a novas construções de realidade por parte dos indivíduos, determinadas por sua participação em certos processos provocadores de impacto existencial.

Alinhados com Ciampa (1987), consideramos a identidade não como uma simples representação da pessoa e, sim, como um processo que, além de representar a pessoa, a engendra.

Dessa forma, a categoria identidade, além de pessoal, deve ser considerada fundamentalmente social e política. É aqui entendida como uma referência em torno da qual o indivíduo se reconhece e constitui-se, estando em constante transformação, e construída a partir de sua relação com o outro. Não é uma referência que configura exclusivamente uma unidade, mas simultaneamente unidade e multiplicidade. Portanto, não uma simples representação do indivíduo, mas qualidade submetida a uma tensão ou, usando a concepção de Merleau-Ponty (1971), a ‘uma dialética sem síntese’. Talvez fosse mais correto denominá-la *dinâmica de identificação*, sempre submetida à dinâmica do processo de viver. Esta expressão aproxima-se do que entendemos por identidade – um processo dinâmico em torno do qual o indivíduo se referencia, constrói a si e a seu mundo e desenvolve um *sentido de autoria* em sua própria vida.

Cremos ser uma categoria efetivamente importante na constituição do indivíduo, determinando sua autoestima e sua maneira de existir. Nesse sentido, é fundamental, para a compreensão

da problemática do afrodescendente, o conhecimento da maneira pela qual ele desenvolve sua identidade, principalmente em contextos sociais adversos, onde é discriminado negativamente.

6 A identidade do afrodescendente

A compreensão da dinâmica de desenvolvimento da identidade do afrodescendente torna-se importante para, além de compreender-se a formação da identidade do brasileiro, o desenvolvimento de estratégias favorecedoras para a construção de identidades articuladas a valores considerados socialmente desejáveis, condição para uma vida mais saudável e efetivo exercício de cidadania.

Partimos, na análise do desenvolvimento da identidade do afrodescendente, do modelo proposto por Ferreira (2004).

A partir do processo de desqualificação da pessoa negra, já pontuado, é comum os afrodescendentes absorverem as crenças e valores da cultura branca, considerada superior, inclusive as associações entre ‘branco-positivo’ e ‘negro-negativo’, semelhante ao que podemos observar na fala de uma das professoras no início do artigo. Em decorrência, tendem a desvalorizar o mundo negro, ou mesmo a considerá-lo como insignificante para suas vidas.

Das várias situações favoráveis à manutenção das distorções a respeito de suas matrizes negras, já analisamos brevemente a função da educação formal.

Os efeitos psicológicos provocados por esses processos são, como sugerido por Parham e Helms (1985), de que as pessoas tendem a apresentar autoconceito pobre, baixa autoestima, realização pessoal pobre, alta ansiedade e depressão.

7 A possibilidade de uma identidade afrocentrada

Os processos, acima descritos, vão se modelando e sedimentando a partir das relações pessoais do dia a dia, envolvendo as primeiras experiências com a família de origem, com as pessoas agrupadas ao núcleo familiar, na comunidade e na escola, cobrindo toda fase de infância, adolescência e início da fase adulta. Uma identidade assim constituída tem como uma de suas funções filtrar as experiências, de tal forma que as informações assimiladas são aquelas que se ‘encaixam’ na estrutura pessoal presente, permitindo à pessoa sentir-se centrada, articulada nas situações de vida e ter um bom grau de controle e previsibilidade sobre elas. Há, entretanto, a possibilidade de experiências desconfirmatórias que, gradualmente, podem provocar transformações, um processo necessariamente conflitivo. Isto se dá quando ocorrem experiências cruciais que questionem sua maneira de ser e de ver o mundo. É o momento no qual se torna impossível negar a rejeição sofrida socialmente. São experiências com efeito de choque e que destroem a funcionalidade da visão de mundo presente, ao mesmo tempo que sugerem nova direção no sentido de uma transformação ou ressocialização.

Tomemos como exemplo uma situação comum do nosso dia a dia. Imaginemos duas pessoas negras, funcionárias de determinada empresa, submetidas a situações de discriminação etnoracial. Uma delas pode, frente a tal fato, assumir uma atitude submissa, a de que deve aprender a lidar com as pancadas da vida; outra pode descrever a situação como aquela que a ensinou que a discriminação, a que está constantemente submetida, é um verdadeiro entrave para seu desenvolvimento pessoal. No primeiro caso, a pessoa abstrai a variável etnoracial de sua interpretação, tendendo a manter sua estrutura psicológica. No segundo caso,

a situação sugere uma tomada de consciência da discriminação que tem sofrido. É um momento de impacto. À medida que assimila essas novas informações e passa a usá-las como referências pessoais, a pessoa é desafiada a repensar de maneira radical suas concepções sobre as questões negras.

As situações de impacto, inicialmente, provocam reações intensas e de muita angústia. A pessoa sente-se confusa, assustada, sendo comum a queda num quadro depressivo. É uma experiência aflitiva, pois descobre que suas referências e seus valores não a permitem mais um posicionar-se na realidade com segurança. Entretanto, são reações temporárias, pois ela, gradual e cuidadosamente, vai aprendendo a testar a validade de suas novas percepções.

Após o período de conflito no qual o afrodescendente vê desarticular-se a estrutura de subjetividade provedora de sustentação e segurança, pode haver o início de um processo de intensa metamorfose pessoal em que, gradualmente, vai demolindo velhas perspectivas, referências de mundo em torno das quais construía sua identidade e, ao mesmo tempo, passa a desenvolver uma nova estrutura pessoal referenciada em valores etnoraciais de matrizes africanas. No início da transformação, entretanto, a pessoa ainda não tem familiaridade com a nova estrutura que deseja desenvolver, com a pessoa que deseja tornar-se. “O novo convertido tem falta de conhecimento sobre a complexidade e textura da nova identidade e é forçado a construir uma imagem especulativa de *self* simplista, glorificada e altamente romantizada, que ele *acredita* ser a correta” (CROSS JR., 1991, p. 202). É um momento de intensa militância no mundo negro.

É provável que tal situação explique por que é comum o afrodescendente apegar-se de forma obsessiva a símbolos da nova identidade em processo de construção, a jargões verbais, a algu-

mas ideologias rígidas e a avaliações dicotômicas. Envolvido na transformação da identidade e, simultaneamente, na busca das características básicas daquele que quer tornar-se para poder se agarrar, o indivíduo passa a julgar os outros afrodescendentes em conformidade com seus padrões ‘idealizados’, desenvolvendo uma forma tendenciosa e extremada de atacar pessoas que aparentemente demonstram valores antigos e a de afirmar os novos de uma forma acrítica.

Em função das concepções da pessoa, nesse período, estarão articuladas com uma visão dicotômica de mundo, há a tendência de considerar todos os brancos como maus, desumanos e inferiores, e os negros como superiores.

Porém, gradualmente, a pessoa mergulha no mundo negro, passando a participar de grupos onde seus valores são intensamente afirmados. O grupo apoia o novo ‘convertido’, valorizando novos códigos, roupas, comportamentos, favorecendo um padrão de conformidade por parte do novo militante. É possível que as pessoas passem a participar de movimentos e organizações voltadas para a busca de estratégias de combate à discriminação racial, movimentos de valorização da cultura negra e em torno de expressões artísticas relacionadas ao tema. Entretanto, ocorre uma situação paradoxal: para fugir ao conformismo de uma fase em que se submetia aos valores brancos, o indivíduo pode cair num outro tipo de conformismo – o do novo grupo etnoracial de referência, desenvolvendo, de uma forma ainda acrítica, uma aversão e negação dos valores brancos, considerando as pessoas brancas como sendo a ‘causa’ dos problemas sofridos anteriormente; portanto ainda não numa perspectiva de afirmação positiva de suas referências negras.

Os aspectos pontuados permitem afirmar a importância da participação em grupos de movimento negro, onde o militan-

te tem a chance de recuperar os valores da cultura e da história africana para, através de um processo de reconstrução, levá-lo a revisar os valores introjetados e os estereótipos negativos assimilados durante o processo de socialização, possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma identidade e uma autoestima mais positivas, favorecendo relacionamentos harmoniosos no âmbito sociocultural mais amplo. Estes aspectos são concordantes com os resultados de uma pesquisa realizada no Brasil por Souza (1991).

É importante, no entanto, uma análise mais aprofundada dos grupos de militância negra, no sentido de criar mecanismos que evitem um problema apontado por Figueiredo (1995, p.114), num ensaio onde são analisados aspectos da identidade das pessoas que participam da militância como um modo de vida. O militante tende a desenvolver uma identidade apoiada em procedimentos de exclusão e vedamento que resultam na “[...] repetição estéril do próprio terreno que pretendia transformar”. Tratando-se do desenvolvimento de uma identidade articulada em torno de características etnoraciais, o fechamento em torno de suas novas referências pode provocar a fixação da pessoa neste estágio, ou seja, alimentar uma atitude preconceituosa, agora contra o eurodescendente, preservando exatamente o mesmo padrão de subjetividade que visava transformar.

Cremos que, apesar dos riscos, a militância é um momento importante, pois dá a oportunidade de que aspectos da história e cultura que foram omitidos sejam conhecidos. Gradualmente, o afrodescendente tende a desenvolver um controle sobre sua emocionalidade, com o abandono das ideologias simplificadoras, frequentemente reconhecendo suas primeiras impressões sobre a negritude românticas e idealizadas. Há certa decepção com relação aos grupos radicais, passando a participar de grupos mais seriamente voltados para uma reversão da discriminação e valo-

rização das matrizes africanas, buscando, ainda, articular-se com diversos grupos simultaneamente.

Neste momento, pode ocorrer a internalização de valores de matrizes africanas e a construção de uma identidade articulada em torno de valores considerados positivos; afirmada, pois, aos poucos, a pessoa desenvolve uma perspectiva afrocentrada, menos estereotipada, com atitudes mais expansivas, mais abertas e menos defensivas, voltadas para a valorização das qualidades referentes à negritude, onde as matrizes africanas são salientadas. O grupo negro torna-se o principal grupo de referência, sendo seu vínculo determinado por qualidades do próprio grupo, e não por uma postura de contraposição ao mundo branco. Está pronto, também, para realizar coalizões com membros de outros grupos organizados em torno de projetos ou valores distintos.

Essa ‘nova’ identidade, já referenciada em matrizes africanas, passa a ter uma função protetora. O indivíduo tem consciência de o racismo ainda fazer parte da experiência brasileira e de, provavelmente, ainda ser alvo de atitudes racistas, porém, a partir desse momento, já desenvolveu recursos de defesa, um sistema de censura e uma orientação de eficácia pessoal que o predispõe a atribuir a culpa de circunstâncias adversas a outros fatores e não mais somente a si próprio. Desenvolve-se, assim, a consciência da importância das matrizes africanas na construção de sua identidade. O afrodescendente passa a sentir-se aceito, com propósito de vida, e de estar profundamente enraizado na cultura negra, sem deixar de perceber as condições às quais está submetido num mundo que o vê com preconceito. As matrizes africanas passam a fazer parte da construção de sua identidade.

8 Considerações Finais

A valorização das matrizes africanas pode ser considerada como uma condição necessária para o desenvolvimento de identidades referenciadas em valores positivos.

Para isso, acreditamos ser a escola um lugar em que o preconceito e a discriminação racial devem ser sistematicamente apontados e abertamente debatidos. A formação dos professores em relação a tais questões torna-se fundamental para que situações como as apontadas no início do trabalho deixem de ocorrer. Além disso, a educação formal deve enfatizar as nossas raízes nos currículos, reconstruindo a história da formação do povo brasileiro, não mais sob a ótica branca oficial, mas com uma visão mais abrangente. Na academia, o debate sobre tais questões deve ser ampliado, pois o pesquisador pode ser um interlocutor privilegiado sobre a problemática negra, já que sua influência, como formador de opinião, pode alimentar o processo de superação da discriminação negativa e a aceitação da diversidade. Os grupos de militância, sejam eles com objetivos culturais, políticos ou religiosos, são fundamentais no desenvolvimento de políticas voltadas para a reversão do preconceito.

Dessa forma, o negro, nascido num meio física e socialmente adverso, teria condições de desenvolver força para a luta, a partir de sua história ancestral. Não mais se determinando pela cor da pele e por um *status* que lhe foi atribuído por uma sociedade referenciada em outra cor e, sim, para que venha sentir-se instalado num grande território, construído sobre uma cosmovisão africana, contendo muitos parceiros e não mais num pequeno lugar nas franjas da sociedade, antes a ele destinado.

O brasileiro negro, vítima de um processo histórico perverso, talvez possa, hoje, de sobrevivente transformar-se em constru-

tor de um novo caminho – o da construção de uma identidade afrodescendente e do sentido de autoria da própria história.

Referências

- ALVAREZ, H. F. **Fundamentos de un modelo integrativo en psicoterapia**. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CONSORTE, J. G. A mestiçagem no Brasil: armadilhas e impasses. **Margem**, São Paulo, v. 10, p. 107-117, 1999.
- CROSS JR., W. E. **Shades of black: diversity in African-American identity**. Philadelphia: Temple University Press, 1991.
- D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.
- FERREIRA, R. F. **Afrodescendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- FIGUEIREDO, L. C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: EDUC; Escuta, 1995.
- GUSMÃO, N. M. M. **A dimensão política da cultura negra no campo: uma luta, muitas lutas**. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

LIMA, L. A. N. **Capoeira Angola**: Lição de vida na civilização brasileira. 1991. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MIRANDA, M. G. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 125-135.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **A África na escola brasileira**: relatório do 1º Fórum Estadual sobre o Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, 1991.

NASCIMENTO, E. L. **Sortilégio da cor**. 2000. 485 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PARHAM, T. A.; HELMS, J. E. Relation of racial identity attitudes to self-actualization and affective states of black students. **Journal of Counseling Psychology**, Washington, v. 32, n. 3, p. 431-440, 1985.

PEREIRA, J. B. B. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência, 1996, p.75-78.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. 17 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PINTO, O. P. **Da descoberta de si mesmo à luta contra a exclusão**: visões de militantes do movimento negro de São Paulo sobre a questão racial. 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

REIS, E. A. **Mulato: negro-não-negro e/ou branco-não-branco**: um estudo psicossocial sobre identidade. 1997. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

RIBEIRO, R. I. **Alma africana no Brasil**. São Paulo: Oduduwa, 1996.

RODRIGUES, F. Racismo cordial. In: FOLHA DE SÃO PAULO; DATA FOLHA. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995, p. 11-55.

RODRIGUES, R. N. [1932]. **Os africanos no Brasil**. 8.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.), **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 7-13.

SCHWARCZ, L. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 18, p. 77-101, 1996.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 173-244.

SOUZA, I. S. **O resgate da identidade na travessia do movimento negro**: arte, cultura e política. 1991.376 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Capítulo VIII

Processos psicossociais de constituição da
identidade da pessoa adulta em situação de rua:
da rualização à domesticação

Ricardo Mendes Mattos

Ricardo Franklin Ferreira

I Introdução

A situação de rua é um fenômeno social presente na grande maioria das metrópoles. Nos mais distintos locais da cidade estão as pessoas em situação de rua: deitadas na sarjeta, em confraternização nas praças, amontoadas nos albergues municipais, conduzindo seus carrinhos para coletar materiais recicláveis, procurando emprego e nas filas das ‘bocas de rango’ ou refeitórios populares. Suscita incômodo em alguns, perplexidade em outros e piedade da maioria. É considerada uma situação que representa um estorvo para a vizinhança, um perigo para o cidadão, um ‘problema’ para o poder público e, para o conhecimento científico, um desafio de compreensão.

Complexa e multifacetada, essa situação exige uma análise de largo escopo, visto sua constituição decorrer de fatores sociais, econômicos, políticos e psicológicos peculiares da modernidade.

Desde a década de 1970, a situação de rua tem sido alvo de pesquisas no âmbito das ciências sociais. Inicialmente, sob a designação de “mendigos”, estudos de Stoffels (1977), Neves (1983) e Di Flora (1987) procuram situar este contingente no interior dos processos de acumulação do modo de produção capitalista. Tais pesquisas centravam-se na questão do trabalho, aspecto também ressaltado na obra pioneira de Vieira, Bezerra e Rosa (1992) que formalizou o termo “população de rua”.

Ainda no interior das ciências sociais, a Antropologia traz importantes contribuições na compreensão da errância como modo de vida, a exemplo dos “nômades urbanos” estudados por Magni (1994) ou os “habitantes de rua” pesquisados por Frangella (2004). Análises do cotidiano de pessoas albergadas realizadas por Nasser (1996), assim como a importante discussão sobre as políticas sociais direcionadas à população de rua na cidade de São Paulo, elaborada por Barros (2004), complementam a contribuição da sociologia.

Poderíamos citar, ainda, alguns estudos no âmbito da medicina (HERCKERT, 1998; VARANDA, 2003) ou da economia (BURZTYN, 2000). No entanto, a área do Serviço Social tem se destacado no estudo da situação de rua. Um dos principais trabalhos dessa disciplina é o de Rosa (1999), que ressalta a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar para se estudar a população de rua. A autora enfatiza a importância da Psicologia, disciplina que, segundo ela, deveria estudar a “elaboração” psíquica da ruptura afetiva com os vínculos familiares.

A Psicologia passou a integrar o elenco de disciplinas que estudam a situação de rua, como demonstram importantes estu-

dos de Justo (2000); Nascimento (2004); uma recente pesquisa de Serrano (2004); Mattos e Ferreira (2005), em que foi apontada a multiplicidade de processos envolvidos na construção identitária da pessoa em situação de rua; um artigo de Mattos, Heloani e Ferreira (2008) que aponta a precarização do trabalho e o fenômeno da desfiliação como fatores associados à situação de rua. É no interior desses estudos psicológicos, especialmente com o intuito de contribuir para a compreensão dos elementos psicossociais presentes na vivência da situação de rua, com ênfase na categoria identidade, que o presente texto foi elaborado.

O conceito de identidade, segundo Ciampa (1977), é importante na medida em que compreende a relação entre indivíduo e sociedade, considerada a “questão original da Psicologia Social”. Neste sentido, podemos dizer que a sociedade é uma construção histórica a partir das relações entre indivíduos, ao passo que, simultaneamente, cada um desses indivíduos é constituído no interior dessa mesma sociedade.

Como pondera Ciampa, a constituição da identidade pessoal pressupõe e é antecedida por uma formação social e histórica. Visto que o homem é considerado como um processo, não como algo biologicamente determinado ou naturalmente “acabado”, há necessidade de ele tornar-se humano por meio do processo de socialização.

Segundo Berger e Luckmann (2002), o processo de socialização primária é caracterizado pelo ingresso do indivíduo na sociedade, por meio da apresentação da realidade pela família como a única realidade possível. Resgatando algumas inferências do psicólogo social Georg Mead (1863-1931), Berger e Luckmann enfatizam alguns elementos da socialização primária: o papel dos “outros significativos”, pessoas singulares e próximas que cumpram a função de apresentar o mundo à criança; a primazia do

afeto nessas primeiras relações sociais no âmbito da família; e a total dependência do indivíduo a essas relações.

Já a socialização secundária é caracterizada pelo ingresso na divisão social do trabalho que confere *status* e valorização ao indivíduo. Na socialização secundária, há a interiorização de ‘submundos’ baseados nas instituições. Nesse processo, são interiorizadas realidades parciais em contraste com o ‘mundo básico’ desenvolvido na socialização primária. Neste momento, observamos que a situação de rua enquanto condição social é envolvida por significados compartilhados que acentuam a desvalorização e o desvio. A aquisição de uma profissão e trabalho formal, no âmbito público, atrelados à constituição de uma família e fixação de domicílio, no domínio privado, constituem regras sociais que são rompidas pela pessoa em situação de rua.

Em decorrência dessa subversão, as pessoas em situação de rua são discriminadas socialmente e, elas próprias, uma vez que foram socializadas a partir desses valores, sentem-se envergonhadas e atribuem um sentido à sua situação relacionado ao fracasso pessoal. Trata-se de uma vivência angustiante e com intensa carga afetiva, pois, tal como a socialização primária, o que está em jogo é a própria sobrevivência física e simbólica.

Não obstante, o elemento que julgamos central na identidade da pessoa em situação de rua é a redução de toda sua identidade à personagem de “morador de rua”. Ou seja, sua identidade é reificada, transformada em coisa, na medida em que: “Há então uma identificação total do indivíduo com as tipificações que lhes são socialmente atribuídas. É apreendido como “*não sendo nada senão esse tipo*” (BERGER e LUCKMANN, 2002, p. 126). Nesse mesmo sentido, de acordo com Ciampa (1990), trata-se do que ele denomina de “mesmice de si imposta”, pois a pessoa tende a reproduzir sua identidade reduzida à pessoa de rua, como uma

réplica de si. Tal movimento de aparência de “não-metamorfose” é gerado por esta reposição da personagem como se o indivíduo fosse só isso e durante todo o tempo. Por fim, Ciampa descreve este processo como a negação do próprio processo de metamorfose que caracteriza a identidade humana, denominando-o como “fetichismo do personagem”.

Constituir uma identidade humana somente é possível a partir do reconhecimento do outro como humano e ser reconhecido como tal. Tais processos estão implicados no conceito de identidade enquanto metamorfose humana.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo compreender os processos de constituição da identidade de pessoas adultas em situação de rua na cidade de São Paulo. Adjacentes a este objetivo geral, alguns propósitos mais específicos nortearam nosso estudo: as relações sociais entre elas, com os demais cidadãos e com membros de instituições assistenciais; a importância e o significado do trabalho e da família no processo de ida para as ruas e saída delas.

2 Método

Tendo em vista o objetivo proposto, utilizamos como técnica de pesquisa a história de vida. De maneira geral, ela pode ser entendida como a narração de uma experiência biográfica, realizada pelo próprio autor ou protagonista, que permite compreender suas relações sociais, visão de mundo e como interpreta sua situação (BECKER, 1999).

Nas pesquisas sobre identidade, a história de vida é especialmente adequada, pois permite captar o indivíduo em seu grupo social e o grupo a partir do indivíduo (QUEIROZ, 1991); também possibilita compreender o indivíduo em sua relação dialética com

a sociedade, pois “... a história de vida permite captar de que modo indivíduos fazem a história e modelam sua sociedade, sendo também modelados por ela” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.159).

Selecionamos dois colaboradores da pesquisa, que constituem sujeitos emblemáticos da situação de rua. Os critérios utilizados na escolha estiveram centrados no sexo masculino, pois os homens representam a grande maioria da população; idade adulta (superior a 18 anos); e, por fim, serem pessoas que já não tivessem mais em situação de rua. Este último critério é fundamental na medida em que tínhamos o interesse de conhecer o processo de constituição da identidade da pessoa adulta desde o ingresso na rua até a superação desta condição social. Este estudo se diferencia dos demais sobre a população em situação de rua, pois estes geralmente analisam a criança e o adolescente em situação de risco.

É neste aspecto que reside a ênfase do trabalho realizado: além de ressaltar a vivência nas ruas, aponta para algumas formas de se sair delas. Cremos que, assim, ele poderá contribuir para a compreensão da saída das ruas e, conseqüentemente, para a elaboração de políticas sociais que possam favorecer este processo.

Cabe ressaltar que o contato com os colaboradores foi mediado por membros da Associação Rede rua, nomeadamente integrantes da Pousada da Esperança e do Núcleo de Convivência Santo Dias. As duas histórias de vida foram registradas em áudio e norteadas unicamente pelas questões “Quem é você? Qual a sua história?”. Destaca-se que todas as etapas da pesquisa, na qual este artigo se baseia, seguiram irrestritamente as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos, conforme a Resolução 196/96, em vigência na época da pesquisa, no ano de 2006, do Conselho Nacional de Saúde (2000) e ratificadas na resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia.

3 Duas histórias de vida na corda bamba entre a casa e a rua

3.1 *A saga de um musicista: a história de vida de José*

Nascido em Porto Alegre/RS no ano de 1970, José viveu sua infância sonhando em ser um musicista. Junto à sua irmã mais velha, foi criado em um município próximo à capital gaúcha por seu pai, funcionário de uma instituição financeira pública, e sua mãe dona-de-casa. De sua infância, possui dolorosas lembranças: recorda-se que seu pai agredia sua mãe constantemente, com socos e tapas, ao passo que os filhos eram agredidos de uma maneira diferente: “... *com nós era só arreio, que se usa em animal*”.

Diante desse ambiente conturbado, José ingressa em um internato adventista aos treze anos, onde aprendeu a tocar piano. Em virtude de desavenças com seu pai, abandona os estudos e inicia sua carreira de trabalhador aos quinze anos.

Pouco tempo depois vai morar sozinho, em uma propriedade da família, para fugir das agressões familiares e conquistar sua liberdade e independência. Passa por momentos difíceis, pois faz biscates diversos sem conseguir uma ocupação regular e estável para se manter. Aos dezenove anos, José perde seu pai e é internado em hospital psiquiátrico por alguns meses aludindo uma “*grande depressão*”.

Após sua alta, não consegue encontrar emprego e entra em conflito com sua mãe, que se queixava do filho desempregado como um “*gigolô de mãe*”. José diz que se constrangia com a “*vidinha medíocre*” que levava e conclui que deveria sair de sua região para poder se “*desenvolver*”, tal como o fez Chopin – uma referência para ele.

Viaja para a cidade de Marília/SP e fica hospedado por dois meses em casa de amigos. Não conseguindo emprego e se desentendendo com os colegas, decide ir para a capital.

Chegando em São Paulo, José vivencia a situação de rua. Na primeira noite, foi assaltado duas vezes e, em um assalto posterior, teve vários de seus dentes quebrados.

Pernotando na Praça Floriano Peixoto, em Santo Amaro, relata que fez bons amigos na rua, mas também conviveu com pessoas “*muito más*”. Descreve o “*medo*” que os demais cidadãos tinham dele e o quanto se sentia “*rejeitado*” e “*excluído*”.

Após alguns meses, conheceu os albergues municipais: enquanto alguns não o deixavam se hospedar com sua bagagem, pois possuía muitas partituras musicais, outros permitiam até que ele tocasse piano, como a Pousada da Esperança, onde diz ter encontrado uma “*família*”.

Destacando-se como musicista, José recebe um convite da então Secretária de Assistência Social do Município de São Paulo, Aldaísa Sposati, e se apresenta na Universidade de Santo Amaro (UNISA). Pouco tempo depois, participa de um evento no MASP (Museu de Arte de São Paulo), a convite da então prefeita Marta Suplicy.

Tendo conquistado espaço como músico, José conhece uma pessoa com a qual se casa. Saído das ruas, passa a viver com sua esposa e ganha a vida fazendo apresentações musicais e lecionando piano.

3.2 *Re-nascimento de um ser humano: a história de vida de Carlos*

No ano de 1963, na cidade de São Paulo, nasce Carlos, filho caçula de uma família operária italiana. Aos sete anos, ingressa na

escola e sonha em ser desenhista. Aos nove anos, começa a fumar, pegando os cigarros às escondidas da carteira de seu pai.

Devido a dificuldades financeiras da família, Carlos começa a trabalhar aos nove anos como ajudante geral em um mercado do bairro. Nesse local, passa a consumir bebidas alcoólicas diariamente, aproveitando a facilidade de acesso. Com doze anos, por influência de amigos da escola, experimenta maconha, droga da qual se tornaria usuário. Em virtude da impossibilidade de conciliar os horários do trabalho e da escola, Carlos abandona os estudos.

Pouco tempo depois, sua família descobre seu vício em relação à maconha e impõe a abstinência como única forma de continuar vivendo em sua companhia.

Carlos, já nessa época, reconhece: *“o vício era maior do que eu”*. Para ter liberdade de consumo, decide morar sozinho, aos quinze anos de idade. Residiu em uma oficina de conserto de geladeiras e em um centro de umbanda, onde aproveitava os rituais religiosos para manter o vício do álcool.

Aos dezoito anos, casa-se com uma meretriz que conhecera. Apresenta-se à família da moça e seus pais fornecem ao casal um barraco em uma favela da região sul da cidade. Nesta época, Carlos trabalhava na limpeza urbana e bebia diariamente. Em uma confusão por causa de drogas, é expulso da favela e tem seu barraco queimado. Sua esposa separa-se dele, mesmo estando grávida.

Fracassado em seu projeto de independência, Carlos retorna à casa paterna arrependido de seus atos e desejoso de tratar-se da drogadição. Seu pai o interna. Carlos fica um ano em recuperação, período no qual começa a se envolver com a enfermeira da clínica.

Ao sair da clínica, Carlos tem uma recaída. Retorna ao comportamento aditivo e vai morar com a enfermeira, confessando

que chegou a usar maconha na companhia de seu enteado. Com a morte súbita de sua companheira, Carlos viaja ao litoral sul de São Paulo e passa a trabalhar como vendedor ambulante. Alguns anos depois, retorna à capital e atua na construção civil, residindo em uma obra de uma grande empreiteira.

Nessa época, conhece a pessoa que se tornaria sua terceira esposa, com a qual teve dois filhos. Muda-se para a cidade natal dela, Fortaleza/CE. Nesta cidade, Carlos passa a trabalhar em diversos empregos intermitentes e informais. Porém, continua bebendo todos os dias.

Em função disso, sua esposa decide separar-se, aludindo que tinha medo de agressão. Sobre a separação Carlos afirma: “... *foi o vício da bebida, nem tanto da droga. Eu bebia demais e isso incomodava ela*”.

Sem residência fixa e respaldo familiar, Carlos vivencia a situação de rua, dormindo ora na sarjeta, ora em sua rede esticada na praia. Com o tempo, constrói um barraco de taipa e passa a trabalhar em uma oficina em troca de álcool e drogas.

Enfermo, Carlos decide parar de usar drogas, momento em que recebe uma indenização da prefeitura que iria construir uma ponte no local em que habitava. Com o dinheiro, retorna à cidade de São Paulo, habitando durante anos ruas da metrópole em diversos logradouros: embaixo de viadutos e em praças; trabalhando como catador de material reciclável e vendedor de produtos de limpeza.

Certa feita, conhece um albergue no qual fica por alguns meses. Passa a vender canetas em semáforos e, findado seu tempo de permanência no albergue, passou a residir em uma casa abandonada.

Retorna ao albergue depois de algum tempo e começa a auxiliar a instituição em serviços gerais. Por fim, é contratado pela

entidade, reside temporariamente em uma moradia provisória até que consegue alugar uma residência juntamente com um amigo.

4 Processos de constituição da identidade das pessoas adultas em situação de rua

A partir das histórias de vida concretas de Carlos e José, realizamos algumas reflexões que redundaram na elaboração de um modelo de compreensão de alguns processos psicossociais que se dão na constituição da identidade de pessoas em situação de rua. Este é composto por processos que procuram retratar a identidade da pessoa em situação de rua desde sua rualização até o retorno à vida domiciliada. No decorrer dessa trajetória, procuramos descrever a ruptura/rualização como um processo que implica na ida para a rua, suas motivações e o sentido assustador que a rua e seus personagens adquirem para o recém rualizado. Impelida a sobreviver nesse contexto, a pessoa passa a ser tomada como ‘moradora de rua’, embora negue com veemência sua inserção nesse grupo social e procura constantemente encobrir qualquer vestígio de identificação com ele: trata-se do processo de negação/encobrimento. Aos poucos, contudo, a pessoa vai se adaptando à rua, identificando-se com as histórias de seus personagens e aceitando a vida nas ruas como uma alternativa. Acomoda-se a esse novo modo de vida. Algumas dessas pessoas conseguem atravessar o processo de ruptura/domesticação, que representa o retorno à vida domiciliada, seguido de um processo de ressignificação pessoal de toda a trajetória percorrida e reconhecimento de suas implicações coletivas, que denominamos de processo de alternância/conscientização, a uma modificação mais intensa, mais crítica, como um salto qualitativo, em que foi desenvolvida maior

autonomia pessoal, decorrente da vivência de todos os processos anteriores.

É importante salientar que o termo ‘domesticação’ guarda uma ambiguidade que justifica nossa escolha. Alude ao ambiente doméstico, com a inserção da pessoa no domínio privado do lar, ao mesmo tempo em que denota uma aceção política de assujeitamento ou submissão, como o animal domesticado. Nesse sentido, pensamos que o movimento de domesticação no caso específico da pessoa em situação de rua significa tanto a sua reintegração à vida doméstica quanto a necessidade de submissão a algumas regras do mundo domiciliado que ele pode ter dispensado em sua vida na rua.

Porém, algumas ressalvas são importantes para a compreensão dessa maneira de conceber a identidade das pessoas nessa condição social.

Nietzsche apontava que “[...] todo conceito nasce por igualação do não-igual” ([1873]1987, p. 34). Assim, no estudo de qualquer condição social, a experiência identitária será tão diversificada quanto forem as pessoas envolvidas. Dessa maneira, não se pretende criar um modelo que sirva de amarra classificatória que anteceda a compreensão da história particular de cada pessoa em situação de rua.

Outra ressalva importante é a ausência de uma pretensão de linearidade no que se refere aos processos descritos a seguir. Não são processos que se sucedem necessariamente na sequência um do outro nem tampouco possuem um tempo cronológico preciso.

Por fim, é importante salientar que, com todas as divergências e concordâncias, esta pesquisa sobre a identidade é tributária de outras maneiras, antes elaboradas, de compreender a subjetividade da pessoa em situação de rua: a “formação da personalidade do mendigo-vadio”, de autoria de Stoffels (1977); o entendimento

da população de rua a partir das “situações” de *estar na rua, ficar na rua e ser da rua* (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992); e a trajetória da pessoa em situação de rua a partir da passagem por “três tipos genéricos”, os recém-deslocados, os vacilantes e os *outsiders*, tal como postulado por Snow e Anderson (1998). Embora abordem a questão, não são estudos específicos sobre identidade nem tampouco abordam a saída das ruas como um dos processos, fatos que justificam o presente trabalho.

4.1 Processo de Ruptura/Rualização

A grande maioria dos casos – excetuando-se os raros casos de indivíduos que já nasceram na rua – indica que as pessoas em situação de rua foram socializadas em ambiente doméstico, como apontam os trabalhos de Di Flora (1987), Bursztyrn (2000), Barros (2004), Gomes (2004), Mattos e Ferreira (2004a), Mattos e Ferreira (2005) e Mattos, Heloani e Ferreira (2008). Assim, possuem um modo de vida permeado pelos valores sedentários, segundo os quais a dignidade de todo indivíduo está atrelada ao exercício do trabalho com carteira assinada, à constituição de uma família e à moradia fixa.

Desse modo, o processo de *ruptura/rualização* é caracterizado pela quebra ou esfacelamento desses suportes identitários, que sinaliza a ruptura de um modo de vida sedentário para um modo de vida na rua.

Como as histórias de vida registradas mostram, este processo não se dá de forma repentina, abrupta, mas se constrói gradualmente no decorrer da biografia pessoal e está relacionado a rupturas no âmbito da família e do trabalho, enquanto instituições importantes para a sobrevivência material e simbólica. Há que se considerar também que a ida para a rua normalmente é precedida

de períodos de transição em que a pessoa sai de sua casa e passa a residir em pensões, moradias no emprego e na casa de amigos ou de familiares – a exemplo da trajetória de José.

Logo, a análise do processo de ruptura/rualização deve percorrer toda a história de vida individual e compreender os fatores desencadeadores da rualização. Adentramos no que denominamos “motivos de rualização”.

Consideramos que a situação de rua é caracterizada pela ausência de residência fixa que, conforme as opiniões de Domingues Junior (1998), ocorre a partir de vulnerabilidades nos vínculos com a família e no trabalho regular. Apesar de os motivos de rualização serem os mais diversos, geralmente estão relacionados a estas vulnerabilidades.

Há, no entanto, algumas situações mais comuns, tais como: desinstitucionalização, como se dá com os egressos do sistema penitenciário, manicomial ou como a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor); vulnerabilidade familiar, que envolve desde desentendimentos com os familiares até a morte dos pais; vulnerabilidade ocupacional, materializada no desemprego de longa duração ou realização de atividades irregulares com rendimentos instáveis; questões de saúde mental, principalmente o alcoolismo e drogadição; distanciamento da família em virtude de migração; impossibilidade de alugar um imóvel em virtude dos poucos recursos recebidos, principalmente no caso dos idosos aposentados e deficientes físicos.

O caso de Carlos ilustra a trajetória de rualização que tem no alcoolismo um dos principais motivos. Pode-se dizer que, nesse caso, a ruptura com a família e com o trabalho desenvolveu-se em virtude do consumo de álcool que, como vimos, está atrelado à constituição de uma identidade pessoal desde a infância.

Já a trajetória de José foi marcada principalmente por vulnerabilidades no âmbito da família, que, na sua ótica, o fizeram “sair para o mundo” precocemente e, após a moradia episódica na casa de colegas, vivenciar a situação de rua.

Há trabalhos que apontam gerações de rua, em que crianças e adolescentes não compartilham de referências domésticas como relataram os participantes deste trabalho, indicando certa perspectiva libertária, como sugere a dissertação de Santos (2006), ressaltando que apesar das condições precárias de existência de adolescentes em situação de rua em Salvador, há um sentido de adaptação positiva, constituindo-se as vivências nas ruas como processos de resiliência. Entretanto, seja qual for a trajetória, a situação de rua geralmente surge como algo ameaçador. Comumente socializada em ambiente doméstico, a pessoa utiliza-se desse referencial para julgar sua condição social, normalmente reproduzindo as representações sociais da pessoa em situação de rua como “suja”, “louca”, “coitada” e “vagabunda” (MATTOS e FERREIRA, 2004a).

A partir dos valores de casa, o sentido atribuído à situação de rua passa a ser de degeneração e fracasso pessoal. O indivíduo passa a se condenar, sentir-se caído, inútil, desprezível. Os valores interiorizados da realidade sedentária surgem como única forma legítima de se viver, fazendo-o martelar o veredicto de um julgamento no qual é o próprio acusador e réu, algoz e vítima.

Nestas condições, a pessoa recém rualizada pensa em todas as estratégias possíveis para não ficar nessa condição: desculpas aos familiares; favores a amigos; empréstimos; busca retornar ao local de origem, no caso dos migrantes. Caso não obtenha êxito e permaneça em situação de rua, a pessoa pode iniciar um novo processo psicossocial, o processo de *negação/encobrimento*.

4.2 Processo de Negação/Encobrimento

Sem condições de sair imediatamente da situação de rua, a pessoa vivencia o seguinte dilema: desejo de afastar-se das pessoas, instituições e códigos que permeiam a vida nas ruas, ao mesmo tempo em que é obrigada a fazê-lo para suprir suas carências básicas de sobrevivência (dormir, comer, banhar-se).

Ao aproximar-se das demais pessoas em situação de rua ou usufruir alguns serviços reservados a este contingente, o indivíduo nega sua condição social, frequentemente afirmando que sairá da rua em breve. Trata-se da negação de que é de rua, bem como a irritação de ser comparado com “moradores de rua” ou “mendigos”, pois, embora este seja concretamente seu grupo de pertença, não é seu grupo de referência em termos simbólicos.

Em outras palavras, a pessoa vivencia a situação de rua, mas o sentido que atribui a essa situação baseia-se nos valores domiciliados; vive um presente angustiante, refugiando-se no passado para torná-lo menos sofrido. Dessa forma, é comum a pessoa dizer que não está em situação de rua, mas é desempregada (ou seja, ex-empregada).

Tudo o que ela de fato é se refere ao que foi: ex-empregado; ex-domiciliado; ex-integrante de família. À dinâmica do “ex” soma-se a convicção de que voltará a ser tudo isso no futuro. O presente é negado, ao passo que o passado é projetado no futuro. Como bem destacou Nasser (1996), são referências presentes apenas por sua ausência.

Duas facetas devem ser destacadas nesse processo: a negação e o encobrimento. A primeira relaciona-se com a internalização da personagem de pessoa em situação de rua no âmbito da identidade pessoal. Conforme analisa Ciampa (1990), a constituição da identidade como uma multiplicidade de personagens ocor-

re a partir da pressuposição de uma personagem materializada nas relações sociais da pessoa em questão. Junto a outras pessoas em situação de rua, em albergues ou refeitórios, a pessoa passa a ser identificada como em situação de rua (pressuposição). No entanto, considerando que se trata de uma personagem marcada com o estigma, o processo de adoção da posição não constitui uma simples interiorização, mas atravessa uma transformação no conteúdo objetivamente atribuído: a pessoa nega peremptoriamente ser uma “pessoa em situação de rua”.

Está evidente que esta negação advém do estigma e que, mesmo negando, o indivíduo constitui a personagem de pessoa em situação de rua, pois é o significado socialmente compartilhado que define o real em cada uma das pessoas. De acordo com Goffman (1980), não obstante, o estigma é um produto das relações sociais que pode se manifestar visivelmente, sendo a pessoa imediatamente “desacreditada”, ou de maneira não visível, sendo a pessoa considerada “desacreditável”. Logo, diversas estratégias são elaboradas para o indivíduo sustentar objetivamente a negação da identidade de pessoa em situação de rua. A estas estratégias, chamamos “encobrimento” (GOFFMAN, 1980).

Assim, tal como o “recém-deslocado” na denominação de Snow e Anderson (1998), a pessoa traça seu projeto de saída das ruas e luta diariamente para consegui-lo, via de regra por meio da busca de trabalho regular. Similar ao processo de *ficar na rua* (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992), são essas as pessoas que mais procuram serviços de assistência para manter os padrões de vida da população sedentária: alimentar-se regularmente; banhar-se; e utilizar roupas sempre bem limpas ou lavá-las nos centros de convivência.

Tentam a todo custo diferenciar-se das pessoas em situação de rua e procuram sempre se relacionar com pessoas domi-

ciliadas. Procuram emprego e omitem que estão na rua ou em albergues. Quando mantêm contato com a família, normalmente dizem que está tudo bem, com vergonha de que a família saiba de seu fracasso.

Porém, em situação de rua, fica bastante difícil conseguir trabalho formal e/ou mantê-lo; aos poucos, a pessoa vai aprendendo a realizar atividades típicas da situação de rua, como a catação de materiais recicláveis. Passa a se relacionar com pessoas em situação de rua e percebe que não são assustadoras, chegando a identificar sua história pessoal com as trajetórias de muitas delas. Nessas novas relações, vai aprendendo os códigos, a linguagem, um modo de vida distinto da vida sedentária.

Vai se aproximando daquele universo e as pessoas, as situações e a vida na rua deixam de ser estranhas. Vai gradativamente adotando novos valores e re-significando a vida nas ruas como algo não tão ruim como pensava. Na medida em que se acumulam tentativas frustradas de arrumar emprego fixo, e tendo algumas necessidades satisfeitas, o ímpeto na busca de trabalho vai perdendo a intensidade.

Podem não perceber de imediato, mas seus pensamentos no passado e seus projetos para o futuro vão se dissipando e sendo absorvidos pelas ocupações e atividades do presente. A situação de rua já lhe é familiar, já está adaptado a ela.

Assim, não conseguindo a saída das ruas, a pessoa vai gradualmente adentrando no processo de *aceitação/acomodação*.

4.3 Processo de Aceitação/Acomodação

“Depois de certo ponto, a vida sem teto vira parte de você. O mundo fica diferente, não tem volta”.

(Kevin Barbieux, 41 anos, 20 dos quais vivendo nas ruas norte-americanas).

Vimos que no *processo de negação/encobrimento* a identidade da pessoa em situação de rua caracteriza-se pela interiorização da personagem de rualizado, porém por meio da negação. Esta negação possui respaldo simbólico nos valores domiciliados do passado que são projetados no futuro. Gradualmente, no entanto, esta negação vai se atenuando de maneira simultânea à imersão simbólica no mundo da rua. Esse processo de atenuação redonda na aceitação da identidade de rualizado.

Os valores do passado passam a ser questionados como única forma legítima de se viver; o projeto de sair das ruas vai ficando fantasioso e sem o respaldo de atitudes concretas para conquistá-lo. Paulatinamente, o retorno ao passado e os planos para o futuro são substituídos pela necessidade imediata de sobrevivência no presente.

A pessoa adquire novos hábitos, nova linguagem, nova vestimenta. Valores triviais como alimentar-se com talheres, usar roupas limpas, banhar-se todos os dias podem perder a significância. Paradoxalmente, sente-se em casa na rua: vivencia a rua com os valores da rua, e encontra ali familiaridade. Acostuma-se às relações superficiais entre interlocutores anônimos, características da rua. Passa a achar comum conhecer superficialmente pessoas que possivelmente não vai tornar a ver. Aprende a conviver sempre desconfiando das pessoas, e acha absolutamente normal não ser mais chamado pelo nome e não chamar os outros pelos

seus. O anonimato e a impessoalidade são interiorizados como forma de sobrevivência. O apelido de rua passa a ser considerado importante, os olhares dos transeuntes já não os incomodam, a situação de rua passa a ser indiferente. Até mesmo a comunicação com os familiares vai rareando.

Aquelas relações institucionais que garantiam a sobrevivência, passam agora a garantir a dependência. O indivíduo se acostuma a se alimentar ou dormir à custa dos esforços alheios. Estabelecem um roteiro diário baseado nos locais, horários e serviços oferecidos pelas instituições.

A pessoa, então, passa a viver a imediatez, a ditadura do presente; perde contato com horários rígidos, controles sociais; distancia-se dos hábitos de higiene dominantes; vai se aproximando daquela imagem tradicional de mendigo, que era tão discriminada no início do processo. Percebe que todos os seus esforços não conseguiram mudar sua vida e acaba por deixar-se levar pelas contingências externas. Resigna-se, acostuma-se.

No que se refere aos processos identitários, destacamos o conceito de “fetichismo da personagem”, cunhado por Ciampa (1990). Vimos anteriormente que toda identidade é inicialmente pressuposta nas relações sociais concretas e, depois, subjetivamente apropriada pelo indivíduo que adota uma posição. No entanto, quando esta personagem passa a dominar a identidade pessoal, pois o indivíduo passa a sempre ser identificado somente por sua situação de rua, obscurecendo todas as outras personagens de sua identidade, ocorre o que chamamos de fetichismo da personagem. Tal fetichismo escamoteia o processo de metamorfose da identidade, na medida em que o indivíduo fica aprisionado a esta “réplica de si”, “invariância biográfica”, sem poder desenvolver novas personagens.

Obviamente que todo esse processo é respaldado nas relações sociais concretas, a partir do que Ciampa (1990) denomina ‘mesmice de si imposta’: a pessoa somente é identificada como pessoa em situação de rua e, mesmo que deseje subjetivamente, não consegue objetivar uma nova personagem. O perverso do processo é que o ator que não consegue criar novas personagens, metamorfosear sua identidade para além do fetichismo, acaba preso nesse círculo vicioso de mesmice.

Para Ciampa (1990), nestas circunstâncias, o autor caminha para a ‘morte simbólica’. Três processos podem advir como tentativa de elaboração desses constrangimentos: o severo alcoolismo, como maneira de não sentir a realidade, evadir-se, anestesiar-se; a loucura, como criação de outra realidade onde possa ser sujeito de sua vida, mas numa realidade fantasiosa, não compartilhada; ou o suicídio, como concretização material da morte simbólica, pois, se não se pode ser autor de sua vida, que pelo menos o seja de sua morte.

Carlos nos oferece importante depoimento que representa bem o processo de aceitação/acomodação. Ao discorrer sobre sua vida nas ruas, faz analogia do morador de rua com uma “peça” que apresenta um defeito, mas não recebe ajuda para se consertar:

Chega um determinado momento que esta peça não tem mais vontade própria, nem sequer ela lembra que teve um passado. Ela começa a viver na verdade aquele submundo que ela está vivendo e esquece que existe outro mundo. Ela começa a ver as pessoas que vivem nesse outro mundo como se fossem “Ets”, como se fossem pessoas superiores a ela ao máximo [...] a rua é uma das fases mais cruéis que podem existir no ser humano. Eu acho que, depois da guerra, a crueldade maior é ser um morador de rua. É uma guerra contra o silêncio, contra o descaso, contra uma coisa que muitos passam e nem olham, nem tomam conhecimento de

quem está deitado ali, quem não está. (Carlos, morador de rua).

Há muitas pessoas em situação de rua que permanecem anos a fio nesse processo, tal como moribundos: em andrajos, mal-cheirosos, incomunicáveis, autistas. Outra possibilidade é a saída das ruas, ao vivenciar o *processo de ruptura/domesticação*.

4.4 Processo de Ruptura/Domesticação

O processo de *ruptura/domesticação* talvez seja o que mais apresente variações entre pessoas em situação de rua, porém mantém sua estrutura básica: retorno ao universo doméstico concomitante ao rompimento, mais ou menos intenso, com o modo de vida nas ruas.

Na experiência de Carlos, a aquisição de um trabalho com carteira assinada e estabilidade financeira foi determinante para a saída das ruas. Já o caso de José aponta para a centralidade da constituição de uma família de procriação como elemento principal, pois foi a partir do casamento que saiu das ruas.

O que há de importante nos processos de saída das ruas de Carlos e José é o encontro de um ambiente humano. Como Ciampa (1990) o entende, refere-se a relações sociais que a pessoa em situação de rua é vista como semelhante, é reconhecida como pessoa humana, para além do estigma e da coisificação. Assim, embora o albergue seja uma instituição disciplinar rígida, que muitas vezes favorece a passividade, a estigmatização e a despersonalização – como avaliam Nasser (1996) e Di Flora (1987) –, a existência de relações humanas acaba materializando a possibilidade de constituição de uma identidade humana.

Dessa maneira, assim como discutimos os “motivos de rua-lização”, poderíamos falar em “motivos de domesticação”, ou seja, as razões que levam o indivíduo a fixar residência e sair da situação de rua. Via de regra, a conquista de um trabalho regular com remuneração estável, ou mais raramente o retorno à família de origem ou de procriação, é o caminho da domesticação.

A luta por trabalho e moradia surge como mote dos movimentos sociais que batalham pelos direitos sociais da população de rua. Nesse contexto, cabe ressaltar a importância das experiências em cooperativas de trabalho retratada por diversos pesquisadores (DOMINGUES JUNIOR, 1998; HAYASHIDA, 2003; JUNCÁ, 2004; MATTOS; FERREIRA, 2004b) e o ingresso no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (como analisado por COSTA; MAGALHÃES, 2002; SHIMABUKURO, 2003; BARROS, 2004; GOMES, 2004), pois, além de possibilidades de trabalho para o sustento, as pessoas conquistam o pertencimento a uma comunidade e a participação em movimentos sociais de cunho político em favor da população de rua.

A contundência da ruptura varia de acordo com o grau de identificação com o mundo da rua. Em casos extremos, a situação doméstica é vivenciada com os valores da rua. No caso de pessoas que passaram pelos processos de *ruptura/realização* e de *negação/encobrimento* e conseguem sair das ruas, a domesticação se dá de forma pouco sofrida e muito desejada. É provável que a pessoa vivencie o *processo de ruptura/domesticação* com sensação de alívio, embora a situação de rua deixe suas marcas: provavelmente se esforçará para nunca mais se subjugar à condição tão constrangedora; valorizará em demasia a situação domiciliada; e, provavelmente, permanecerá na estratégia de negação e encobrimento, omitindo de seu círculo atual de relacionamentos que um dia esteve em situação de rua.

Para a pessoa que atravessou o *processo de aceitação/acomodação*, a ruptura para a volta a casa é tão dolorosa e intensa como a ida para as ruas. Hábitos da rua são incorporados à vida doméstica e torna-se muito difícil se adaptar a este modo de vida: dificuldade de chamar os outros pelo nome, de confiar nas pessoas ou travar relações afetivas amistosas, dada a impessoalidade, superficialidade e anonimato que caracterizam as relações na rua; dificuldade em basear a vida em horários rígidos e compromissos agendados no calendário; dificuldade em fazer planos para um futuro mais distante, visto que possui impregnada a imediatividade.

Assim, há a necessidade da pessoa se desvencilhar dos hábitos da rua, em um processo que denominamos *alternação/conscientização*.

4.5 Processo de Alternação/Conscientização

Tal como quando foi gradualmente se apropriando dos valores da rua no processo de *aceitação/acomodação*, a pessoa agora sofre pressões para abandonar resquícios daquele modo de vida, de sorte a promover uma alternção em sua identidade.

É convocada a estabelecer relações de confiança, cumprir regras e horários; enfim, viver de maneira normatizada pelos códigos sociais do mundo doméstico – não à toa há uma conotação política subjacente ao termo “domesticado”.

Sabendo que a metamorfose é o modo de ser da identidade, propor o termo alternção para falar em modificação chega a ser um pleonismo. Deve ser esclarecido que, quando falamos em alternção, referimo-nos a uma modificação mais intensa, uma mudança de qualidade, como um salto qualitativo, subjacente a todos os processos aqui elaborados, conforme a concepção de Berger e Luckmann (2002).

É bastante comum, pelos menos nas histórias de vida e em algumas outras relações com pessoas que já foram de rua, como um dos autores deste trabalho relata em sua vivência no Centro Franciscano de Reinserção Social, em São Paulo, haver uma reflexão e ressignificação do período de vida passado em situação de rua. Seria verossímil apontar que talvez a narração da história de vida para nosso trabalho tenha favorecido este processo, porém muitos dos militantes do povo da rua que já não estão mais em tal situação relatam vivência similar de reflexão. O fato é que se trata de uma releitura da vivência na rua desencadeada a partir dos valores da casa na trajetória de José e Carlos: enorme respeito pela população em situação de rua; e compreensão do escopo social e histórico da situação de rua como fenômeno que envolve uma série de contingências do contexto e não predominantemente decorrentes de vicissitudes pessoais.

Em decorrência, é comum, entre membros das cooperativas e do MST, surgir severas críticas ao modelo de desenvolvimento econômico, principalmente ao desemprego estrutural; à atuação das políticas públicas favorecedoras da dependência e não contribuintes da autonomia; assim como a luta contra a estigmatização e a favor dos direitos sociais desta população como de qualquer outro cidadão.

Esta inserção em movimentos sociais revela uma distinção importante. Ao invés de conceber a situação de rua como decorrente de somente uma vicissitude pessoal, passa a analisar os processos sociais implicados na questão. Ao invés de analisar a situação de rua como descontinuidade no âmbito de sua história de vida, a pessoa passa a avaliar sua contextualização no interior de uma história coletiva. Em suma, desvencilha-se da atitude passiva e dependente rumo à adoção participativa da visão de si como um sujeito histórico e transformador da realidade social.

Tal metamorfose humana pode sinalizar a trajetória desta população como categoria social contribuinte para a efetivação de processos coletivos de emancipação, que não se restringem aos direitos específicos da pessoa em situação de rua, mas aos direitos sociais de todos os cidadãos.

5 Considerações Finais

A situação de rua pode representar uma intensificação e escancaramento das contradições contemporâneas presentes na vida de todos nós. Em última análise, a pessoa em situação de rua representa um modo de subjetivação emblemático da modernidade líquida, o que foi bem analisado por Bauman (1998, 2001), ao discutir o mundo contemporâneo. Isso a começar pelo próprio processo de ida para as ruas. A construção social da vida doméstica, típica da modernidade sólida, era calcada pela primazia da estabilidade, solidez, fixação, uniformidade e segurança. As relações entre as pessoas e destas com as instituições sociais (como a família, o trabalho e o Estado) estavam permeadas pela confiança, durabilidade e rigidez das normas de conduta sobre as quais se podia sedimentar a vida pessoal.

Neste contexto, o trabalho assalariado moderno oferecia a possibilidade de fincar raízes em um emprego duradouro, a partir do qual se podia planejar e concretizar uma carreira com segurança dentro de uma mesma empresa. As regras para que isso ocorresse eram explícitas e seguras, bastando a elas se adaptar. A regulação do trabalho a partir da formalidade, respeitando os direitos trabalhistas, assim como a estabilidade dos rendimentos financeiros, completavam essa sensação de proteção oriunda do trabalho.

A instituição do trabalho assim configurada se liquidificou. A valorização da fixação duradoura em uma carreira dentro de uma mesma organização cai por terra, pois essa “acomodação” é mal vista em uma sociedade que valoriza a ininterrupta mobilidade por várias empresas. Exige-se uma pessoa “dinâmica”, “pró-ativa” que tenha “iniciativa” e “participação”, não mais aquele empregado que recebe e executa passivamente as ordens. Essa “flexibilidade” também atinge os contratos de trabalho, agora extremamente precários e informais. Enfim, com a precarização do trabalho assalariado formal se esvai aquela confiança e segurança oferecida pela instituição do trabalho moderno-sólido.

A instituição da família passa por processo similar. A família burguesa moderna, composta por pais e filhos que coabitavam uma mesma residência fechada em si como reduto da intimidade, com relações de autoridade estabelecidas de acordo com o gênero e a idade, com o futuro prescrito com a formalização legal e religiosa de um casamento até que a morte os separe, liquidificou-se. Em seu lugar surge uma miríade de relacionamentos efêmeros e informais, para os quais a coabitação, a autoridade do homem provedor, o futuro seguro por relações duradouras não constituem mais uma regra incondicional.

O Estado moderno, centralizador da ordem e progresso, responsável pela proteção e segurança coletivas, se desmancha no ar. Sua tarefa de prover os direitos sociais de todos os cidadãos e regular a totalidade da vida em termos sociais, políticos e econômicos, acaba por ser desregulamentada e privatizada. Sua concentração de poder e primazia no domínio do bem comum dá espaço à fragmentação de reivindicações dispersas em diversas instituições e organizações de um setor público não-estatal. Sua soberania calcada no território é estrangida pelo poder do

capital globalizado desterritorializado. A regulação estatal da economia dá lugar à primazia do mercado.

Em suma, observamos que a sociedade moderna, em sua fase sólida e domesticada, possuía como imperativo a fixação, o bem comum, a confiança na durabilidade dos processos sociais e em sua transformação no futuro, a submissão individual a instituições sociais que ofereciam modelos únicos, rígidos e uniformizadores da conduta. A contrapartida dessa submissão era a segurança existencial: tinha-se a certeza do que pensar e como agir; tinha-se confiança na durabilidade dos sustentáculos da vida, o que permitia lançar-se para um futuro racionalmente planejado; sentia-se protegido das vicissitudes da vida em virtude da confiança nas redes de segurança social, principalmente o trabalho, a família e o Estado.

Ora, o processo de rualização, que na vida individual se configura de diferentes formas a partir do esfacelamento das bases da vida domesticada e precipitação para a situação de rua, na vida social contemporânea tem como equivalente a liquidificação da sociedade moderna. Trata-se de um processo mais geral de nomadismo, que simboliza a criação de um novo modo de vida mais dinâmico, itinerante, sem regras rígidas e duradouras, sem modelos universalizantes a se seguir.

Essa passagem da sociedade moderna sólida e domesticada para a modernidade líquido-nômade se dá a partir da sensação de uma precarização da vivência pessoal. As pessoas passam a viver em intensa angústia, em uma vida crivada de incertezas, inseguranças e falta de garantias.

É assim que o segundo processo inerente à situação de rua, a vivência concreta dessa situação escancara diversas contradições do mundo contemporâneo. Vimos, sumariamente, algumas delas: espacialmente, vive-se precariamente em “não-lugares”, locais

onde se está sempre de passagem, sempre desterritorializado, rumo incerto para lugar nenhum; temporalmente, se vive em um presente perpétuo, cuja imediatividade representa uma amnésia histórica desconectada aparentemente do passado que a constituiu e do futuro que a sucede; no interior das relações humanas, vê-se a intensa descartabilidade, desumanidade e indiferença; enfim, vive-se em desamparo, situação que representa o total descontrole sobre a determinação da própria vida, posto que a mesma encontra-se sobre o domínio de forças extrínsecas que nos manipulam e que não conseguimos nem ao menos conhecê-las com nitidez.

Aí está o que consideramos a grande contradição da sociedade atual. Com a domesticação da vida, gozávamos de segurança existencial resguardada a partir da abdicação de nossa liberdade individual. Com o nomadismo da líquida sociedade moderna, gozamos de liberdade individual como nunca antes, entretanto permeada por uma também inédita insegurança. Ora, trata-se de uma liberdade compulsória de fazer escolhas e responsabilizar-se por elas, porém sem qualquer autodeterminação negociada coletivamente. De maneira mais explícita, vimos que se trata da liberdade de um ser não livre, uma liberdade que acorrenta, pois não tem como pressuposto o mínimo controle das situações de vida.

Se antes estávamos presos aos grilhões da segurança forçada, atualmente estamos acorrentados da “liberdade” compulsória. Como lidar com essa contradição?

Se entendemos que a situação de rua escancara essa contradição, da domesticação opressora e do nomadismo forçado, nela pode se expressar um movimento de superação entre esses dois polos antagônicos.

Aqui, a saída das ruas como terceiro processo ligado à situação de rua reveste-se de enorme importância para se conhecer os destinos do ser humano atual. Isto porque pode representar

uma maneira mais geral de construir ininterruptamente uma vida crivada na liberdade, que pressupõe a autodeterminação na constituição do cotidiano, ao mesmo tempo em que fornece possibilidades de fincar raízes com maior segurança. O “enraizamento dinâmico” e “reintegração” após o exílio auxiliam na compreensão dessa superação: as pessoas constroem com liberdade seus modos de vida, conseguindo fazer com que essa construção não seja tão solidificada ao ponto de representar uma amarra que imobiliza e reproduz a mesmice de si mesmo. Se a líquida sociedade moderna derreteu os sólidos que nos ofereciam segurança existencial, a saída das ruas pode representar um rio: permite a fluidez dos modos de ser e das instituições sociais, porém dentro de alguns limites que promovam segurança.

Este rio possui seus afluentes. Observamos que as pessoas em situação de rua que conquistaram a saída das ruas construíram, em um processo de autonomia, novas formas de viver o cotidiano e se relacionar com as instituições que sustentam a vida social.

Não devemos, porém, conceber essa nova forma de vida criada com a saída das ruas como próxima da harmonia e perfeição, ou livre de contradições. Vimos o quanto ela está crivada de paradoxos, ora representados por obstáculos à liberdade individual, ora por fragilizações no oferecimento de segurança existencial. De qualquer maneira, o processo de emancipação inaugurado com a saída das ruas, para ser considerado processo, deve sempre estar permeado por contradições, desafios, reflexões e reformulações.

No final deste trabalho, passamos a nos questionar se, ao discutirmos sobre as pessoas em situação de rua, não estávamos falando de nós mesmos? No mundo líquido em que vive-

mos, tal situação emblemática não seria um risco concreto que ameaça a todos?

Esperamos que, de maneira similar, nosso texto possa contribuir para esse processo de emancipação, não somente das pessoas em situação de rua, mas para todos os cidadãos da sociedade contemporânea que construíram um cotidiano tão paradoxal: ora com uma liberdade compulsória com pouca segurança, ora com uma segurança que priva a liberdade. Lutemos para que esse processo de emancipação possa ser sempre criticado, refletido e recriado no enleio das contradições que nunca cessarão.

Referências

BARROS, J. S. **Moradores de rua – pobreza e trabalho**: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BURSZTYN, M. (Org.) **No meio da rua**: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CIAMPA, A. C. **A identidade social e suas relações com a ideologia**. 1977. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

_____. **A estória do Severino e a história da Severina:** um ensaio de Psicologia Social. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.** Resolução n. 196/1996, de 12 de julho de 1996. *Lex:* Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Normas para pesquisa envolvendo seres humanos: (Res. CNS 1996/96 e outras). Brasília: Ministério da Saúde, 2000. p. 22-70. (Série Cadernos Técnicos).

COSTA, A. P.; MAGALHÃES, P. S. **Com a palavra, a imagem:** moradores em situação de rua e o movimento dos sem terra. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2002.

DI FLORA, M. C. **Mendigos:** por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

DOMINGUES JUNIOR, P. L. **População de rua, cooperativa e construção de uma “cidadania”** (um estudo de caso sobre a COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda.). 1998. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes:** uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOMES, J. A. **Itinerários de sentidos na marcha para uma comuna da terra:** pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo em busca de sua participação social. 2004. Mestrado (Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

HAYASHIDA, E. **A economia solidária como alternativa à situação de rua.** 2003. Iniciação Científica (Curso de Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

HECKERT, U. **Psiquiatria e população de rua:** epidemiologia, aspectos clínicos e propostas terapêuticas. 1998. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

JUNCÁ, D. C. M.. **Mais que sobras e sobranes**: vida e trabalho no lixo. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2004.

JUSTO, J. S. Saúde mental em trânsito: loucura e a condição de itinerância na sociedade contemporânea. In: BOARINI, M. L. (Org.) **Desafios na atenção à saúde mental**. Maringá: Eduem, 2000, p. 09-29.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MAGNI, C. T. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MATTOS, R. M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R. F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. **Mental**, Barbacena, v. 6, n. 10, p. 103-122, 2008.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 16, p. 44-68, jan./jun. 2004a.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, I. B. Da negação do humano no sistema capitalista à negação humana do sistema capitalista: a reciclagem do lixo, da natureza e da sociedade pelo homem. **Revés do Avesso**, São Paulo, v. 13, n. 08, p. 17-24, ago. 2004b.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 23-32, 2005.

NASCIMENTO, E. C. **Errâncias e errantes**: um estudo sobre a mobilidade do sujeito e o uso de bebidas alcoólicas na contemporaneidade. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

NASSER, A. C. A. **Sair para o mundo**: trabalho, família e lazer: relação e representação na vida dos excluídos. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NEVES, D. P. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 4, p. 28-36, 1983.

NIETZSCHE, F. W. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. [1873]. In: _____. **Obras incompletas**. 4.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987. p. 29-38 (Coleção Os Pensadores).

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua, destino de muitos**. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANTOS, L. L. **Habitar a rua**: compreendendo os processos de risco e resiliência. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SERRANO, C. E. G. **Eu mendigo**: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2004.

SHIMABUKURO, P. **A cooperação como alternativa à situação de rua**: análise da experiência do MST. 2003. Iniciação Científica (Curso de Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

STOFFELS, M-G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARANDA, W. **Do Direito a vida à vida como direito**. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Materno-Infantil, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2003.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

Capítulo IX

Garimpando talentos no futebol:
uma prática de inclusão ou exclusão social?

Cristianne Almeida de Carvalho

Daniele Mariano Seda

Adriana Amaral do Espírito Santo

I Introdução

Desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, e principalmente após a independência do Brasil, em 1822, existia, no cenário brasileiro, um projeto político e intelectual cujo intuito era elevar o país a uma condição mais desenvolvida – civilizada.

Para alcançar tais objetivos, foi necessária uma verdadeira transformação social na qual a presença dos movimentos higienista e da Escola Nova¹ foram fundamentais para a construção

¹ O Higienismo é considerado um movimento oriundo da Europa e fruto da industrialização francesa, inglesa e alemã, que objetivava soluções científicas para problemas sociais. No Brasil chega na virada do século XIX para o

de um novo cidadão brasileiro, afinal esse novo cidadão precisaria ter hábitos saudáveis e higiênicos, além de uma educação integral, em que estariam incluídos os aspectos intelectual, moral, social e físico (CARVALHO, 2012).

No final do século XIX, a presença de muitos imigrantes europeus nas principais capitais como Rio de Janeiro e São Paulo também impulsionou mudanças sociais diversas na sociedade brasileira, como a estimulação e criação de novos hábitos de prática de atividades físicas, de lazer e de esportes, que passaram a ser símbolos de *status* e poder na sociedade brasileira (GUEDES, 2006).

Além do progresso, noções como civilização, a distinção entre público e privado, a valorização exacerbada da técnica e das máquinas trouxeram consigo mudanças agudas na noção de tempo e espaço nas sociedades ocidentais (EWALD, 2001). Foi o momento de valorização da velocidade dos acontecimentos, do conforto e das facilidades. O mundo passa a viver em função dos ideais modernos e o Brasil, não imune a esses efeitos, lutou para inserir-se cada vez mais nessa Modernidade, nem sempre de forma exitosa.

Outra resultante desse processo de modernização pelo qual o país vem passando desde seu “descobrimento” foi a produção de “subcidadãos”, que ganhou proporções maiores a partir do início do século XIX. Assim, categorias como índios e negros foram tendo cada vez menos possibilidades de se tornarem mão-de-obra

XX, articulado pelo saber médico com endosso do Estado, tornando-se um meio para a formação de uma identidade nacional (GÓIS JUNIOR; LOVI-SOLO, 2005); Escola Nova, também conhecido por “Educação Nova” foi um movimento iniciado no final do século XIX, na Europa, em contraposição à pedagogia clássica humanista. Assim como o Higienismo também mobilizou a elite intelectual e política desse período na luta contra o analfabetismo, um “mal social”.

qualificada, de ascenderem socialmente, de serem reconhecidos pelo Estado. Alvos de estigmas sociais, tais categorias foram relegadas à margem da sociedade, excluídas, como uma tentativa de eliminar os problemas estruturais do país, esquecendo-se de seu passado escravocrata, latifundiário, subdesenvolvido, que, por muitas vezes, só favoreceu seletas minorias.

No final da década de 1940, o cenário mundial ainda se recuperava dos efeitos da Segunda Guerra que, dentre outras consequências, dividiu o mundo em dois blocos político-militares liderados pelas superpotências da época, Estados Unidos e União Soviética. Enquanto isso, o Brasil ensaiava construir um regime democrático sustentado por uma política desenvolvimentista que geraria um novo estilo de vida aos brasileiros, difundido pelos meios de comunicação ainda em expansão no país, em especial a televisão, que aportava no território nacional nos anos 1950 (KORNIS, 2011).

Segundo Souza (2006), o crescimento econômico que acompanha essa modernização não garante melhoria na qualidade de vida da população, haja vista que no período em que o Brasil apresentou o maior desenvolvimento econômico de sua história, entre 1930 e 1980, as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania não foram consequentemente alteradas. Na busca do crescimento, quem não auxilia é visto como entrave, isto é, quem não é reconhecido objetivamente como produtor útil é percebido como inadaptado e condicionado a um não reconhecimento na esfera privada e existencial.

Apesar de tais problemas a primeira metade desse século mostrou-se frutífera no que tange ao esporte brasileiro. Desde o início do século XX várias modalidades já eram praticadas, mas foi o futebol que ganhou o clamor das massas. Na década de 1930, o país já presenciava a profissionalização do futebol no Brasil,

com a realização dos primeiros campeonatos mundiais organizados pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA).

Para Silva (2006), diferente de outros esportes, como o remo ou corrida de cavalo, não havia impedimento em torcer e praticar o futebol, pois suas condições estruturais permitiam que fosse jogado indiscriminadamente em campos de várzeas, nas escolas ou nas ruas. Com essa massificação o futebol brasileiro ocupou não apenas campos e várzeas populares, mas os debates intelectuais sobre o povo brasileiro.

Do ponto de vista sociológico, os esportes são elementos fundamentais na criação de identidades nacionais. Para Guedes (2009), a identidade nacional se concretiza e se renova com o futebol, com as Copas do Mundo, com os eventos esportivos de grande porte, em que a cada quatro anos “[...] o sentimento de pertencimento comum é vigorosamente praticado, reinventado, renovado, recriado.” (GUEDES 2009, p. 462).

O futebol, portanto, pode ser utilizado para analisar questões socioculturais presentes em nossa sociedade, além de ser um indício do funcionamento desta como afirma Maurício Murad (apud SANTOS, 2002, p. 42): “enquanto esporte-rei, é uma das mais convincentes sínteses sociológicas do conjunto de relações dominantes na história da nossa formação” ou como destaca o jornalista Carlos Heitor Cony (apud SANTOS, 2002, p.44): “O futebol ainda é a melhor metáfora do Brasil como um todo.”

Um olhar crítico e mais amplo pode ser importante nesse contexto, com o intuito de desvelar questões presentes na sociedade, mas que permanecem veladas ou disfarçadas. No caso do futebol, temos vários exemplos de como a sociedade alimenta alguns estigmas e estereótipos muitas vezes danosos à subsistência de categorias sociais menos favorecidas. É o caso do jovem negro, pobre e morador de comunidade, que aposta seu futuro no futebol

baseado na imagem dos grandes ídolos bem sucedidos que não reflete as dificuldades e obstáculos enfrentados para esse sucesso.

Para discutir essas questões, trataremos neste capítulo sobre projetos sociais, governamentais ou não, que utilizam o esporte como veículo de promoção de educação e de cidadania. Dentre o vasto universo desse tipo de projetos, priorizaremos aqueles dedicados às crianças e jovens que escolhem o futebol em detrimento de outras modalidades para alcançar tais objetivos. A razão dessa escolha se explica por entendermos que este esporte encerra questões complexas referentes à nossa realidade social e, muitas vezes, acena com falsas expectativas de ascensão e inclusão social, quando na verdade pode estar criando mais uma forma de exclusão social.

Entendemos que, no Brasil, ainda fechamos os olhos para os problemas sociais, buscando, muitas vezes, medidas paliativas e assistencialistas para resolver o problema da desigualdade social, por exemplo, a partir do uso de estratégias como restaurantes populares, diversas formas de bolsas e auxílios financeiros. Ações pontuais e importantes, que continuam sendo usadas pelo governo brasileiro, mas que não transformam efetivamente a realidade social. Tais medidas entravam projetos mais efetivos de proporcionar à parcela dos menos afortunados condições psicossociais para o trabalho produtivo em condições capitalistas.

Neste sentido, no Brasil, a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Engloba a subalternidade, a discriminação, a não acessibilidade, a não equidade, a não representação pública e a pobreza, incluindo a criminalização desta. A violência social sofrida pela população miserável é passível de ocultação, isto é, a própria sociedade tenta encobrir essa realidade.

Diante desse cenário, entendemos que a exclusão social faz parte dessa violência e que os projetos sociais aparecem como uma

alternativa para amenizar os efeitos dessa realidade, mas também podem servir de instrumento para exclusão social através do esporte.

O caminho aqui proposto para discutir essas questões se inicia com algumas considerações críticas sobre o fenômeno futebol na atualidade e a perspectiva ilusória que o coloca como possibilidade de ascensão social, por enfatizar apenas a história vitoriosa de alguns jogadores de futebol. Em seguida, apresentamos um pouco do funcionamento dos projetos sociais no Brasil, priorizando aqueles voltados para crianças e jovens a partir de práticas esportivas, em especial o futebol, onde abordaremos as possibilidades de utilizar o esporte como atividade-meio, priorizando o desenvolvimento e a maturação de habilidades das crianças, ou como um fim em si mesmo, onde a profissionalização e a especialização precoce tornam-se foco principal. Por fim, apresentamos sucintamente o papel do psicólogo do esporte neste contexto e a importância de uma abordagem crítica, assim como possibilidades de transformação deste panorama por parte dos demais profissionais envolvidos nos projetos sociais.

2 Futebol e ascensão social

A final da Copa do Mundo é o evento mais transmitido e de maior audiência do globo. A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) possui 208 países associados, três a mais que o Comitê Olímpico Internacional (COI) e dezesseis a mais que a Organização das Nações Unidas (ONU).

O futebol movimenta bilhões de dólares por ano e as receitas são astronômicas. Pelé, mundialmente reconhecido como o melhor jogador de todos os tempos, paralisou duas guerras: a guerra civil no Congo Belga, em 1969, quando as forças rivais

interromperam momentaneamente o confronto para que ele e Santos Futebol Clube transitassem em paz e realizassem um jogo amistoso; depois, em 1975, uniu cristãos, muçulmanos e judeus em um único estádio no Oriente Médio, adiando uma guerra iminente. Em 1990, Pelé, em uma partida pela paz em Roma, colocou lado a lado o ex-líder da autoridade palestina Yasser Arafat e o ex-primeiro-ministro israelense Shimon Perez. (GLOBO ESPORTE, 2011)

Todos esses fatos demonstram que o futebol, além de ser um espetáculo por si só, é um eficiente veículo de mobilização, de comunicação, de utilização política e comercial, fazendo com que seu poder de massificação seja cada vez mais explorado. Entre tantas formas de exploração e manipulação do futebol pela mídia, destacamos as histórias de jogadores de futebol bem sucedidos, vinculadas através de documentários, filmes e entrevistas, ilustrando a saída de uma origem pobre como fontes de inspiração para o jovem futebolista.

Sabemos que tais histórias, contadas como extraordinárias e visionárias, não refletem a realidade da grande maioria de jogadores, mas refletem o desejo de milhões de jovens brasileiros em seus campinhos de futebol. A vida de *glamour* desses jogadores, retratada pela mídia, alavanca sonhos de meninos em busca da substituição de sua realidade sofrida e precária por uma nova realidade glamourosa. No entanto, mesmo os grandes jogadores, ídolos nacionais, tiveram ou têm caminhos tortuosos. Um exemplo é a história de vida do craque argentino Diego Maradona, apresentada no documentário *Maradona por Kusturica* (2008), onde o jogador declara que sua maior dificuldade não foi lidar com a badalação da imprensa, mas sim livrar-se do estigma de uma infância pobre e da origem latina.

A mídia, principal veículo do espetáculo futebolístico e do universo esportivo, parece exercer um papel ambíguo ao propagar possibilidades de mudança do contexto social atual enfatizando o lado exitoso e glamoroso do futebol, mas ao mesmo tempo, também atua na manutenção desse *status quo* no sentido em que novos signos estão sendo constantemente criados e apresentados, estimulando maior movimentação de capital no meio esportivo.

Assim sendo busca pelo reconhecimento na atualidade se manifesta também através de aspirações materiais, simbólicas e marcas de *status* (signos) que funcionam como estratégias de distinção. Os jovens reconhecem os signos que usualmente um boleiro ostenta e buscam tê-los para exibição, tais como: pulseiras, cordões de ouro, relógios, carrões e mulheres bonitas, como também materiais e roupas esportivos.

Esse cenário muitas vezes favorece ao futebol o lugar de principal meio de ascensão social entre crianças e adolescentes menos favorecidos socialmente, cujo elemento mais motivador não é ter dinheiro para uma vida digna, ou para uma prática prazerosa em um esporte, mas é o sonho de ser milionário e famoso em curto espaço de tempo. Nessa direção o futebol também proporciona o crescimento de inúmeros projetos sociais dedicados ao esporte. Aos jovens, interessa sair da situação de invisibilidade, da base da pirâmide e chegar ao topo, serem reconhecidos e terem poder. Aos projetos sociais que utilizam o futebol o foco é a busca de novos talentos em curto prazo. A educação formal não é mais vista como forma de ascender socialmente; o futebol, então, passa a ser concebido como única saída.

Guedes (1982, p. 64), em uma pesquisa realizada na década de 70, já apontava dados semelhantes aos que encontramos hoje, o que significa a permanência desse *status quo* com poucas alterações no que tange ao desejo desses jovens:

É então que começa o sonho. O sonho de ascender socialmente tornando-se um jogador de futebol profissional que, muitas vezes, é partilhado pela família, em especial o pai. Sonha-se tudo a que se tem direito, isto é, tornar-se um jogador da primeira divisão, num “clube grande”, ter salários elevados, fama e tudo que daí deriva. A história de vida de muitos jogadores profissionais bem sucedidos, difundida amplamente pelos meios de comunicação de massa, dá credibilidade ao sonho, na medida em que muitos deles originam-se das classes trabalhadoras urbanas.

O contexto histórico e social do Brasil favorece a manutenção desse cenário, dificultando a inserção dos jovens advindos de situações sociais adversas no mercado formal de trabalho, uma vez que carregam consigo marcas da violência social atribuídas pela própria sociedade, alimentando a invisibilidade social. Para Castel (1995), esta forma de violência se dá através de três etapas sucessivas. A primeira é a *desqualificação*, onde se constrói uma imagem pejorativa do outro, se projetam estigmas, se associa o “outro” com os problemas sociais, epidemias, criminalidade, desordem. A associação legitima a quebra do contrato social, como se as próprias vítimas o tivessem provocado *a priori*. A segunda é a *desvinculação*, que expressa a rejeição pela sociedade dos indivíduos não qualificados e por isso não atuantes nos processos produtivos reconhecidos, acarretando isolamento e baixa autoestima dos afetados. A terceira e última é a *eliminação*, que pode se dar pelo extermínio, pela esterilização, pelo genocídio cultural, deportação ou pela morte no campo simbólico.

Nesse processo de violência social, emoldurado pela falta de oportunidades, de reconhecimento, de preconceitos relacionados à sua condição social, garantir uma formação profissional de advogado ou médico, por exemplo, torna-se um caminho complicado, impossível em muitos casos. Seria necessário transpor estes e

outros obstáculos também impostos pelas condições sociais como uma educação precária nas escolas públicas, pouca frequência nas instituições de ensino com os gastos para transporte, aquisição de livros e fotocópias e, ao se graduar, não possuir o capital cultural² de que fala Bourdieu (2001). Isto para citar apenas alguns empecilhos nesse percurso que desviam naturalmente os jovens para o mundo do esporte, no qual as perspectivas de inclusão parecem mais viáveis e fáceis, mas como dissemos são ilusórias.

Do lugar de invisíveis e excluídos socialmente, os jovens passam a ser desejados e disputados. A cultura do esporte vê esse jovem como possuidor de um talento inato, os empresários os veem como meio de fazer dinheiro e os políticos como massa de manobra. O futebol, portanto, se apresenta nesse cenário como um universo palpável, com garantia de sucesso, dinheiro e uma forma rápida de ascender socialmente, de conseguir reconhecimento e uma vida melhor.

Esse caminho oferece uma “porta da esperança” aberta para todos, mas por onde poucos conseguem entrar. Estes poucos passam a alimentar o sonho de tantos outros e produzem a ilusão de que só depende do talento individual, de que vivemos em uma meritocracia, onde todos podem ser Cafús, Romários e Ronaldos.

Assim, como mais um advento da Modernidade, a medida de sucesso pessoal está condicionada ao consumo. O sonho de ascender socialmente está atrelado ao poder de pertencimento e reconhecimento nos mercados simbólicos do consumo, principalmente em uma cidade grande, onde os signos visuais são utilizados para se definir a alteridade. Na concepção de Castro (2001, p. 124),

² Este conceito refere-se ao conjunto de recursos, competências e conhecimentos disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante.

[...] reconhecimento e a identificação de ‘quem sou eu’ e ‘quem é o outro’ se apoiam nos processos dinâmicos disponibilizar, ostentar e decodificar as particularidades visíveis que permitem localizar cada sujeito anônimo da grande cidade em termos de suas afiliações sociais, culturais e territoriais. Portanto, na cidade grande os artifícios visuais estão na base do engendramento de invenções tópicas, ou seja, de novos lugares onde os sujeitos querem se ver reconhecidos.

Neste cerne, o futebol confirma-se como um caminho mais rápido para uma ascensão que se faz urgente, pois se apresenta com atrativos irrecusáveis, ainda que muitos deles ilusórios, por ser um esporte de massa, e, por isso, de grande visibilidade, uma paixão nacional, oferecendo altos salários e propiciando a presença de biótipos diversos, sem uma exigência de estatura física pre-determinada como claramente vemos no basquete, no voleibol, no atletismo para citar alguns. Ainda que também existam outras modalidades democráticas no que tange ao biótipo dos atletas, é no futebol que repercutem atuações de jogadores como Garrincha, de pernas tortas, um baixinho como o Romário ou ainda um gordinho goleador como o Ronaldo no fim de sua carreira. A propagação dessas informações e imagens pela mídia colabora na construção do sonho do futebol como principal elevador para a ascensão social.

No entanto, o que estamos tentando demonstrar é que o futebol como ascensão social é uma falácia e os projetos sociais muitas vezes corroboram com esse imaginário. Se as razões apresentadas até aqui não são suficientes para esclarecer isso, vamos aos dados numéricos. Ao contrário do que a mídia muitas vezes faz parecer, apenas uma parcela mínima dos jogadores recebe salários milionários. Segundo informações da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 2010, dos 14.678 atletas profissionais registra-

dos neste ano, 60% recebiam até um salário mínimo, e desse total apenas 631 jogadores recebiam acima de dez salários mínimos (VIOLA, 2011).

Não é o futebol também que melhor paga. Em uma reportagem da revista ESPN (2011) sobre os atletas mais bem pagos do mundo, os futebolistas figuram na posição 74^a dos 135 países listados. Apesar disso, não correspondem aos maiores salários do mundo esportivo. Diferentemente do esperado, nem entre os principais campeões mundiais (Brasil, Itália e Alemanha) e nem onde nasceu (Inglaterra) ou no campeão da última Copa (Espanha), o jogador de futebol é o atleta mais bem pago. Entre todos os demais campeões mundiais, o futebol é o primeiro colocado apenas na Argentina, Uruguai e França. E, entre os dez países mais desenvolvidos do mundo, a França é o único país que aparece com o jogador de futebol Franck Ribéry dentre os atletas mais bem pagos. No Brasil, o atleta mais bem pago é Felipe Massa, do automobilismo.

Entre os países do G20³, ainda segundo a mesma pesquisa, a maioria dos atletas mais bem pagos no esporte é branca, com exceção da Inglaterra, com Lewis Hamilton no automobilismo, e da Arábia Saudita com Mohammed Noor, no futebol.

Estes dados refletem que o futebol, ao contrário do que a mídia tenta apresentar, não promove mudanças sociais significativas, não oferece os maiores salários no esporte e ainda é o esporte mais praticado em países ditos subdesenvolvidos. Nesse contexto, ainda podemos incluir a relação entre esporte, educação formal e renda socioeconômica, mas essa discussão demandaria outros estudos.

³ O Grupo dos 20 (ou G20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

3 Projetos sociais: um caminho para inclusão ou exclusão social?

Diante do cenário apresentado até aqui é possível falar de inclusão social? Podemos falar de exclusão no esporte sendo ele considerado uma ferramenta de inclusão social? Esse questionamento gerou desdobramentos que resultaram nas reflexões apresentadas neste capítulo. Como dito anteriormente estamos restringindo nossa análise aos projetos sociais voltados ao esporte como instrumento de promoção de educação e cidadania, mais especificamente os projetos que elegem o futebol para esse fim. Lembramos ainda, que os projetos sociais também podem estar voltados para outros fins e não escolher o esporte como foco principal, a exemplo de várias iniciativas do governo de São Paulo⁴, onde cada secretaria desenvolve projetos voltados às necessidades diversas de cada nicho social como servidor público, desempregado, instituição, entre outros.

Outro exemplo é o Instituto de Projetos Sociais (InPrós)⁵, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cujo objetivo é criar condições que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes moradores de abrigos em São Paulo, em situação de risco, atendendo aos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, os projetos sociais são criados para atender às necessidades sociais vigentes ou emergentes. São um exercício de cidadania a partir de ações organizadas com objetivos bem definidos na busca de

⁴ Programas e Projetos Sociais do Governo de São Paulo. Biblioteca virtual [20--].

⁵ Projeto de Colaboração e Intervenção Institucional cujo objetivo é contribuir para a melhoria da operacionalização das práticas já existentes nos abrigos e para a criação de novas práticas; Projeto Correspondentes, onde a troca de correspondências entre voluntários e crianças ou adolescentes abrigados possibilitam a vivência de vínculos afetivos, recíprocos e o exercício constante de reflexão e reconstrução da história de vida dos participantes.

soluções ou alternativas para problemas sociais. (INSTITUTO DE PROJETOS SOCIAIS, [2012?]).

Os projetos sociais voltados para o esporte, como dito anteriormente, têm como objetivo principal utilizá-lo como veículo de promoção de educação e de cidadania. Buscam o desenvolvimento do espírito de equipe, o respeito aos limites pessoais e interpessoais, a disciplina, a solidariedade, entre outros. Podem ser orientados a diferentes faixas etárias. Nosso foco então, se volta a esses projetos, governamentais ou não, que através da prática do futebol e de atividades coletivas dedicam-se a atender crianças e jovens.

No universo desses projetos sociais, o esporte vai além da melhoria da qualidade de vida dessas crianças, contribuindo para a construção de adultos mais ativos e saudáveis física e emocionalmente. A prática de esporte orientada proporciona desenvolvimento não só do físico, mas também das capacidades afetivas ao interagir com um grupo heterogêneo, na elaboração emocional diante das derrotas e vitórias, superação de limites, tolerância a frustrações; desenvolvimento do controle emocional frente a experiências de medo, timidez, ansiedade, raiva, angústia, euforia, ciúme, nervosismo; das capacidades cognitivas de coordenação, percepção espacial, propriocepção, tomada de decisão, velocidade de reação e raciocínio; e as cívicas ou sociais como assimilação de regras e compreensão de suas respectivas funções, respeito às figuras de autoridade e identificação nacional.

A Constituição Federal Brasileira (art. 127) assegura a importância do esporte na formação do cidadão brasileiro e manifesta a obrigação do Estado em fomentar práticas esportivas formais ou informais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, também especifica que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

É notório que algumas dessas instituições citadas na Constituição estão em falta com várias dessas atribuições, mas não cabe aqui adentrar em todos esses aspectos. Trazemos para essa reflexão questões embutidas nesse cenário a partir do esporte e lazer que, de algum modo, relacionam-se aos direitos à vida, à educação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, citados anteriormente. Esse deveria ser o escopo principal dos projetos sociais que carregam a bandeira do esporte ou da atividade física como cartão de visitas para as crianças e adolescentes.

O que vemos é que mesmo sendo um direito do jovem de ter acesso ao lazer e ao esporte, alguns projetos sociais distanciam-se de tais objetivos e utilizam o esporte visando à profissionalização na carreira de jogador de futebol que, muitas vezes, passa a ser vista pelos jovens atendidos como única possibilidade de mudança.

No entanto, esse percurso é bem mais complexo e nem sempre tão linear. Quando esses meninos que sonham em se tornar jogadores de futebol não conseguem destaque e se aproximam da maioridade, a realidade bate à sua porta, forçando-os a pendurar as chuteiras de seus sonhos. Inicia-se, então, uma cobrança da família pelo primeiro emprego ou pela opção do alistamento militar, uma vez que a carreira militar se mostra uma esperança mais palpável de obter a tão sonhada estabilidade financeira. Em geral, os projetos voltados à profissionalização dos jovens não oferecem nenhuma estratégia para construção de novas alternativas de vida para além do futebol. Seus sentimentos e frustrações são igno-

rados e a busca de “novos talentos” recomeça. Aí reside um dos grandes entraves dos projetos sociais que priorizam a profissionalização do esporte em detrimento da educação pelo esporte. Alba Zaluar (1994, p. 91), em uma pesquisa sobre juventude e política social, comenta este momento:

A frustração do sonho de ser atleta deve ser entendida em seu duplo aspecto: de um lado, a falta de oportunidades educacionais, tanto a de escolas como a de cursos profissionalizantes (que eram caros ou inoperantes), de outro lado, a escassez de canais seja em clubes ou em empresas, para os que desejassem continuar sua formação. O destino de ser trabalhador desqualificado e mal pago em tarefas estafantes e desestimulantes era o polo de repulsão que continuava a empurrar o jovem no sentido contrário, embora às vezes antevendo o futuro não desejado.

No fundo, os jovens sabem que para ter um emprego que possa prover um bom salário e reconhecimento social são necessários muitos anos de investimento, e que eles não dispõem desse tempo e dinheiro. As necessidades de sobrevivência, muitas vezes, dão cabo do sonho de se tornar um jogador de futebol, somadas às dificuldades infringidas por ser negro e pobre no Brasil, causando frustrações e sofrimento.

No que tange aos projetos sociais, ousar de uma modalidade exclusiva como o futebol pode, então, produzir exclusão no lugar da inclusão ao valorizar apenas os jovens mais talentosos e promissores para se tornarem profissionais da bola. Seguir uma lógica estritamente voltada ao rendimento esportivo impede que os menos talentosos usufruam do esporte como lazer, de forma pedagógica, como acúmulo de capital cultural e como uma for-

ma de promoção de mobilidade social indireta⁶, uma vez que as crianças e jovens são descartados por não atenderem às metas de rendimento exigidas no esporte. Tais projetos parecem promover uma inversão ou a transformação desses objetivos, gerando com isso, consequências danosas como a exclusão dos atendidos por esses projetos, sem lhes oferecer outras alternativas de inserção no mercado de trabalho.

Para entender melhor isso, é necessário esclarecer que o esporte pode adquirir papel de um *fim* ou de um *meio*. Para Fetteret al (2007) *o esporte como fim* torna-se objetivo quando aprender uma determinada modalidade esportiva é a finalidade das ações. Um exemplo desse tipo de aplicação são as escolinhas de esportes que priorizam, em curto prazo, o aprendizado de uma habilidade esportiva específica em detrimento de uma formação mais geral. Normalmente, conduz para ênfase nos esportes competitivos profissionalizados, para a descoberta de talentos e para uma especialização precoce, caracterizada pela alta dedicação aos treinamentos (acima de 10 horas semanais) antes da puberdade, em busca da perfeição da técnica e da melhoria no desempenho, objetivando a competição (FETTER et al, 2007).

Incluem-se nesse modelo as escolinhas de futebol dos grandes clubes brasileiros que estabelecem campeonatos nas categorias de fraldinha (sub-9), chupetinha (sub-7) e mamadeira (sub-5). Aqui, a preocupação exacerbada em ganhar campeonatos prioriza a especialização precoce em detrimento do respeito ao processo de desenvolvimento da criança, da aquisição adequada de habilidades motoras e da exposição ao maior número possível

⁶ LEONARD II (1993) explica a mobilidade social indireta como a possibilidade de proporcionar aos sujeitos vivências que permitam ascender socialmente através de suas próprias conquistas, como bolsas escolares e universitárias.

de experiências que propiciariam uma formação mais completa e dinâmica.

A especialização precoce tem sido discutida entre psicólogos do esporte e educadores esportivos nos últimos anos. No entanto, entre os estudiosos não há consenso sobre a idade ideal para iniciar uma especialização esportiva, mas dentre as consequências geradas, alguns estudos (SANTANA; REIS; RIBEIRO, 2006; MACHADO et al, 2010; FECHIO et al, 2011) revelam o impedimento do desenvolvimento integral, tornando as crianças limitadas em seus aspectos motores, além de riscos de lesões físicas e emocionais por não respeitarem seu tempo de desenvolvimento e amadurecimento global. Socialmente, também há prejuízos, pois as crianças nessa rotina limitam seus ciclos de amizade aos locais de treinamento.

Por outro lado, o *esporte como um meio* torna-se um veículo facilitador para o esse desenvolvimento integral da criança em suas dimensões biopsicossociais, envolvendo os aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais. Neste caso, os resultados fazem parte de um processo educacional amplo, diverso e em longo prazo, em que o esporte serve às necessidades de seu público-alvo de forma coerente aos seus estágios de desenvolvimento, estimulando-o em seus vários aspectos.

Tomemos como exemplo desse tipo de iniciativa o Projeto Social da Vila Olímpica da Mangueira (RJ) que, embora traga o futebol entre as modalidades esportivas propostas, não é tratado como simples negócio, funcionando como meio para construção da cidadania; o Projeto Futebol Libertário⁷, voltado para adolescentes que praticaram atos infracionais, oferecendo novo signi-

⁷ Projeto piloto “que procurou trabalhar o uso do potencial educativo da prática esportiva, especificamente o futebol, na educação não formal como meio para a construção e o exercício da cidadania ativa através do atendimento alternativo direto para ado-

ficado às medidas socioeducativas cumpridas; a Escola Furacão do Atlético Paranaense Futebol Clube, que consegue conciliar desenvolvimento de novos talentos com responsabilidade social, onde as notas na escola são fator importante para continuar no projeto; além dos projetos de ex-jogadores de futebol como o *Bola pra frente* do Jorginho e *Gol de Letra* de Leonardo e Raí, com objetivos semelhantes de oferecer oportunidade de promoção social por meio do esporte, educação, arte e cultura e qualificação profissional, ampliando o conceito de “craque” para habilidades reconhecidas não apenas no esporte, mas principalmente em outros núcleos (a família, a escola e a comunidade), em que a criança e o adolescente estão inseridos; ainda com esse propósito a Fundação Cafu, localizada no Jardim Irene, em São Paulo, luta contra a desigualdade social utilizando o esporte como uma de suas ferramentas⁸ para construção de cidadania entre os jovens.

Assim, temos a iniciação esportiva com duas possibilidades de aplicação ou dois objetivos diversos: como parte de um conjunto de ações voltado para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes com objetivos em longo prazo, onde a competição está presente como mais uma das atividades, e outro enfatizando os resultados em curto prazo e a prática específica de uma modalidade esportiva, trazendo as competições como objetivos principais e a profissionalização através do esporte. Ambas as formas podem trazer benefícios para os envolvidos, desde que seus objetivos estejam claros e bem definidos e, obviamente, a condução

lescentes inseridos nas medidas socioeducativas [...] na região da Capela do Socorro, atendidos pelo CEDECA Interlagos.” (SILVA, 2007, p.16).

⁸ Tem como missão executar e manter programas que incentivem a inclusão social da comunidade do Jardim Irene e bairros vizinhos, orientando-os para que os mesmos busquem seus direitos como cidadãos, tornando-se agentes transformadores da sua própria realidade.

seja feita por profissionais qualificados e éticos, atentos às questões do desenvolvimento e maturação desses jovens.

Observamos, contudo, que a clareza ou distinção de tais objetivos tem se diluído cada vez mais e o que encontramos são projetos sociais utilizando o futebol usualmente como atividade-fim, funcionando como peneiras de talento. Fato que nos faz questionar: seria isso inclusão social? Então, os incluídos serão apenas os mais talentosos? E os menos talentosos? E as crianças e adolescentes que apresentam habilidades desenvolvidas tardiamente? E os jovens que querem praticar o esporte por prazer, passam a ser excluídos?

Longe de qualquer generalização, sabemos que muitos projetos sociais promovem de fato uma mobilidade social, ainda que de forma indireta, a partir de práticas voltadas para assistência, educação e criação de novas perspectivas e possibilidades, pois não se desvirtuam de seu objetivo principal, a inclusão social, tomada como missão e diretriz. No entanto, observamos que as demandas comerciais e midiáticas no mundo do esporte contemporâneo criam condições desviantes para esses objetivos e os projetos passam a seguir a lógica do rendimento, onde apenas alguns se destacam e conseguem um lugar ao sol, ou são “incluídos socialmente”. Aos demais, restam apenas os desejos e as ilusões de ascensão social ou a experiência de exclusão através do esporte.

No futebol, [...] a maioria dos profissionais e instituições se preocupa estritamente com o rendimento e banaliza o sofrimento daquele exército que não logrará êxito, utilizando o futebol como ação-fim e não como meio de produzir cidadania, desenvolver habilidades motoras, sociais, afetivas, proporcionar experiências do lúdico, de superação, de frustração, de autoconhecimento, trabalho em equipe, desenvolvimento do senso crítico e de um projeto de vida, apenas para citar alguns. (SEDA, 2012, p. 50).

Ascender socialmente demanda ultrapassar várias barreiras como estigmas de longa data conforme propõe Goffman (1988): as abominações do corpo, exemplificadas pelas deformidades físicas; as culpas de caráter pessoal, como desonestidade; e os tribais de raça, nação e religião. Este terceiro tipo se aplica pode ser entendido a partir das marcas atreladas à cor e ao *locus*, remetendo à favela como valor humano inferior, lugar de promiscuidade, violência, tráfico e outras ilegalidades. As crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, em geral, recebem estigmas de caráter pessoal como a desonestidade, a falta de higiene, malandragem, entre outros. O caminho para a ascensão financeira e social torna-se bem mais difícil para aqueles que vêm da condição de pobres, negros e favelados - maioria do público-alvo dos projetos sociais em questão.

4 Psicologia do Esporte e projetos sociais

Projetos sociais fazem parte do rol de aplicações da Psicologia do Esporte, além da iniciação esportiva, da reabilitação, do alto rendimento, do esporte escolar e das práticas de tempo livre (RUBIO, 2007).

A presença do psicólogo do esporte nos projetos sociais é uma inclusão recente, juntamente com diversos outros profissionais. Esta prática conjunta pode auxiliar na mudança do cenário apresentado aqui, atuando de forma contextualizada e crítica, capaz de ir além do rendimento esportivo, auxiliando na construção de valores e conhecimento, assim como na formação e desenvolvimento do senso crítico, para que os jovens inseridos em projetos sociais tornem-se efetivamente cidadãos e protagonistas sociais.

A atuação do psicólogo do esporte se estabelece na direção de propiciar às crianças, através da prática de uma atividade física,

conhecimento e reflexão sobre seus limites e possibilidades como pessoa, além de direitos e deveres como cidadão. De posse disso, as crianças e jovens podem buscar novos espaços e condições para que outras capacidades e habilidades possam se desenvolver.

O psicólogo e demais profissionais envolvidos nos projetos sociais também terão que administrar as demandas oriundas dos pais ou responsáveis e das próprias crianças sobre os desejos e ambições construídas a partir da mídia esportiva sobre os grandes ídolos milionários construindo novas estratégias e perspectivas de vida para além do futebol. Também é importante reunir esforços para desconstruir o discurso pejorativo e fatalista, utilizado por muitos, para justificar que os projetos de esporte em comunidades servem para “tirar a criança das ruas”. Eles não eliminam a violência e a pobreza do entorno da criança.

5 Considerações Finais

Decerto, os jovens são considerados a parcela da população mais vulnerável aos problemas como violência, dificuldade de acesso à capacitação e educação de qualidade, carência de cultura, lazer e esporte (BOCAYUVA; NUNES, 2009, p. 7). Além disso, afirmar que, sem o acesso ao esporte, o sujeito fatalmente não teria outra opção também é naturalizar sua situação e afirmar que só o sistema poderia resgatá-lo.

Mas, é imprescindível que os projetos sociais sejam espaços utilizados também para auxiliar na construção de outros caminhos, onde o esporte possa ser praticado como meio e ou como fim, mas não apenas como peneira de talento, pois isso não é inclusão social!

Não estamos descartando o esporte como meio de profissionalização dos jovens que participam de projetos sociais; afinal,

como dissemos anteriormente, o esporte como instrumento para profissionalização é mais uma opção dentre seu repertório de possibilidades. Muitas vezes, a inclusão social é a missão e principal diretriz; porém, na prática, os projetos mostram uma dinâmica que segue a lógica do rendimento, selecionando apenas aqueles que se destacam, quando deveriam ser práticas para assistir, educar e oportunizar novas perspectivas e possibilidades.

É imprescindível que os psicólogos do esporte inseridos nos projetos sociais voltados ao esporte tenham uma visão crítica e cuidadosa, para além da lógica do rendimento esportivo. Sua atuação deve ser multidisciplinar na produção de autonomia e cidadania, respeitando o processo de desenvolvimento e maturacional da criança, sempre em busca de seu bem estar biopsicossocial.

Projetos sociais podem visar a excelência e o alto desempenho, alcançar o aprimoramento de atletas já desenvolvidos ou formados em competições de alto nível de *performance*; como também podem se estabelecer como projetos que objetivem trabalhar o esporte como veículo de promoção de educação e de cidadania, através de atividades coletivas, buscando desenvolver o espírito de equipe e o respeito aos próprios limites, assim como os dos outros. Ressaltamos a importância em estar atento à maneira como alguns projetos sociais vêm administrando os limites que separam esses dois objetivos, sem consideração pelas diferenças e necessidades individuais e sociais do público atendido.

Não queremos fechar as portas dessa discussão, tampouco considerar essas reflexões e críticas como verdades. Nosso objetivo foi tentar desvelar outros fenômenos presentes no universo dos projetos sociais voltados ao futebol, entendendo que o esporte pode ser de fato uma opção de inclusão e não única saída ou mais uma forma de exclusão social.

Referências

- BOCAYUVA, H.; NUNES, S. A. (Orgs). **Juventudes, subjetivações e violências**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**, 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.73-79.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/base_legis/baselegis_view.php?id=223>. Acesso em: 20 fev 2010.
- CARVALHO, C. A. **Para além do tempo regulamentar**: uma narrativa sobre a História da Psicologia do Esporte no Brasil. 2012. 238 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. Paris: Ed. Fayard, 1995. 813p.
- CASTRO, L. R. (Org.). **Subjetividade e cidadania**: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- ESPN. **Relação dos atletas mais bem pagos em 135 países**, n. 19, p. 24-5. Maio 2011.
- EWALD, Ariane Patrícia. Tecnologia e progresso: o Brasil civiliza-se no século XIX. **Revista Logos**, n. 14, p. 62-71, jan./jun. 2001.
- FECHIO, J. J. et al. Estresse infantil e a especialização esportiva precoce. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 3, n. 1, jan. - jun. 2011, p. 60-67. Disponível em:<<http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/viewFile/82/146>>. Acesso em: 30 dez. 2012.
- FETTER, J. C. S. S. et al. Iniciação esportiva e responsabilidade social. In: RUBIO, K. (Org.). **Educação olímpica e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GÓIS JUNIOR, E.; LUVISOLO, H. R. A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 5, n. 3, p. 322-328, set. 2005.

GLOBO ESPORTE. **Soldado Nascimento e ‘Comandante da paz’**: faces de Pelé, ídolo que parou guerras Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/2010/11/comandante-da-paz-historias-em-detalhes-que-fazem-de-pele-um-idolo.html>>. Acesso em 01 de dez. 2012.

GUEDES, C. Escola de educação física e esporte da Universidade de São Paulo. In: COSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006. p. 10-12.

GUEDES, S. L. Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil. In: DEL PRIORI, M.; MELO, V. A. (Orgs.). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

GUEDES, S. L. Subúrbio: celeiro de craques. In: DAMATTA, R. et al. **Universo do Futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982. p. 59-74.

INSTITUTO DE PROJETOS SOCIAIS. [2012?]. Disponível em: <<http://www.inpros.org.br/correspondentes/index.asp>>. Acesso em 26 de dez. 2012.

KORNIS, M. A. **Sociedade e cultura nos anos 1950**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

LEONARD II, W. M. A **sociological perspective of sport**. 4.ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1993.

MACHADO, A. A. et al. Especialização esportiva precoce: análise da Psicologia do Esporte. **Revista Científica ESEF**, Jundiaí, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.esef.br/revista/index.php/pulsar/article/viewFile/2/3>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

MARADONA por Kusturica. Direção de Emir Kusturica. Espanha; França, 2008. DVD, 90 min. son. col. legendado.

PROGRAMAS e projetos sociais do governo de São Paulo. Biblioteca virtual. [20--]. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=/projetos/bv/cds>>.

xis&cds=cds&SECRETARIA=emprego&format=1&QTDREG=500%5C.
Acesso em: 26 de dezembro, 2012.

RUBIO, K. Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. **Rev. bras. psicol. esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452007000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jan. 2013.

SANTANA, W. C.; REIS, H. H. B.; RIBEIRO, D. A. A iniciação de jogadores de futsal com participação na Seleção Brasileira. **Revista Digital - Buenos Aires**, Buenos Aires, v.11, n. 96 - Mayo de 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 28 dez. 2012.

SANTOS, I. M. M. **90 minutos de sabedoria**: a filosofia do futebol em frases inesquecíveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEDA, D. M. **“Por que você não olha pra mim?”**: Invisibilidade social de jovens em situação de vulnerabilidade e o futebol como luta por reconhecimento. 2012. 169f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, F. C. T. Futebol: uma paixão coletiva. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R. P. (Orgs.). **Memória social do esporte**: futebol e política, a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ; 2006. p. 15-32.

SILVA, F. S. **Futebol libertário**: um jeito novo de jogar na medida. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. 143 p.

SOUZA, J. A invisibilidade da desigualdade brasileira. In: SOUZA, J. (Org.). **A gramática social da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 23-55.

VIOLA, P. **Cerca de 60% dos jogadores de futebol ganham até 1 salário mínimo**. 2011. Disponível em: <<http://www.metodista.br/rroonline/noticias/esportes/2011/05/cerca-de-60-dos-jogadores-de-futebol-ganham-ate-1-salario-minimo>>. Acesso em: 07/05/12.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994.

Realizado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

Formato: 15 x 22 cm

Tipologia: Minion Pro (12/16, 11/13,2 e 10/12)

Papel apergaminhado 75g/m² (miolo)

Papel cartão supremo 250g/m² (capa)

Tiragem: 300 exemplares

Impresso na Gráfica da UFMA, Av. dos Portugueses, 1966,
Cidade Universitária, Bacanga, 65.080-805 – São Luís/MA

